

CONTRATO Nº 002/2023 – DAF

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A E O ESCRITÓRIO MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANCA ADVOCACIA.

A **AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Av. Deputado Jamel Cecílio, nº 2.690, Ed. Metropolitan Mall, Torre Tokyo, sala 1906, Jardim Goiás, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.583.057/0001-11, representada na forma do seu Estatuto Social, neste Contrato denominada **GOIASGÁS** ou **CONTRATANTE**, e o escritório **MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANCA ADVOCACIA**, sociedade de advogados devidamente registrada na OAB/PE sob o nº 1.517 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.375.812/0001-14, com sede na Rua Padre Carapuceiro, nº 910, Torre Acácio Gil Borsoi, 19º andar, Boa Viagem, Recife/PE, doravante designado **CONTRATADO**, ambas as partes por seus representantes legais ao final assinados, com base no art. nº 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, e segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, com foco no setor de gás natural e estatais.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO

2.1 Como contrapartida à execução dos serviços referentes ao objeto do presente Contrato, a **GOIASGÁS** deve pagar ao **CONTRATADO** por horas trabalhadas (*timesheet*):



AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A

2.1.1 Advogado júnior: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora de trabalho (*timesheet*);

2.1.2 Advogado Sênior: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por hora de trabalho (*timesheet*);

2.1.3 Advogado Sócio: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), por hora de trabalho (*timesheet*).

2.2 Nos preços referidos no **item 2.1** estão computadas todas as despesas diretas e indiretas, incluindo-se todos os tributos e tudo o mais necessário à execução dos serviços ora contratados, inclusive todos os impostos.

2.3 Não estão incluídos nos preços referidos no **item 2.1** as despesas com passagens aéreas, hospedagem e deslocamento para participação presencial em reuniões, solicitadas pela **GOIASGÁS**, as quais deverão ser arcadas pela **CONTRATANTE** previamente ou através de prestação de contas.

2.4 As horas de trabalho serão utilizadas mediante necessidade e solicitação expressa da **GOIASGÁS**, podendo ser pago o **valor global máximo de R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), conforme previsto no Orçamento da Companhia (Anexo II - Despesas Administrativas – 4. Serviço de Terceiros – 4.4. Assessoria Jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PRAZOS

3.1 O prazo de execução e vigência dos serviços objeto desta contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA

EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 O Contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes de acordo com as Cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **GOIASGÁS**, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.1.1 O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à **GOIASGÁS** ou a terceiros em razão da execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **GOIASGÁS**.

4.1.2 As partes contratantes não são responsáveis pela não execução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

4.1.3 No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

4.1.4 A comunicação de que trata o **item 4.1.3** deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

4.1.5 O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências

impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.

4.1.6 A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na Lei em geral, ou no Regulamento, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não invalida o restante do Contrato, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

4.1.7 Qualquer comunicação pertinente ao Contrato, a ser realizada entre as partes contratantes, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisão sancionatória ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente nos seguintes e-mails:

E-mail **GOIASGÁS** – aglmacedo@gmail.com

E-mail **CONTRATADO** - admecon@mellopimentel.com.br

4.1.8 As partes estão obrigadas a comunicarem uma à outra, com 5 (cinco) dias de antecedência, qualquer alteração nos respectivos e-mails. No caso de falha ou problema técnico, as partes devem comunicar, uma à outra, em até 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA QUINTA

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 São obrigações do CONTRATADO:

- a)** Administrar este Contrato e executar os serviços, inclusive os complementares, nos prazos e condições fixados, de acordo com as regras comprovadas de boa técnica, utilizando para tal fim toda a experiência e *know-how* próprios, e empregando mão de obra qualificada e equipamentos, materiais e escritórios condizentes com a natureza, complexidade, exatidão e qualidade técnica requerida pelos serviços;
- b)** Refazer, sem ônus para a **GOIASGÁS** e sem direito a prorrogação de prazo, os serviços que houver executado em desacordo com o disposto no Contrato, seus

Anexos e Adendos, ou que apresentarem defeitos, falhas, omissões e, ou desconformidades de qualquer natureza com as especificações técnicas e demais documentos integrantes;

- c) Afastar imediatamente dos serviços qualquer empregado que, a critério da **GOIASGÁS**, tenha conduta técnica ou pessoal inadequada;
- d) Tratar confidencialmente todas as informações e documentos da **GOIASGÁS**, aos quais tenha acesso em decorrência da execução dos serviços objeto do presente Contrato, não os divulgando a terceiros, por qualquer meio de comunicação, sem a prévia e expressa autorização da mesma, respondendo, na hipótese de violação e/ou divulgação não autorizadas, pelo pagamento da multa contratual definida neste Contrato, sem prejuízo da obrigação de indenizar a **GOIASGÁS** por quaisquer perdas e danos incorridos;
- e) Prestar esclarecimentos concernentes à natureza e andamento dos serviços ora contratados;
- f) Não subcontratar quaisquer de suas obrigações previstas neste Contrato;
- g) Informar de imediato à **GOIASGÁS** acerca de qualquer ocorrência que possa vir a prejudicar ou, de alguma forma, interferir no bom andamento da execução dos serviços objeto deste Contrato, assim como deverá prestar à **GOIASGÁS** todas as informações que esta solicitar, inclusive, sem limitação, aquelas referentes ao andamento da execução dos Serviços, além de todas e quaisquer indagações formuladas pela **GOIASGÁS** relativas ao escopo contratado;
- h) Comparecer às reuniões solicitadas previamente por escrito pela **GOIASGÁS**;
- i) Isentar e manter a **GOIASGÁS**, suas subsidiárias e filiais, suas instituições membros, seus respectivos diretores, funcionários, empregados, agentes e filiados, livres e indenidos de quaisquer perdas, danos, reclamações, responsabilidades, demandas, ações, procedimentos governamentais, impostos, penalidades e interesses, despesas legais e de auditoria, e de qualquer outra despesa incorridas pelo **CONTRATADO**, suas subsidiárias e filiais, suas instituições membros, seus respectivos diretores, funcionários, empregados, agentes, advogados e filiados,

derivados de (a) descumprimento, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer obrigação ou ordem no âmbito deste Contrato; (b) uso não autorizado dos direitos de propriedade intelectual da **GOIASGÁS**, tanto por parte do **CONTRATADO** como seus empregados, prepostos, agentes; (c) descumprimento, por parte do **CONTRATADO**, seus empregados, prepostos, agentes, das leis e regulamentos aplicáveis; (d) descumprimento, por parte do **CONTRATADO**, seus empregados, prepostos, agentes, do pagamento de qualquer dívida, obrigação ou responsabilidade que lhe seja imputável; ou (e) atos ou omissões do **CONTRATADO**, seus empregados, prepostos, agentes;

- j) Responsabilizar-se, em caráter irretratável e irrevogável, por quaisquer reclamações trabalhistas ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial que venham a ser intentadas em face da **GOIASGÁS** pelos empregados do **CONTRATADO**, seus prepostos e/ou colaboradores, a qualquer tempo, seja a que título for, respondendo integralmente pelo pagamento de eventuais condenações, indenizações, multas, honorários advocatícios, custas processuais e demais encargos que houver, podendo ser denunciada em qualquer ação que for proposta para indenizar seus autores, aplicando-se ao presente contrato o disposto no artigo 125, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, cabendo à **GOIASGÁS** o direito de retenção de valores devidos até cobrir aquilo a que a condenada, sendo desnecessário interpor ação regressiva;
- k) Não se utilizar do trabalho de crianças e adolescentes, exceto quando na condição de menor aprendiz, conforme disposto na legislação em vigor;
- l) Não utilizar ou permitir que se exponham trabalhadores a locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, ou locais perigosos ou insalubres;
- m) Não se utilizar de trabalho escravo ou análogo a escravo.

CLÁUSULA SEXTA

OBRIGAÇÕES DA GOIASGÁS

6.1 São obrigações da **GOIASGÁS**:

- a) Disponibilizar todas as informações técnicas e documentos necessários para elaboração dos projetos e para os seus respectivos planejamentos;
- b) Analisar/liberar os documentos técnicos do **CONTRATADO**, dentro dos prazos estipulados no Contrato;
- c) Efetuar os pagamentos das faturas nos prazos estabelecidos neste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1 O documento de cobrança será emitido, mensalmente, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, devendo o pagamento ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da execução dos serviços.

7.2 O CNPJ do documento de cobrança, referente à prestação de serviço, deverá ser o mesmo do **CONTRATADO** ou de outro estabelecimento do **CONTRATADO**, situado no mesmo município.

7.3 O documento de cobrança poderá ser, conforme o caso:

- a) Nota Fiscal;
- b) Nota Fiscal Fatura.

7.3.1 Em qualquer caso, o documento de cobrança deve ser acompanhado do documento comprobatório da realização do evento.

7.4 O documento de cobrança e os documentos correlatos deverão ser enviados por e-mail para viviane@goiasgas.com.br.

7.5 Na hipótese do documento de cobrança apresentar irregularidades em quaisquer de seus itens, a **GOIASGÁS** se reserva no direito de devolvê-lo ou efetuar somente o pagamento dos itens corretos. Em qualquer dos casos, a **GOIASGÁS** só efetuará o pagamento da parte restante com 10 (dez) dias após a apresentação do novo documento de cobrança com os itens corrigidos e atestados pela **GOIASGÁS**.

- 7.5.1** Caso a **GOIASGÁS** seja penalizada por motivos imputáveis ao **CONTRATADO**, pela emissão equivocada ou indevida de Notas Fiscais, os respectivos valores serão descontados dos faturamentos do **CONTRATADO**.
- 7.6** O **CONTRATADO** deverá diligenciar para obter, quando lhes couber, perante quaisquer autoridades, o reconhecimento das isenções, reduções e benefícios fiscais que a **GOIASGÁS** ou, o **CONTRATADO** ou seus subcontratados tenham ou venham a ter direito, direta ou indiretamente, em razão do Contrato ou de seu objeto. O **CONTRATADO** ficará responsável por qualquer ação ou omissão a que ela ou seus subcontratados derem causa e que resultem em pagamento desconforme com as isenções, reduções e benefícios fiscais aqui referidos, desde que tais isenções, reduções e benefícios fiscais resultem de legislação tributária aplicável ao Contrato ou concessionária de serviços públicos de energia ou, ainda, resultem de leis, normas, regulamentos e decisões específicas para a **GOIASGÁS**, neste caso subordinado a que a **GOIASGÁS** tenha cientificado o **CONTRATADO** da existência de tais isenções, reduções e benefícios fiscais, e sua base jurídica.
- 7.7** A **GOIASGÁS** se reserva o direito de devolver a cobrança, aceitando-a apenas após atendidas as exigências estabelecidas no Contrato. O prazo de vencimento da cobrança será contado a partir da nova data de apresentação.
- 7.7.1** O CNPJ da conta bancária deverá ser o mesmo do **CONTRATADO**.
- 7.8** A **GOIASGÁS** não efetuará pagamentos de quaisquer títulos através de cobrança bancária, exceto dos documentos de pagamento enviados pelo **CONTRATADO**, inclusive os boletos bancários inerentes ao objeto deste contrato.
- 7.9** Será do **CONTRATADO** a responsabilidade por restituição ou compensação de qualquer valor retido ou recolhido pela **GOIASGÁS** com base em informações fornecidas pelo **CONTRATADO** de forma incompleta, inexata ou incorreta.
- 7.10** É permitido à **GOIASGÁS** descontar dos créditos do **CONTRATADO** qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa, independente da vinculação contratual que o mesmo tenha sido constituído.

- 7.11** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **GOIASGÁS**, o valor devido será atualizado monetariamente pela variação acumulada, *pro rata die*, do IPCA do mês anterior ao do vencimento até o mês anterior ao do pagamento. Caso o atraso seja verificado dentro de um mesmo mês, para efeitos da aplicação da atualização monetária referida anteriormente, será considerada a variação *pro rata die* do mês anterior ao do pagamento, inclusive seus valores negativos.

CLÁUSULA OITAVA

ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

- 8.1** A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato.

- 8.1.1** A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) A aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos; e
- b) Deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pela **GOIASGÁS**, salvo se o fiscal técnico do contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato.

- 8.1.2** A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, devendo observar, cumulativamente, o seguinte:

- a) Os encargos decorrentes da continuidade do Contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;

- b) As consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo a ser atendido pelo serviço;
- c) As mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;
- d) A capacidade técnica e econômico-financeira do **CONTRATADO** deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;
- e) A motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;
- f) A alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza ou propósito diverso.

8.1.3 As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

- a) Instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo da **GOIASGÁS**, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;
- b) As justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato da **GOIASGÁS**;
- c) Submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira da **GOIASGÁS**.

CLÁUSULA NONA

FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1 As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico da **GOIASGÁS**.

- 9.1.1** Não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:
- a)** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;
 - b)** As atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;
 - c)** A correção de erro material havido no instrumento de Contrato;
 - d)** As alterações na razão ou na denominação social do **CONTRATADO**;
 - e)** As alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados; e
 - f)** Renovações contratuais, sejam por extensão do prazo de execução ou prorrogação do prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA

RESCISÃO

- 10.1** O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato.
- 10.2** O Contrato pode ser rescindido pela **GOIASGÁS** nos casos em que o **CONTRATADO** for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria da **GOIASGÁS**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1** Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a **GOIASGÁS** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas no art. 143 e seguintes do Regulamento.

11.1.1 As sanções administrativas devem ser aplicadas diante da ocorrência dos seguintes comportamentos do **CONTRATADO**:

I - admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, durante a execução do contrato celebrado com a GOIASGÁS, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

II - haver concorrido, comprovadamente, para a consumação de ilegalidade, obtendo vantagem indevida ou se beneficiando, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais;

III - ensejar a sua contratação pela GOIASGÁS, no prazo de vigência da suspensão temporária e impedimento de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade;

IV - incorrer em inexecução de contrato;

V - fraudar, em prejuízo da Administração, os contratos celebrados:

- a) elevando arbitrariamente os preços;
- b) vendendo, como verdadeiro ou perfeito, bem falsificado ou deteriorado;
- c) entregando bem diverso do contratado;
- d) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- e) tornando, injustificadamente, mais oneroso o contrato.

VI - cometer fraude fiscal.

11.1.2 O **CONTRATADO**, para além da hipótese prevista no presente Contrato, estará sujeito à multa:

- a) De mora, por dia de atraso, de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor de cada serviço não executado, limitado a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- b) De mora, por dia de atraso, 0,5% (cinco décimos por cento) do valor previsto de cada serviço para cada dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso. A partir do 16º (décimo sexto) dia corrido

de atraso, a multa moratória passará a ser de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do Contrato.

b.1) A multa será calculada por evento e contada a partir da data prevista para a realização daquele evento.

b.2) Caso o **CONTRATADO** compense o atraso nas etapas intermediárias e cumpra o prazo final, de forma a obter a homologação do benefício fiscal no prazo requerido pela **GOIASGÁS**, esta poderá não efetivar a cobrança da multa.

c) Compensatória, pelo descumprimento total do Contrato, no montante de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

d) Por subcontratar os serviços objeto deste Contrato, de 2,0% (dois por cento) do valor da fatura;

11.1.3 Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o Contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do gestor do Contrato, fundamentada no **item 10.1** do presente Contrato.

11.1.4 Acaso a multa não cubra os prejuízos causados pelo **CONTRATADO**, a **GOIASGÁS** pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil Brasileiro.

11.1.5 A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos ao **CONTRATADO** em razão do Contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro Contrato havido entre a **GOIASGÁS** e o **CONTRATADO**, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

12.1 Quaisquer informações relativas ao presente Contrato, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, da **GOIASGÁS**. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, à **GOIASGÁS**, informando todos os pormenores da intenção do **CONTRATADO**, reservando-se, à **GOIASGÁS**, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

SIGILO DAS INFORMAÇÕES - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 13.1** Será garantido o tratamento de dados pessoais de acordo com as bases legais previstas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- 13.2** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;
- 13.3** Será assegurado que o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- 13.4** O **CONTRATADO** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela **CONTRATANTE**;
- 13.5** O **CONTRATADO** fica obrigada a comunicar à **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados;

- 13.6** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
- 13.7** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados;
- 13.8** Nenhum colaborador do CONTRATADO utilizará ou divulgará quaisquer informações que ele tenha obtido em decorrência do seu vínculo empregatício ou relacionamento com o CONTRATADO para fins de ganho pessoal, as quais possuem caráter estritamente confidencial, sendo de propriedade e livre acesso da CONTRATANTE;
- 13.9** Informações confidenciais e privadas da CONTRATANTE incluem todas as informações que não são públicas e que possam ser usadas por terceiros ou, ainda, prejudiquem a CONTRATANTE, se reveladas;
- 13.10** A divulgação de informações às autoridades em virtude de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais deverão ser prévia e tempestivamente comunicadas à CONTRATANTE, para que decidam sobre a forma mais adequada para tal divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1** Visando a equidade de gênero, fica explicitado, neste instrumento contratual, que os termos porventura utilizados, como agente de licitação, empregado e outros, que estejam referidos pelo termo genérico representativo do masculino, referem-se a todo o coletivo, o que inclui mulheres e homens.
- 14.2** Fica terminantemente proibida a DAÇÃO do presente Contrato como garantia de qualquer transação do **CONTRATADO**.
- 14.3** O **CONTRATADO** deverá obedecer à legislação ambiental vigente, no que couber, e respeitar o Código de Ética da GOIASGÁS.



AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A

- 14.4** Comunicações, avisos, notificações, declarações, bem como qualquer outra espécie de informação necessária às relações estabelecidas neste Contrato, serão efetuadas através de correspondências físicas ou eletrônicas.
- 14.5** A **GOIASGÁS** se reserva o direito de efetuar diligências, a qualquer tempo, nas dependências do **CONTRATADO**, visando garantir a observância das condições ofertadas em sua proposta.
- 14.6** As contratantes elegem o Foro da cidade de Goiânia, estado de Goiás, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato que não forem resolvidas administrativamente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.
- 14.7** E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Contrato.

Goiânia, 24 de março de 2023.

FERNANDO
RUFINO CORDEIRO
VERISSIMO:906809
01191

Assinado de forma
digital por FERNANDO
RUFINO CORDEIRO
VERISSIMO:9068090119
1

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:8324676
2449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

Agência Goiana de Gás Canalizado S/A – GOIASGÁS

CNPJ: 04.583.057/0001-11

Marcus Mello

Assinado de forma
digital por Marcus Mello

Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia

CNPJ: 17.375.812/0001-14

TESTEMUNHAS:

JOYCE LARA MARTINS DE
SOUSA PEREIRA:01304315169

Assinado de forma digital por
JOYCE LARA MARTINS DE
SOUSA PEREIRA:01304315169

1.

Nome: Joyce Lara Martins de Sousa Pereira
CPF: 013.043.151-69

VIVIANE VIEIRA DE
SOUZA:99536897172

Assinado de forma digital
por VIVIANE VIEIRA DE
SOUZA:99536897172

2.

Nome: Viviane Vieira de Souza
CPF: 995.368.971-72



**EXTRATO DA ATA Nº 005/2023
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2023**

PROCESSO Nº: 202200020011323. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição/confeção de camisetas personalizadas, conforme necessidade, por um período de 12 (doze) meses, visando às demandas de ações de promoção institucional da UEG.

ATA Nº 005/2023

FORNECEDOR/ITEM: AFA INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ 24.935.788/0001-96. Itens 1 a 4. VALOR: R\$ 449.500,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais).

A Ata de Registro de Preços se encontra à disposição dos interessados no site <http://www.ueg.br/conteudo/14507/>, selecionando o ano: 2023 e Procedimento: Pregão Eletrônico SRP.

. Informações pelo telefone: (62) 3328-1146. **COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**, 28 de março de 2023. **TONY VINICIUS LEMOS DE LIMA** - Coordenador.

Protocolo 371246

FUNDAÇÕES

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG

**ESTADO DE GOIAS
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
EXTRATO DE CONCESSÃO**

Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Outorga firmado em 08/03/2021 - FAPEG/GO; Concedente: FAPEG, Objeto do Termo: substituição do coordenador do Projeto de Pesquisa e sucessão do beneficiário do fomento, em virtude da solicitação do Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Ação Comunitária da Universidade Estadual de Goiás - Anápolis, tratado no âmbito da CHAMADA PÚBLICA: Nº 06/2019 - Apoio à Estruturação e Consolidação das Incubadoras de Empresas e das Redes Cooperativas para Inovação Tecnológica do Estado de Goiás; Signatário pela FAPEG: Robson Domingos Vieira - Presidente; Beneficiários, Nº do processo e data da assinatura respectivamente: Raphaela Christina Costa Gomes 202010267000551, 30/03/2023.

Goiânia, 30 de março de 2023.

Robson Domingos Vieira
Presidente

Protocolo 371447

**ESTADO DE GOIAS
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA**

EXTRATO DE CONCESSÃO

Termo de Outorga de Bolsa; Concedente: FAPEG, Objeto do Termo: Destina-se este instrumento a disciplinar os direitos, deveres, prerrogativas e sujeições das partes, no que se refere à concessão de bolsa à pesquisa. Tratado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica 003/2021 para execução do projeto EMPODERA; Signatário pela FAPEG: Robson Domingos Vieira - Presidente; Beneficiários, Nº do processo e data da assinatura respectivamente: Eduarda Ribeiro de Sousa 202210267000229, Eliene Pereira dos Santos 30/03/2023.

Goiânia, 30 de março de 2023.

Robson Domingos Vieira
Presidente

Protocolo 371408

PARAESTATAIS - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Agência Goiana de Gás Canalizado S/A – GOIASGÁS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 002/2023 - DAF. **Partes:** Agência Goiana de Gás Canalizado S/A e Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia. **Objeto:** Prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, com foco no setor de gás natural e estatais. **Valor Global:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **Vigência:** 24/03/2023 a 23/03/2024. **Assinaturas pela GOIASGÁS:** Diretor Presidente, Fernando Rufino Cordeiro Veríssimo, e Diretor Administrativo Financeiro/Diretor Técnico Comercial, André Gustavo Lins de Macêdo, e **pela Mello Pimentel:** Sócio Administrador, Marcus Mello. Goiânia, 29 de março de 2023.

Protocolo 371415

Agência Goiana de Habitação – AGEHAB

O **ESTADO DE GOIÁS**, por meio da Agência Goiana de Habitação S/A - AGEHAB, com sede na Rua 18-A, 541, Setor Aeroporto, Goiânia - Goiás, CEP 74.070-060, telefone (62) 3096-5000, torna pública a lista de **250** beneficiários, que deixaram de atender aos critérios e condições do Programa Pra Ter Onde Morar - Aluguel Social, razão pela qual o benefício previsto no Art. 4º da Lei Estadual nº 21.186/2021 será descontinuado, com a consequente desvinculação dos referidos beneficiários do Programa em tela, nos termos do Art. 7º da precitada lei:

Nº	Nome do Beneficiário Desvinculado	CPF
1	Abadia Aparecida De Brito Dias	XXX.889.561-XX
2	Acussena De Souza Guilherme	XXX.185.101-XX
3	Adão Cesar Gonçalves Da Silva	XXX.595.081-XX
4	Adelaide Da Silva Pimenta	XXX.152.331-XX
5	Ademaria Da Comceicao Nascimento Clemens	XXX.470.555-XX
6	Adina Caitano De Jesus Sampaio	XXX.217.801-XX
7	Adriana Cristina De Lima Araujo	XXX.047.561-XX
8	Adriana Da Silva Moura	XXX.260.032-XX
9	Adriana Da Silva Souza	XXX.593.693-XX
10	Adriana De Jesus	XXX.696.751-XX
11	Adriana Dos Santos Freire	XXX.408.205-XX
12	Adriana Macedo De Araujo	XXX.662.561-XX
13	Adriana Maria Ramos	XXX.971.384-XX
14	Adriana Martins De Souza	XXX.214.561-XX
15	Adriana Meira Dos Santos	XXX.327.925-XX
16	Adriana Oliveira De Sousa	XXX.407.861-XX
17	Adriana Paula Rodrigues Da Silva Lopes	XXX.018.961-XX
18	Adrielle Rodrigues Gomes	XXX.851.701-XX
19	Adrielly Vieira De Matos	XXX.283.171-XX
20	Adriely Maria Barros Barata	XXX.270.472-XX
21	Airce Dos Santos Marques	XXX.232.091-XX
22	Albert Rodrigues Barbosa	XXX.657.301-XX
23	Alcirene Silva Palhares	XXX.616.351-XX
24	Aldenice Galvao Dos Santos	XXX.008.261-XX
25	Alessandra Batista Fernandes	XXX.784.281-XX
26	Alessandra De Oliveira De Souza	XXX.463.271-XX
27	Alessandra Pereira Da Silva	XXX.033.721-XX
28	Alex Evangelista Barros	XXX.295.201-XX
29	Alexandra Da Silva Aguiar	XXX.875.461-XX

CNPJ nº 04.583.057/0001-11

NIRE nº 52300008719

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A - GOIASGÁS, REALIZADA EM 17.03.2023, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 17 do mês de março de dois mil e vinte e três, às dez horas, realizou-se a reunião da Diretoria Executiva da Agência Goiana de Gás Canalizado S/A - GOIASGÁS, por videoconferência, via plataforma Zoom.
2. **QUORUM:** Presença do Diretor Presidente, do Diretor Administrativo e Financeiro, do Diretor Técnico e Comercial e da Secretária da Reunião.

3. **MESA:** **Diretor Presidente:** Fernando Rufino Cordeiro Veríssimo;
Diretor Administrativo e Financeiro: André Gustavo Lins de Macêdo;
Diretor Técnico e Comercial: André Gustavo Lins de Macêdo; e
Secretária da Reunião: Joyce Lara Martins de Sousa Pereira (Secretária Geral).

4. ORDEM DO DIA:

- 4.1 Autorização para assinatura do **Contrato nº 002/2023 - DAF**, com a empresa **Mello, Pimentel, Blanc e Franca Advocacia**, referente à prestação dos serviços técnico-jurídico especializados.

5. DELIBERAÇÃO TOMADA PELA UNANIMIDADE DOS DIRETORES DA COMPANHIA:

- 5.1 A Diretoria Executiva da Agência Goiana de Gás Canalizado S/A – GOIASGÁS autoriza a assinatura do Contrato nº 002/2023 - DAF, com a empresa Mello, Pimentel, Blanc e Franca

Advocacia, referente à prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, com foco no setor de gás natural e estatais.

O referido contrato terá vigência de 12 (doze) meses, sendo utilizado o valor máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mediante necessidade e solicitação expressa da GOIASGÁS, devendo ser pago por horas trabalhadas:

a) Advogado júnior: R\$ 350,00 por hora de trabalho (timesheet);

b) Advogado Sênior: R\$ 490,00 por hora de trabalho (timesheet);

c) Advogado Sócio: R\$ 650,00 por hora de trabalho (timesheet).

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a considerar, os diretores encerraram a reunião, da qual se lavrou esta ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros presentes.

Goiânia, 17 de março de 2023.

FERNANDO
RUFINO CORDEIRO
VERISSIMO:906809
01191

Assinado de forma digital
por FERNANDO RUFINO
CORDEIRO
VERISSIMO:90680901191

Fernando Rufino Cordeiro Veríssimo
Diretor Presidente

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:832467
62449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762
449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor Técnico Comercial

JOYCE LARA
MARTINS DE SOUSA
PEREIRA:013043151
69

Assinado de forma
digital por JOYCE LARA
MARTINS DE SOUSA
PEREIRA:01304315169

Joyce Lara Martins de Sousa Pereira
Secretária da Reunião

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

PROCESSO DAF Nº 002/2023

SETOR: DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CUSTO MÁXIMO: R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

DISPENSA DE LICITAÇÃO:

- **ARTIGO 29, CAPUT, INCISO II, DA LEI Nº 13.303/2016** (A LEI DISPÕE SOBRE O ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS, NO ÂMBITO DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS).

- **ARTIGO 1º, § 2º E ARTIGO 122** (REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, COM EXPERTISE NO SETOR DE GÁS NATURAL E ESTATAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-JURÍDICO ESPECIALIZADOS NA ASSESSORIA CONSULTIVA, NAS ÁREAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO, REGULATÓRIO, TRIBUTÁRIO E EMPRESARIAL.

RECURSOS: PRÓPRIOS

NATUREZA (INVEST/CUSTEIO): CUSTEIO

AUTORIZAÇÃO: DIRETORIA EXECUTIVA

Goiânia, 17 de março de 2023

FERNANDO
RUFINO CORDEIRO
VERISSIMO:906809
01191

Assinado de forma
digital por FERNANDO
RUFINO CORDEIRO
VERISSIMO:9068090119
1

Fernando Rufino Cordeiro Veríssimo
Diretor Presidente

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:832467
62449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:832467624
49

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Técnico e Comercial



AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A

CONSIDERAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

Considerando que a AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A – GOIASGÁS necessita de suporte jurídico no desenvolvimento de suas atividades;

Considerando que a GOIASGÁS não dispõe de jurídico interno, na medida que não possui qualquer advogado em seu quadro de empregados;

Considerando que a MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANÇA ADVOCACIA é um escritório de advocacia com experiência no setor de estatais e de gás natural e que já prestou com excelência serviços jurídicos à GOIASGÁS;

Considerando que, de acordo com o art. nº 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, é dispensável a realização de licitação para serviços de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Considerando que o preço por hora para a prestação dos serviços em foco está notoriamente dentro dos patamares de mercado para um escritório do porte e da expertise do Mello Pimentel Blanc e França Advocacia;

AUTORIZA a contratação do escritório MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANÇA ADVOCACIA para a prestação de serviços técnico-jurídico especializados consistente na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, como foco no setor de gás natural e estatais, com base no art. nº 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Goiânia, 17 de março de 2023.

FERNANDO
RUFINO CORDEIRO
VERISSIMO:906809
01191

Assinado de forma
digital por FERNANDO
RUFINO CORDEIRO
VERISSIMO:906809011
91

Fernando Rufino Cordeiro Veríssimo
Diretor Presidente

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:832467
62449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:832467624
49

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Técnico e Comercial

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DAF Nº 002/2023

(ARTIGO 29, CAPUT, INCISO II, DA LEI Nº 13.303/2016; E ARTIGO 1º, § 2º E ARTIGO 122 DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A)

A DIRETORIA EXECUTIVA da Agência Goiana de Gás Canalizado S/A, Administração Pública Direta, no uso de suas atribuições legais, RECONHECE, nos termos do artigo nº 29, caput, inciso II, da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 1º, § 2º e artigo 122, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Goiasgás, constante dos autos do Processo DAF nº 002/2023, a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a contratação da empresa **Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia**, cujo objeto é a prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, com expertise no setor de gás natural e estatais, pelo período de 12 (dozes) meses, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Goiânia, 16 de março de 2023.

FERNANDO RUFINO
CORDEIRO
VERISSIMO:906809
01191

Assinado de forma
digital por FERNANDO
RUFINO CORDEIRO
VERISSIMO:90680901191

Fernando Rufino Cordeiro Veríssimo
Diretor Presidente

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:832467
62449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Técnico e Comercial

PROCESSO DAF Nº 002/2023

Ref.: Contratação de empresa de prestação de serviços técnico-jurídicos especializados.

DESPACHO CEL

Trata-se de solicitação da Diretoria Administrativa Financeira, através do Processo DAF nº 002/2023, no qual solicita a contratação de escritório de advocacia, com expertise no setor de gás natural e estatais, para a prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial.

Considerando a expertise e os excelentes serviços prestados pela Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia foi solicitada proposta para a prestação dos serviços no dia 28/02/2023, conforme condições estabelecidas no Termo de referência nº 001/2023, acompanhada de currículo e atestados de capacidade técnica.

Em paralelo, foram realizadas consultas nas tabelas de honorários disponíveis nos sites da OAB dos estados de Goiás, São Paulo e do Distrito Federal referente ao piso para a prestação dos serviços advocatícios de natureza ordinária, e um levantamento, com duas Companhias de gás natural, do valor pago aos advogados com expertise no setor de gás natural e estatais, por hora trabalhada.

Após análise minuciosa, a Diretoria Executiva constatou que os valores ofertados pela Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia, inscrita no CNPJ nº 17.375.812/0001-14, estão adequados e compatíveis com os preços de mercado, podendo ser pago no máximo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme previsto no Orçamento da Companhia (Anexo II - Despesas Administrativas – 4. Serviço de Terceiros – 4.4. Assessoria Jurídica).

Sobre o tema em comento, a legislação e o Regimento Interno de Licitações e Contratos da Goiásgás (RILC), preveem a contratação por Dispensa de Licitação para compras ou serviços de natureza comum, desde que não ultrapasse o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

Lei nº 13.303/2016:

Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

(...) II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;



AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A

O caso em apreço enquadra-se na hipótese prevista neste dispositivo legal, haja vista o valor global de contratação ser inferior ao limite estipulado na supracitada norma e RILC.

Finalmente, manifestamo-nos pela contratação direta do escritório **Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia**, CNPJ nº **17.375.812/0001-14**, por Dispensa de Licitação, com base no art. 29, inc. II, da Lei nº 13.303/2016 e Regimento Interno de Licitações e Contratos da Goiásgás.

Ato contínuo, remetemos o processo à Diretoria Executiva, a fim de que seja proferida decisão acerca da contratação.

Junte-se. Registre-se. Cumpra-se.

Goiânia, 16 de março de 2023.

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:83246762
449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor Técnico e Comercial
Presidente da Comissão Especial de Licitação

VIVIANE VIEIRA
DE
SOUZA:995368
97172

Assinado de forma
digital por VIVIANE
VIEIRA DE
SOUZA:9953689717
2

Viviane Vieira de Souza
Gerente Financeira
Membro da Comissão Especial de Licitação

JOYCE LARA
MARTINS DE SOUSA
PEREIRA:013043151
69

Assinado de forma
digital por JOYCE LARA
MARTINS DE SOUSA
PEREIRA:01304315169

Joyce Lara Martins de Sousa Pereira
Secretária Geral
Membro da Comissão Especial de Licitação

Goiânia, 16 de março de 2023.

PROCESSO DAF Nº 002/2023

Ref.: Contratação de escritório de Advocacia, com expertise no setor de gás natural e estatais, para a prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento ao Processo DAF nº 002/2023, cujo objeto é a contratação da sociedade de advogados **Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia** para prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, com foco no setor de gás natural e estatais, informo que o **valor está disponível no Orçamento 2023 – Anexo II Despesas Administrativas – 4. Serviço de Terceiros – 4.4. Assessoria Jurídica.**

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:832467
62449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Técnico e Comercial

PROCESSO DAF Nº 002/2023

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

A Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia, em resposta à Carta nº 010/2023 - GOIASGÁS, apresentou proposta para prestação de serviços técnico-jurídicos especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, a serem remunerados conforme honorários advocatícios discriminados abaixo:

- a) **Advogado júnior**, no valor de **R\$ 350,00** (trezentos e cinquenta reais) por hora de trabalho (timesheet);
- b) **Advogado Sênior**, no valor de **R\$ 490,00** (quatrocentos e noventa reais) por hora de trabalho (timesheet);
- c) **Advogado Sócio**, no valor de **R\$ 650,00** (seiscentos e cinquenta reais), por hora de trabalho (timesheet).

Analisando os valores propostos afigurasse-nos que estão adequados e compatíveis com os preços de mercado, conforme detalharemos a seguir:

I. Tabela de Honorários - OAB's:

As tabelas de honorários advocatícios divulgadas pela Ordem dos Advogados do Brasil trazem um piso para a prestação de serviços advocatícios de natureza ordinária, e não de serviços especializados como os demandados pela GOIASGÁS.

Ainda assim, após consultar as tabelas divulgadas pela Seção de Goiás e de outros Estados, como Distrito Federal e São Paulo, verificamos que os valores propostos pela Mello Pimentel estão perfeitamente adequados, sendo cobrado pela execução de serviços especializados valores inferiores ao piso sugerido para os serviços ordinários. Conforme segue:

- a) **OAB/GO:** apesar de não ter um item específico por hora intelectual ou hora de trabalho, é possível extrair da tabela de honorários da OAB/GO (<https://www.oabgo.org.br/arquivos/downloads/tabela-de-honorarios-2021-aprovada-em-01-1217801.pdf>) o valor da hora em questões similares, tais como (i) de R\$ 548,11 para “7.1 – Reuniões fora do escritório (presenciais ou on-line)”; (ii) R\$ 683,99 para “7.4.1 – Conciliação. Acrescido de R\$ 150,00 por hora excedente à primeira”; e (iii) R\$ 4.098,07 ou 10% para “2.2 – Pareceres Complexos (análise de documentos e embasamento jurisprudencial)”;
- b) **OAB/SP:** analisando-se a tabela de honorários da OAB/SP identifica-se a previsão de valor para “1.2 - Hora intelectual”, estimada no valor de R\$ 765,52 (<https://www.oabsp.org.br/servicos/tabelas/tabela-de-honorarios>);

- c) **OAB/DF:** analisando a tabela de honorários da OAB/DF (<https://oabdf.org.br/urh/>), identificamos o seguinte item “111 — HORA TÉCNICA DE TRABALHO — nos contratos em que sejam fixados honorários profissionais em função do tempo trabalhado — VM 2 URH/hora;”, sendo o URH de março de 2023 de R\$ R\$ 368,60, totalizando a hora técnica de trabalho em R\$ 737,20.

II. Valores de Honorários – Distribuidoras de Gás Natural:

Além disso, para comprovar a compatibilidade da hora com os preços de mercado, oficiamos a Companhia de Gás do Pará e a Companhia Maranhense de Gás que informaram que efetuaram a contratação de escritórios com expertise em gás natural e estatais, com a hora no valor de:

a) GÁS DO PARÁ:

- **Advogado júnior**, no valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) por hora de trabalho;
- **Advogado Sênior**, no valor de R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais) por hora de trabalho;
- **Advogado Sócio**, no valor de R\$ 806,21 (oitocentos e seis reais e vinte e um centavos) por hora de trabalho.

b) GASMAR:

- **Advogado júnior**, no valor de R\$ 280,96 (duzentos e oitenta reais e noventa e seis centavos) por hora de trabalho;
- **Advogado Sênior**, no valor de R\$ 494,72 (quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos) por hora de trabalho;
- **Advogado Sócio**, no valor de R\$ 806,21 (oitocentos e seis reais e vinte e um centavos) por hora de trabalho.

Constata-se, portanto, a compatibilidade do preço proposto pelo escritório Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia com os preços de mercado para a prestação dos serviços jurídicos especializados à GOIASGÁS.

Goiânia, 15 de março de 2023

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:832467624
49

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor Técnico e Comercial

Recife (PE), 15 de março de 2023.

À
AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. – GOIASGÁS.

Att. DR. ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACEDO.
M.D. DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO.

**REF.: PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ADVOCATÍCIOS.**

Prezado Senhor,

Conforme solicitado, vimos através desta apresentar proposta de prestação de serviços jurídicos, nos moldes a seguir.

1. O ESCRITÓRIO

Fundado em fevereiro de 2013, Mello Pimentel Advocacia possui sede em Pernambuco e alianças estratégicas com escritórios parceiros em diversas capitais brasileiras e no exterior, os quais são cuidadosamente selecionados, treinados e acompanhados. Assim, a banca garante que o atendimento ao cliente seja feito com rapidez, segurança e mantendo um único padrão de qualidade, mesmo nos locais mais distantes.

Mello Pimentel Advocacia é atualmente formado por mais de 60 (sessenta) colaboradores, incluindo 35 (trinta e cinco) advogados, com sólida formação acadêmica e profissional, e foco direcionado para atingir os resultados almejados, tanto na esfera judicial como no âmbito administrativo e consultivo.

A assessoria jurídica é prestada nas diversas áreas do Direito Público e Infraestrutura, Ambiental, Imobiliário e Urbanístico, Tributário e Aduaneiro, Contencioso Estratégico e Resolução de Conflitos, Societário e Contratual, e

Trabalhista, por meio de equipes especializadas, coordenadas por um Gestor, sob o crivo de um Sócio, e integradas por profissionais qualificados, dedicados e comprometidos com princípios éticos.

Para assegurar a máxima eficiência das atividades, o escritório conta com robusta estrutura operacional e administrativa, composta por um significativo quadro de funcionários e com consultoria externa permanente em gestão estratégica, tecnologia da informação e finanças.

Nesse toar, o Mello Pimentel Advocacia tem sempre constado nas segundas edições do prestigiado anuário nacional da revista *Análise – Os Mais Admirados do Direito*. Além disso, apareceu nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 como destaque na *Chambers & Partners Latin America*. Periódicos locais têm, igualmente, realçado a colocação do Mello Pimentel Advocacia no mercado regional. O escritório também conta com advogados reconhecidos entre os melhores da Região Nordeste do Brasil.

Importante ressaltar que o Mello Pimentel Advocacia tem forte experiência no mercado de gás natural, através da prestação de serviços no setor distribuição de gás natural, como no setor do transporte. Também dispõe de larga experiência na prestação de serviços para estatais, tudo consoante denota os atestados que instruem a presente proposta.

Feita essa sumária apresentação, convidamos V. Sa. a acessar o nosso sítio eletrônico no endereço www.mellopimentel.com.br para obter maiores detalhes acerca de nosso escritório.

2. ESCOPO DOS SERVIÇOS

O objeto do trabalho consiste na prestação de serviços técnico-jurídicos especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, nos moldes constantes no Termo de Referência que nos foi fornecido.

3. HONORÁRIOS PROPOSTOS

Para remunerar nossa prestação de serviços, propomos honorários advocatícios nos seguintes valores:

- a)** Advogado júnior, valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora de trabalho (*timesheet*);
- b)** Advogado Sênior, no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por hora de trabalho (*timesheet*);
- c)** Advogado Sócio, no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), por hora de trabalho (*timesheet*);

Agradecemos pela oportunidade concedida e nos colocamos ao seu inteiro dispor para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Marcus Mello Assinado de forma
digital por Marcus Mello

MELLO PIMENTEL ADVOCACIA

MARCUS H. BATISTA MELLO.



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

☎ (62) 3238-2000 | 🌐 www.oabgo.org.br | ✉ oabnet@oabgo.org.br

TABELA DE HONORÁRIOS

Tabela com valores atualizados pelo INPC e referendada pelo Conselho Pleno na Sessão Ordinária realizada em 01/09/2021. Permanecem inalteradas as disposições relativas aos contratos que adotaram a cláusula *quota litis*, conforme decisão proferida nos autos do processo nº 0001637-17.2016.4.01.3506.01.3506 – 1ª Vara da Subseção Judiciária de Formosa - GO

Esta Tabela terá seus valores anualmente atualizados automaticamente pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor;

- O advogado deve contratar, por escrito, a prestação dos serviços profissionais, fixando o valor dos honorários, reajuste e condições de pagamento, inclusive no caso de acordo, e observando os valores mínimos constantes na Tabela de Honorários, conforme disposição do art. 29 do Código de Ética e Disciplina da OAB;
- A forma e as condições de pagamento das custas e encargos, judiciais e extrajudiciais, deverão integrar o contrato;
- O artigo 49 do Código de Ética e Disciplina estabelece que os honorários profissionais devem ser fixados com moderação, atendidos os elementos seguintes:
 - a) a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas;
 - b) o trabalho e o tempo necessários;
 - c) a possibilidade de ficar o advogado impedido de intervir em outros casos, ou de se desavir com outros clientes ou terceiros;
 - d) o valor da causa, a condição econômica do cliente e o proveito para ele resultante do serviço profissional;
 - e) o caráter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente avulso, habitual ou permanente;
 - f) o lugar da prestação dos serviços, fora ou não do domicílio do advogado;
 - g) a competência e o renome do profissional;
 - h) a praxe do foro sobre trabalhos análogos.
- Todas as despesas, judiciais ou extrajudiciais, bem como de locomoção, alimentação, hospedagem, viagem, transporte, certidões, cópias e condução de auxiliares deverão ser suportadas pelo cliente, ao qual deverá o advogado fazer prestação de contas, caso ele a antecipe;
- Os honorários da sucumbência pertencem ao advogado e não excluem os contratados;
- Nos contratos de honorários que envolvem ações previdenciárias, em tramite ou a tramitar no Juízo Especial Federal da Subseção Judiciária de Formosa/GO, em se tratando de contrato quota litis, em que o pagamento é feito somente na hipótese de êxito, o limite ético de contratação é de até 30% das parcelas vencidas ou atrasadas (sub judice – processo nº 0001637-17.2016.4.01.3506.4.01.3506 – 1ª Vara da Subseção Judiciária de Formosa).



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

☎ (62) 3238-2000 | 🌐 www.oabgo.org.br | ✉ oabnet@oabgo.org.br

TABELA DE HONORÁRIOS

Tabela com valores atualizados pelo INPC e referendada pelo Conselho Pleno na Sessão Ordinária realizada em 01/09/2021. Permanecem inalteradas as disposições relativas aos contratos que adotaram a cláusula *quota litis*, conforme decisão proferida nos autos do processo nº 0001637-17.2016.4.01.3506.01.3506 – 1ª Vara da Subseção Judiciária de Formosa - GO

1 - ATIVIDADES AVULSAS OU EXTRAJUDICIAIS

TABELA I	1 - CONSULTAS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Verbais no horário de expediente (das 8h às 18h, presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 343,18
	1.2 – Verbais fora do horário de expediente (após as 18h, presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 409,97
	1.3 – Verbais no domicílio do cliente		R\$ 547,54
	2 – PARECERES		
	2.1 – Simples		R\$ 1.366,80
	2.2 – Complexos (análise de documentos e embasamento jurisprudencial)	10%	R\$ 4.098,07

TABELA II	3 – VIAGENS E DIÁRIAS NO ESTADO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	3.1 – Diária profissional - independentemente das despesas de transporte, alimentação e estadia (mínimo)		R\$ 819,87
	3.2 – DESLOCAMENTO		1/3 do preço o litro do combustível por quilômetro rodado
	4 – VIAGENS E DIÁRIAS FORA DO ESTADO		
	4.1 – a diária profissional - independentemente das despesas de transporte, alimentação e estadia (mínimo)		R\$ 2.049,60
	5 – LOCOMOÇÃO:		
	as despesas com locomoção deverão ser adiantadas pelo cliente ou, quando antecipadas pelo advogado, deverão ser reembolsadas de imediato, mediante comprovação.		
	6 – OBSERVAÇÃO:		
	As diárias profissionais e as despesas de viagem, transporte, alimentação e estadia são independentes dos honorários profissionais pelos serviços prestados, devendo ser antecipadas pelo constituinte, no equivalente mínimo de duas diárias.		



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

TABELA III	7 – DILIGÊNCIAS AVULSAS - ACOMPANHAMENTO DE CLIENTES:	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	7.1 – Em reuniões fora do escritório (presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 548,11
	7.2 – A órgão administrativo		R\$ 548,11
	7.3 – A cartório judicial		R\$ 548,11
	7.4 – A audiência judicial (presenciais ou <i>on-line</i>)		
	7.4.1 – conciliação - a hora (acresce R\$ 150,00 por hora excedente à primeira)		R\$ 683,99
	7.4.2 instrução e julgamento – a hora (acresce R\$ 200,00 por hora excedente à primeira)		R\$ 1.093,90
	7.5 – A repartição policial		R\$ 1.229,78
	7.6 – Em exames periciais		R\$ 1.229,78
	8 – CORRESPONDÊNCIA		
	8.1 – fotocópias/digitalização - até 100 folhas		R\$ 138,20
	8.2 – fotocópias/digitalização - acima de 100 folhas		Acresce R\$ 0,20 por folha
	8.3 – Protocolo (por ato)		R\$ 138,20
	8.4 – Audiência (presenciais ou <i>on-line</i>)		
	8.4.1 – conciliação - a hora (acresce R\$ 75,00 por hora excedente à primeira)		R\$ 343,18
	8.4.2 instrução e julgamento – a hora (acresce R\$ 100,00 por hora excedente à primeira)		R\$ 547,15

TABELA IV	9 – REQUERIMENTOS E PETIÇÕES AVULSAS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	9.1 – No âmbito judicial		R\$ 956,89
	9.2 – No âmbito administrativo		R\$ 956,89
	9.3 – No âmbito policial		R\$ 956,89

TABELA V	10 – EXAME DOS AUTOS DE PROCESSO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	10.1 – Perante órgãos administrativos		R\$ 956,89
	10.2 – Perante entidades extrajudiciais		R\$ 956,89
	10.3 – Perante autoridades policiais		R\$ 956,89
	10.4 – Perante órgão judicial		R\$ 956,89

TABELA VI	11 – DILIGÊNCIAS DIVERSAS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	11.1 – Obtenção de cópias de documentos ou certidões em repartições públicas (independente de despesas com fotocópias)		R\$ 383,57



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

TABELA VII	12 – CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIAS NA COMARCA	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	12.1 – Para citação, notificação ou interpelação		R\$ 1.094,29
	12.2 – Para exames periciais		R\$ 1.094,29
	12.3 – Para depoimento pessoal		R\$ 1.555,70
	12.4 – Para inquirição de testemunhas		R\$ 1.555,70
	13 - CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIAS FORA DA COMARCA	Valor do ato correspondente, acrescido de diária ou deslocamento e respectivas despesas.	

TABELA VIII	14 – ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	14.1 – Mediação e Conciliação		
	14.1.1 - Diligência Avulsa – ACOMPANHAMENTO DE CLIENTES		
	14.1.1.1 - Conciliação (a hora)		R\$ 345,44
	14.1.1.2 - Conciliação (hora adicional)		R\$ 86,36
	14.1.1.3- Mediação (a hora)		R\$ 403,08
	14.1.1.4 – Mediação (hora adicional)		R\$ 138,20
	14.1.1.5- Representação na Mediação	10%	R\$ 1.923,47
	14.1.2 – ATUAÇÃO COMO MEDIADOR OU MEDIADORA		
	14.1.2.1 – Mediação extrajudicial com ou sem partilha	3%	R\$ 1.923,47
	14.1.2.2- Sessão/ Encontro de Mediação (a hora)		R\$ 391,46
	14.1.2.3 Sessão/ Encontro de Mediação (hora adicional)		R\$ 138,20
	14.2 ARBITRAGEM		
	14.2.1 DILIGÊNCIA AVULSA – ACOMPANHAMENTO DE CLIENTES		
	14.2.1.1 Representação em demanda arbitral	10%	R\$ 1.923,47
	14.2.2- ATUAÇÃO COMO ÁRBITRO OU ÁBITRA		
	14.2.2.1 – Atuação como árbitro ou árbitra	3%	R\$ 806,62
	14.3 - Acordo Extrajudicial	10%	R\$ 2.049,60

TABELA IX	15 – TRÂNSITO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	15.1 – Defesa de multa e auto de infração	30%	R\$ 684,22
	15.2 – Ação judicial	30%	R\$ 1.366,74



Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

TABELA X	16 – ELABORAÇÃO DE CONTRATOS, DISTRATOS, MINUTAS E AFINS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	16.1 – Sociedade Limitada (sobre o valor do capital)	2%	R\$ 3.415,21
	16.2 – Sociedade Anônima (sobre o valor do capital)	2%	R\$ 4.097,96
	16.3 – Sociedade Simples	2%	R\$ 2.732,35
	16.4 – Arquivamento dos contratos elencados acima		R\$ 1.366,74
	16.5 – operações societária	5%	R\$ 6.829,29
	16.6 – Locação residencial	10%	R\$ 1.094,29
	16.7 – Locação Comercial	10%	R\$ 1.339,10
	16.8 – De Comodato Residencial		R\$ 1.094,29
	16.9 – De Comodato para outros fins		R\$ 1.094,29
	16.10 – De arrendamento e Parceria com hipoteca	3%	R\$ 3.415,22
	16.11 – De arrendamento e Parceria sem hipoteca	3%	R\$ 2.049,60
	16.12 – De compra e venda coisa móvel	3%	R\$ 1.094,29
	16.13 – De compra e venda coisa imóvel	3%	R\$ 2.049,60
	16.14 – De promessa de compra e venda coisa móvel	3%	R\$ 1.094,29
	16.15 – De promessa de compra e venda coisa imóvel	3%	R\$ 2.049,60
	16.15.1 – Com reserva de domínio	3%	R\$ 3.416,56
	16.15.2 – Com alienação com garantia fiduciária	3%	R\$ 3.416,56
	16.16 – De fiança		R\$ 1.229,67
	16.17 – De fundação/Associação	3%	R\$ 3.006,49
	16.18 – De cessão ou sub-rogação		R\$ 1.229,67
	16.19 – Minuta de Hipoteca		R\$ 2.049,60
	16.20 – Minuta de Escritura sem assistência ao ato		R\$ 1.229,67
	16.21 – Minuta de Escritura com assistência ao ato	3%	R\$ 1.912,76
	16.22 – Minuta e assistência em testamento	2%	R\$ 2.049,60
	16.23 – Outros Contratos	2%	R\$ 1.229,67
TABELA XI	17 – CONDOMÍNIOS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	17.1 – Elaboração Convenção ou Regimento Interno		R\$ 4.097,96
	17.2 – Alteração Convenção ou Regimento Interno		R\$ 2.732,35
	17.3 – Contratos Condominiais		R\$ 2.732,35
	17.4 – Representação em Assembleias		R\$ 819,93
	17.5 – Elaboração de Estatutos		R\$ 4.097,96
	17.6 – Minuta de Incorporação		R\$ 4.097,96
	17.7 – Registro de Contratos Condominiais		R\$ 1.094,29
TABELA XII	18 – ASSESSORIA JURÍDICA (ADVOCACIA DE PARTIDO)	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	18.1 – em caráter meramente consultivo		R\$ 2.049,60
	18.2 – com assistência total		R\$ 3.825,51
TABELA XIII	19 – ADVOCACIA PARA ADVOGADOS EMPREGADOS (Piso ético)	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	19.1 – Sem dedicação exclusiva:		
	19.1.1 – 4 horas diárias / 20 horas semanais		R\$ 1.420,44



Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

	19.1.2 – Teletrabalho (conforme previsão da CLT)		R\$ 1.420,44
	19.2 – Com dedicação exclusiva:		
	19.2.1 – 8 horas diárias / 40 horas semanais		R\$ 2.536,50
	19.2.2 – Teletrabalho (conforme previsão da CLT)		R\$ 2.536,50

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TABELA I	1 – SINDICÂNCIA OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Acompanhamento e Defesa		R\$ 2.459,90
	2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO		
	2.1 – Recurso		R\$ 4.097,96

3 – MATÉRIA DE JUÍZADOS ESPECIAIS

TABELA I	1 – ATUAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Inicial ou Contestação, sem recurso	20%	R\$ 1.912,76
	1.2 – Inicial ou Contestação, com recurso	20%	R\$ 2.732,35
	2 – ATUAÇÃO EM SEGUNDO GRAU		
	2.1 – Recurso em qualquer processo	10%	R\$ 1.366,74
	2.2 – Sustentação oral em recurso inominado (presenciais ou on-line)	10%	R\$ 1.128,70

4 – MATÉRIA DE ADVOCACIA AMBIENTAL

TABELA I	1 – NA ÁREA ADMINISTRATIVA	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Defesa de Auto de Infração	10%	R\$ 4.098,07
	1.2 – Manifestações em Geral	10%	R\$ 4.098,07

5 – MATÉRIA DE ADVOCACIA ELEITORAL

TABELA I	1 – PROCESSOS ELEITORAIS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Representação Eleitoral, Ação de Investigação Judicial Eleitoral, Ação de Impugnação de Mandato Eletivo ou Ação de Impugnação de Registro de Candidatura		R\$ 8.359,61
	1.2 – Ação Cautelar Eleitoral antecedente		R\$ 6.992,82
	1.3 – Mandado de Segurança		R\$ 6.992,82
	1.4 – Habeas Corpus		R\$ 6.992,82
	1.5 – Defesa Perante o Juízo Eleitoral		R\$ 8.359,61
	1.6 – Defesa Perante ao TRE		R\$ 13.848,57
	1.7 – Defesa Perante ao TSE		R\$ 20.772,29
	1.8 – Prestação de Contas		R\$ 8.359,61



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

6 - MATÉRIA DE ADVOCACIA CÍVEL

TABELA I	1 – MEDIDAS CAUTELARES	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Notificação, interpelação e protesto		R\$ 2.049,60
	1.2 – Antecedentes	5%	R\$ 2.049,60
	1.3 – Se formulado pedido principal	10%	R\$ 1.366,80

TABELA II	2 – MANDADO DE SEGURANÇA	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	2.1 – Sem valor declarado		R\$ 3.416,56
	2.2 – Com valor declarado	10%	R\$ 3.688,11
	2.3 – Acréscimo por litisconsorte		R\$ 1.366,80

TABELA III	3 – EXECUÇÃO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	3.1 – Execução de título extrajudicial	10%	R\$ 2.732,46
	3.2 – Cumprimento de sentença	10%	R\$ 2.732,46

TABELA IV	4 – DEFESA AO EXECUTADO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	4.1 – Embargos à execução	10%	R\$ 2.049,60
	4.2 – Exceção de pré-executividade	10%	R\$ 1.750,31

TABELA V	5 – AÇÕES FUNDADAS EM DIREITO REAL	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	5.1 – Divisão ou Demarcação	10%	R\$ 8.194,91
	5.2 – Cumuladas	10%	R\$ 9.834,65
	5.3 – Usucapião	10%	R\$ 8.877,88
	5.4 – Desapropriação	10%	R\$ 8.877,88
	5.5 – Reivindicatória	10%	R\$ 8.877,88
	5.6 – Ações Petitórias	10%	R\$ 5.463,68
	5.7 – Ação Declaratória Autônoma	10%	R\$ 3.416,56
	5.8 – Registros de Torrens sem oposição	5%	R\$ 3.497,23
	5.9 – Registros de Torrens com oposição	10%	R\$ 6.980,12
	5.10 – Especialização de Hipoteca Legal		R\$ 1.776,70

TABELA VI	6 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	6.1 – Consignação em pagamento	10%	R\$ 2.732,46
	6.2 – Ação Monitória	10%	R\$ 2.732,46
	6.3 – Alienação Judicial	10%	R\$ 2.322,50
	6.4 – Ação de exigir contas – cada fase		R\$ 2.049,60
	6.5 – Homologação do penhor legal	10%	R\$ 2.049,60
	6.6 – Oposição	10%	R\$ 2.049,60
	6.7 – Regulação de avaria grossa	10%	R\$ 1.750,31
	6.8 – Restauração dos autos	10%	R\$ 1.750,31
	6.9 – Intervenção de Terceiros (assistência, denunciação a lide, chamamento ao processo, incidente de desconsideração da personalidade jurídica e amicus curiae)	10%	R\$ 2.049,60



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

	7 - AÇÕES COLETIVAS		
	7.1 Ação Popular	10%	R\$ 4.098,07
	7.2 Ação civil pública	10%	R\$ 4.098,07
	7.3 Mandado de segurança coletivo	10%	R\$ 4.098,07

6.1 - MATÉRIA DE LOCAÇÃO

TABELA I	8- AÇÕES DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	8.1 – com purgação de mora, sobre o valor da locação anual (autor)	10%	R\$ 2.049,60
	8.2 – sem purgação de mora e contestada, sobre o valor da locação anual (autor)	10%	R\$ 2.049,60
	8.3 – com purgação de mora, sobre o valor da locação anual (réu)	5%	R\$ 1.161,98
	8.4 – sem purgação de mora, sobre o valor da locação anual (autor)	10%	R\$ 2.049,60

TABELA II	9 – AÇÕES DE DESPEJO POR OUTRAS INFRAÇÕES	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	9.1 – Pelo autor, sobre o valor da causa	10%	R\$ 3.415,22
	9.2 – Pelo réu, sobre o valor da causa	10%	R\$ 2.732,46

TABELA III	10 – RENOVATÓRIA	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	10.1 – Precedente, sobre a anualidade renovada	15%	R\$ 4.098,07
	10.2 – Improcedente, sem indenização, sobre o último valor anual	15%	R\$ 3.688,11
	10.3 – Improcedente, sem retomada, sobre o último valor anual	10%	R\$ 2.732,46

TABELA IV	11 – REVISÃO E ARBITRAMENTO DE ALUGUERES	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	11.1 – Sobre a diferença anual	20%	R\$ 3.415,22
	12 – FIANÇA		
	12.1 – Extinção ou substituição, sobre o valor anual	10%	R\$ 2.049,60
	13 – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE ALUGUERES		
	13.1 – Aceita, sobre o valor consignado	10%	R\$ 2.322,50
	13.2 – Contestada, sobre o valor consignado	10%	R\$ 2.049,60



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

☎ (62) 3238-2000 | 🌐 www.oabgo.org.br | ✉ oabnet@oabgo.org.br

6.2 - MATÉRIA DE FAMÍLIA

TABELA I	14 – SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	14.1 – Sem bens a serem partilhados		R\$ 3.415,22
	14.2 – Com bens a serem partilhados	10%	R\$ 4.508,04
	14.3 – Separação extrajudicial sem bens a serem partilhados		R\$ 2.732,46
	14.4 – Separação extrajudicial com bens a serem partilhados	5%	R\$ 3.415,22
	15 – SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA		
	15.1 – Sem bens a serem partilhados		R\$ 4.098,07
	15.2 – Com bens a serem partilhados	10%	R\$ 5.463,68
	16 – RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL		
	16.1 – Consensual sem bens a serem partilhados		R\$ 4.098,07
	16.2 – Consensual com bens a serem partilhados	10%	R\$ 4.781,05
	16.3 – Litigioso sem bens a serem partilhados		R\$ 4.098,07
	16.4 – Litigioso com bens a serem partilhados e/ou guarda e alimentos	10%	R\$ 6.146,66
	16.5 – Extrajudicial sem bens a serem partilhados	10%	R\$ 2.732,46
	16.6 – Extrajudicial com bens a serem partilhados	5%	R\$ 3.415,22
	17 – CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO		
	17.1 – Consensual sem bens a serem partilhados		R\$ 3.415,22
	17.2 – Consensual com bens a serem partilhados	10%	R\$ 3.586,91
	17.3 – Litigiosa sem bens a serem partilhados		R\$ 4.098,07
	17.4 – Litigiosa com bens a serem partilhados	10%	R\$ 4.781,05
	17.5 – Litigiosa com bens a serem partilhados e/ou guarda e alimentos	10%	R\$ 6.146,66
TABELA II	18 – DIVÓRCIO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	18.1 – Consensual sem bens a serem partilhados		R\$ 4.781,05
	18.2 – Consensual com bens a serem partilhados e/ou guarda e alimentos		R\$ 5.627,15
	18.3 – Litigioso sem bens a serem partilhados		R\$ 5.627,15
	18.4 – Litigioso com bens a serem partilhados	10%	R\$ 8.550,72
	18.5 – Reconvenção em divórcio	10%	R\$ 8.550,72
	19 – DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL		
	19.1 – Sem bens a serem partilhados		R\$ 2.732,46
	19.2 – Com bens a serem partilhados e/ou guarda e alimentos	5%	R\$ 3.415,22
	20 – NULIDADE OU ANULAÇÃO DE CASAMENTO E/OU AÇÃO DE NULIDADE DE ATOS JURÍDICOS		R\$ 8.877,88
	21 – RESTABELECIMENTO DE SOCIEDADE CONJUGAL		R\$ 2.732,46



Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

☎ (62) 3238-2000 | 🌐 www.oabgo.org.br | ✉ oabnet@oabgo.org.br

TABELA III	22 – PATERNIDADE	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	22.1 – Investigação sem cumulação		R\$ 6.146,66
	22.2 – Investigação com Petição de Herança ou alimentos	10%	R\$ 8.359,61
	22.3 – Reconhecimento de Paternidade - via administrativa		R\$ 2.132,18
	22.4 – Reconhecimento de Paternidade - via judicial		R\$ 3.497,23
	22.5 – Negatória de Paternidade		R\$ 6.146,66
	22.6 – Ação Rescisória de reconhecimento de Paternidade		R\$ 6.146,66

TABELA IV	23 – ALIMENTOS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	23.1 – Provisórios (requeridos em caráter antecedente ou incidente)	5%	R\$ 2.732,46
	23.2 – Ação de Alimentos	10%	R\$ 2.732,46
	23.3 – Revisão, exoneração, redução ou majoração	10%	R\$ 2.732,46
	23.4 – Ação de Oferta de Alimentos		R\$ 2.732,46
	23.5 – Execução de título extrajudicial/Cumprimento de Sentença de obrigação alimentícia	10%	R\$ 2.732,46
	23.6 – Alimentos Transitórios	5%	R\$ 2.732,46
	23.7 – Alimentos Compensatórios	5%	R\$ 2.732,46
	23.8 – <i>Habeas Corpus</i> , relaxamento de prisão ou mandado de segurança		R\$ 2.732,46
	23.9 – OBSERVAÇÃO: Nas ações de alimentos o valor percentual para fixação de honorários mínimos será calculado sobre a soma de 12 parcelas no valor fixado pelo judiciário. - Nos casos de redução ou exoneração de pensão o valor percentual para fixação de honorários mínimos será calculado sobre a soma de 12 parcelas no benefício financeiro alcançado por decisão judicial.		

TABELA V	24 – PROCEDIMENTOS DIVERSOS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	24.1 – Tutela ou Curatela (consensuais)		R\$ 4.098,07
	24.2 – Adoção por nacional		R\$ 4.508,04
	24.3 – Adoção por estrangeiro		R\$ 6.146,66
	24.4 – Interdição		R\$ 4.508,04
	24.5 – Ação de Guarda litigiosa		R\$ 5.190,79
	24.6 – Homologação de Guarda		R\$ 2.732,46
	24.7 – Regulamentação de visitas		R\$ 4.781,05
	24.8 – Emancipação		R\$ 2.732,46
	24.9 – Suprimento de consentimento		R\$ 3.201,09
	24.10 – Busca e apreensão de menores		R\$ 3.552,51
	24.11 – Destituição de pátrio poder		R\$ 3.142,43
	24.12 – Venda judicial de bens de menores		R\$ 3.142,43
	24.13 – Retificação de registro cível		R\$ 2.049,60
	24.14 – Ação de Investigação de Atos de Alienação Parental		R\$ 4.781,05
	24.15 – Separação de Corpos requerida em caráter antecedente		R\$ 2.732,46



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

☎ (62) 3238-2000 | 🌐 www.oabgo.org.br | ✉ oabnet@oabgo.org.br

	24.16 – Sequestro de Bens requerida em caráter antecedente		R\$ 4.098,07
	24.17 – Ação de Alteração de Guarda		R\$ 4.781,05
	24.18 – Ação de Declaratória de Danos Morais por Abandono Afetivo e outros decorrentes da relação de afeto		R\$ 3.415,22
	24.19 – Autorização Judicial para Viagens de Menor		R\$ 2.732,46
	24.20 – Ação de Suprimento de Outorga		R\$ 4.098,07

TABELA VI	25 – MEDIAÇÃO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	25.1 – Mediação Extrajudicial sem partilha		R\$ 2.494,99
	25.2 – Mediação Extrajudicial com partilha	2%	R\$ 2.049,60

6.3 - MATÉRIA DE SUCESSÃO

TABELA I	26 – INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E SOBREPARTILHA JUDICIAL	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	26.1 – Sem litígio, sobre o monte mor ou quinhão de cada herdeiro e/ou meeira	6%	R\$ 4.780,84
	26.2 – Com litígio, sobre o monte mor ou quinhão de cada herdeiro e/ou meeira	10%	R\$ 5.463,68
	26.3 – Inventário Negativo		R\$ 3.415,22
	26.4 – Inventário, Arrolamento e Sobrepartilha Extrajudicial	6%	R\$ 3.415,22
	26.5 – Reserva de bens requerida em caráter antecedente	10%	R\$ 3.415,22
	26.6 – Remoção De Inventariante		R\$ 5.463,68
	26.7 – Ação De Colação	10%	R\$ 4.098,07
	26.8 – Ação De Doação Inoficiosa	10%	R\$ 4.098,07
	26.9 – Abertura De Testamento		R\$ 4.098,07
	26.10 – Ação De Nulidade De Testamento	10%	R\$ 8.194,91
	26.11 – Ação Anulatória De Testamento	10%	R\$ 8.194,91
	26.12 – Ação De Nulidade De Partilha	10%	R\$ 8.194,91
	26.13 – Ação De Habilitação De Herdeiros (Sobre o valor habilitado)	10%	R\$ 3.415,22
	26.14 – Ação De Habilitação De Crédito	10%	R\$ 3.415,22
	26.15 – Ação Declaratória De Indignidade	10%	R\$ 3.415,22
	26.16 – Ação Declaratória De Deserdação	10%	R\$ 4.781,05
	26.17 – Retificação De Partilha	10%	R\$ 4.781,05
	26.18 – Ação De Sonegados	10%	R\$ 5.463,68
	26.19 – Ação de petição de herança	10%	R\$ 4.098,07



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

7 - MATÉRIA DE ADVOCACIA EMPRESARIAL

TABELA I	1 – FALÊNCIA	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Requerida pelo credor, sobre o valor do crédito	10%	R\$ 4.605,85
	1.2 – Requerida pelo Devedor, sobre o valor do passivo	3%	R\$ 6.908,72
	2 – RECUPERAÇÃO JUDICIAL / EXTRAJUDICIAL		
	2.1 – Pedido e acompanhamento de recuperação judicial sobre o valor do passivo.	5%	R\$ 7.138,86
	2.2 – Elaboração e pedido de homologação de recuperação sobre o valor do passivo	5%	R\$ 7.138,86
	3 – HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS		
	3.1 – Não impugnados, sobre o valor habilitado	10%	R\$ 3.166,68
	3.2 – Impugnados, sobre o valor habilitado	15%	R\$ 3.684,50
	3.3 – Pedido de Restituição e Afins	10%	R\$ 3.684,50
	4 – AÇÃO REVOCATÓRIA	5%	R\$ 3.684,50

TABELA II	5 – SOCIETÁRIO	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	5.1 – Dissolução parcial ou total de sociedades	5%	R\$ 4.605,85
	5.2 – Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica (pedido de defesa)	5%	R\$ 4.605,85
	5.3 – Dissolução e liquidação de sociedades		
	5.3.1 – Sobre rateio recebido	10%	R\$ 7.138,86
	5.3.2 – Sobre o valor do passivo (Não inclui defesa criminal)	2%	R\$ 7.138,86
	5.4 – Nulidade de Assembleia ou reunião de sócios	5%	R\$ 3.684,50
	5.5 – Ação de Responsabilidade de Administrador Societário		R\$ 4.605,85

8 - MATÉRIA TRIBUTÁRIA

TABELA I	1 – NA ÁREA ADMINISTRATIVA	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Honorários iniciais sobre o valor da causa	10%	R\$ 3.415,22
	1.2 – Honorários finais sobre o benefício	10%	R\$ 2.732,46
	2 – NA ÁREA JUDICIAL		
	2.1 – Honorários iniciais sobre o valor da causa	10%	R\$ 3.415,21
	2.2 – Honorários finais sobre o benefício	10%	R\$ 2.732,46
	3 – AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL		
	3.1 – Honorários iniciais sobre o valor da causa	10%	R\$ 4.098,07
	3.2 – Honorários finais sobre o benefício	10%	R\$ 2.732,46
	4 – LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS		
	4.1 – Sobre o valor dos bens	10%	R\$ 2.732,46
	5 – REPETIÇÃO DE INDÉBITO		
	5.1 – Honorários iniciais sobre o valor da causa	2,5%	R\$ 3.415,22
	5.2 – Honorários finais sobre o benefício	5%	R\$ 2.732,46



Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

9 - MATÉRIA TRABALHISTA

TABELA I	1 – DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1- Patrocínio do Reclamante/Reclamado, sobre o valor do acordo ou da condenação	20%	R\$ 2.158,13
	1.1.a – Acréscimo mínimo em caso de recurso	5%	
	2 – REPRESENTAÇÃO EM DISSÍDIO COLETIVO, ACORDO COLETIVO, CONVENÇÃO COLETIVA OU CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO, EM QUALQUER DAS PARTES, CUMULATIVAMENTE SENDO MÍNIMO FIXO E PERCENTUAL SOBRE A VANTAGEM PLEITEADA		
	2.1 – Com até 500 empregados	20%	R\$ 5.463,68
	2.2 – Entre 500 e 1.000 empregados	20%	R\$ 10.721,26
	2.3 – Acima de 1.000 empregados	20%	R\$ 15.363,88
	3 – REPRESENTAÇÃO EM DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA JURÍDICA		R\$ 10.243,49

TABELA II	4 – RECURSOS TRABALHISTAS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	4.1 – Agravo de Instrumento	10%	R\$ 2.732,46
	4.2 - Contraminuta de Agravo de Instrumento	10%	R\$ 2.732,46
	4.3 – Agravo de Petição	10%	R\$ 2.732,46
	4.4 - Contraminuta de Agravo de Petição	10%	R\$ 2.732,46
	4.5 – Recursos Ordinários	10%	R\$ 3.415,22
	4.6 – Contrarrazões de Recursos Ordinários	10%	R\$ 3.415,22
	4.7 – Recurso de Revista	10%	R\$ 4.315,69
	4.8 – Contrarrazões de Recurso de Revista	10%	R\$ 4.315,69
	4.9 – Recurso Extraordinário	10%	R\$ 6.992,87
	4.10 - Contrarrazões de Recursos Extraordinários	10%	R\$ 6.992,87
	4.11 – Agravo contra despacho denegatório de seguimento de recurso extraordinário	10%	R\$ 6.992,87
	4.12 – Contrarrazões de Agravo contra despacho denegatório de seguimento de recurso extraordinário	10%	R\$ 6.992,87

TABELA III	5 – SERVIÇOS DIVERSOS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	5.1- Elaboração de petição inicial		R\$ 1.557,96
	5.2 – Elaboração de defesa		R\$ 1.557,96
	5.3 – Acompanhamento de homologação de rescisão contratual		R\$ 1.229,78
	5.4 – Comparecimento a audiência inaugural (presenciais ou on-line)		R\$ 1.229,78
	5.5 – Comparecimento a audiência de instrução (presenciais ou on-line)		R\$ 1.749,06
	5.6 – Comparecimento a audiência de conciliação (presenciais ou on-line)		R\$ 1.229,78
	5.7 – Comparecimento a audiência de encerramento de instrução (presenciais ou on-line)		R\$ 1.229,78
	5.8 – Embargos de Devedor	10%	R\$ 1.620,01
	5.9 – Embargos de Terceiros	10%	R\$ 1.620,01



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

5.10 – Embargos de Declaração		R\$ 1.620,01
5.11 – Promover Execução	10%	R\$ 1.640,88
5.12 – Ação Rescisória Trabalhista	15%	R\$ 6.993,33
5.13 – Contestação de Ação Rescisória	10%	R\$ 6.993,33
5.14 – Ação de reintegração de empregado, sobre o proveito econômico	15%	R\$ 3.497,23
5.15 – Inquérito para apuração de falta grave		R\$ 3.497,23
5.16 – Sustentação Oral (presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 2.732,46
5.17 – Acompanhamento no TRT		R\$ 1.749,06
5.18 – Elaboração de memoriais		R\$ 1.461,50
5.19 – Apresentação de cálculos		R\$ 1.557,96
5.20 – Impugnação de cálculos		R\$ 1.557,96
5.21 – Mandado de Segurança		R\$ 3.497,23
5.22 – Resposta ao Mandado de Segurança		R\$ 3.497,23
5.23 – Ação Cautelar (requerida em caráter antecedente)		R\$ 3.497,23
5.24 – Contestação de ação cautelar		R\$ 3.497,23
5.26 – Petição interlocutória		R\$ 410,08

TABELA IV	6 – ASSESSORIA JURÍDICA PARA CONSTITUIÇÃO DE SINDICATO, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	6.1 – Elaboração de Estatuto		R\$ 13.657,46
	6.2 – Confecção de Edital		R\$ 3.415,22
	6.3 – Assessoria presencial em Assembleia - a hora		R\$ 684,22
	6.4 – Registro do Sindicato no MT sem impugnação		R\$ 3.415,22
	6.5 – Registro do Sindicato no MT com impugnação		R\$ 6.829,29
	6.6 – Impugnação de Registro Sindical		R\$ 3.415,22
	7 – INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS SINDICIAIS		
	7.1 – Participações ou assessoria em assembleia da categoria – a hora		
	7.1.a – Fora do domicílio do profissional		R\$ 684,22
	7.1.b – No domicílio do profissional		R\$ 479,01
	7.2 – Assessoria ou participação de reunião de diretoria e conselho ou outros órgãos internos – a hora		
	7.2.a – fora do domicílio do profissional		R\$ 479,01
	7.2.b – no domicílio profissional		R\$ 343,18
	8 – ELEIÇÕES DE SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES		
	8.1 – Elaboração de Regimento ou Regulamento Eleitoral		R\$ 6.829,29
	8.2 – Elaboração de Edital		R\$ 684,22
	8.3 – Integrar como membro da Comissão Eleitoral		R\$ 6.829,29
	8.4 – Integrar como Presidente da Comissão Eleitoral		R\$ 13.657,46
	8.5 – Assessoria de Comissão Eleitoral – a hora		R\$ 479,01
	9 – IMPUGNAÇÃO DE CHAPAS OU CANDIDATOS ELEITORAIS		
	9.1 – Atuar no polo ativo		R\$ 1.461,50
	9.2 – Atuar no polo passivo		R\$ 1.461,50
	10 – IMPUGNAÇÃO DO RESULTADO DE ELEIÇÕES E ASSOCIAÇÕES		R\$ 3.757,26
	11 – PARECERES ESCRITOS EM GERAL		R\$ 4.098,07
	12 – CONSULTAS A DIRETORES E/OUTROS DE MATÉRIA SINDICAL		R\$ 684,22



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

13 – ASSESSORIA EM PROCESSOS DISCIPLINARES EM GERAL PARA APLICAR PENALIDADE A DIRETOR OU ASSOCIADO		
13.1 – No polo ativo		R\$ 3.415,22
13.2 – No polo passivo		R\$ 6.829,29
14 – MENSALIDADES SINDICAIS NÃO CONSIGNADAS EM FOLHA		
14.1 – Cobrança extrajudicial - cumulativo	10%	R\$ 1.461,50
14.2 - Cobrança judicial - cumulativo	15%	R\$ 3.415,21
15 – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL		
15.1 – Não consignadas		
15.1.a – Cobrança extrajudicial	10%	R\$ 1.461,50
15.1.b – Cobrança judicial	15%	R\$ 4.098,07
15.2 – Consignadas em folha		
15.2.a – Cobrança extrajudicial	10%	R\$ 1.461,50
15.2.b – Cobrança judicial	15%	R\$ 4.144,21
16 – CONSULTORIA, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, A SINDICATOS DE TRABALHADORES		
16.1- Com até 500 empregados		R\$ 3.688,11
16.2- Entre 500 e 1.000 empregados		R\$ 5.600,75
16.3- Acima de 1.000 empregados		R\$ 6.829,29
17 - CONSULTORIA, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, A SINDICATOS DE EMPRESAS		
17.1 – Com até 10 empresas associadas		R\$ 7.649,12

10 - MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

TABELA I	1 – FASE ADMINISTRATIVA	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Concessão de benefícios previdenciários		R\$ 1.639,75
	1.2 – Concessão de benefícios assistenciais		R\$ 1.639,75
	1.3 – Expedição de certidão de tempo de serviço contribuição		R\$ 1.366,85
	1.4 – Justificativa de tempo de serviço		R\$ 2.732,46
	1.5 – Recurso Administrativo		R\$ 1.639,75
	2 – FASE JUDICIAL		
	2.1 – Ação De concessão de auxílio-doença ou auxílio acidente de trabalho		R\$ 3.415,22
	2.2 – Ação de Revisão de benefício		R\$ 3.415,22
	2.3 – Ação de Concessão de benefícios previdenciários		R\$ 3.415,22
	2.4 – Ação de Concessão de benefícios assistenciais		R\$ 3.415,22
	2.5 – Ação de reconhecimento de tempo de serviço		R\$ 3.415,22
	2.6 – Atuação em fase Recursal		R\$ 3.415,22



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

11 - MATÉRIA PENAL

TABELA I	1 – DILIGÊNCIAS GERAIS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Na delegacia de polícia (diurno)		R\$ 1.639,75
	1.2 – Na delegacia de polícia (noturno)		R\$ 3.688,11
	1.3 – Acompanhamento de inquérito policial		R\$ 4.098,07
	1.4 – Exames de processos		R\$ 3.415,22
	1.5 – Apresentação do cliente		R\$ 1.557,96
	1.6 – Participação em audiência (presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 1.557,96
	1.7 – Justificação judicial (presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 2.351,60
	1.8 – Pedido de fiança		R\$ 3.142,43
	1.9 – Pedido de relaxamento de flagrante		R\$ 3.142,43
	1.10 – Pedido de reabilitação		R\$ 3.142,43
	1.11 – Exceção de verdade		R\$ 3.415,22
	1.12 – Pedido de sursis		R\$ 3.415,22
	1.13 – Pedido de prisão domiciliar ou albergue		R\$ 2.596,52
	1.14 – Pedido de retratação ou perdão		R\$ 2.596,52
	1.15 – Cessaçao de periculosidade		R\$ 3.415,22
	1.16 – Anistia, graça ou indulto		R\$ 3.415,22
	1.17 – Habeas corpus perante juízo singular		R\$ 3.497,00
	1.18 – Habeas corpus perante Tribunais Ordinários		R\$ 4.781,05

TABELA II	2 – DEFESA E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	2.1 – De rito primário – contravenção		R\$ 3.415,21
	2.2 – De rito sumário – crime		R\$ 3.497,23
	2.3 – Queixa Crime		R\$ 3.497,23
	2.4 – De rito ordinário – 1º grau		R\$ 4.781,05
	2.5 – De Juizado Especial		R\$ 2.732,46
	2.6 – Assistência ao Ministério Público		R\$ 6.992,87

TABELA III	3 – TRIBUNAL DO JURI	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	3.1 – Defesa, acompanhamento da instrução e defesa em plenário		R\$ 13.657,46
	3.2 – Acompanhamento da instrução		R\$ 9.560,52
	3.3 – Defesa no plenário do júri, 1º julgamento réu solto		R\$ 9.560,52
	3.4 – Defesa no plenário do júri, 1º julgamento réu preso		R\$ 13.657,46
	3.5 – Julgamentos posteriores – cada um		R\$ 6.829,29
	3.6 – Assistência ao MP – no plenário		R\$ 13.657,46

12 - MATÉRIA MILITAR

TABELA I	1 – PROCESSO MILITAR	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Atuação em 1ª instância		R\$ 6.829,29
	1.2 – Atuação em 2ª instância		R\$ 6.829,29
	1.3 – Impetração de Ação autônoma de Habeas Corpus		R\$ 6.146,66



Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

☎ (62) 3238-2000 | 🌐 www.oabgo.org.br | ✉ oabnet@oabgo.org.br

13 – ADVOCACIA PERANTE AOS TRIBUNAIS

TABELA I	1 – RECURSOS CÍVEIS E COMERCIAIS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1.1 – Interposição	5%	R\$ 3.497,23
	1.2 – Contrarrazões	5%	R\$ 3.497,23
	2 – RECURSOS CRIMINAIS		
	2.1 – Apelação		R\$ 4.862,84
	2.2 – Interposição ou contrariedade		R\$ 4.862,84
	2.3 – Carta testemunhável		R\$ 3.142,43
	2.4 – Agravo em Execução		R\$ 3.497,23
	2.5 – Recurso em sentido estrito		R\$ 4.862,84
	2.6 – Habeas Corpus		R\$ 6.829,29

TABELA II	3 – ATOS DIVERSOS	PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	3.1 – Elaboração de memoriais		R\$ 3.142,43
	3.2 – Sustentação Oral em Tribunal Local (presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 3.497,23
	3.3 – Sustentação Oral em Tribunal de outro Estado (presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 6.992,87
	3.4.- Sustentação Oral nos Tribunais Superiores (STJ, STF, TSE, TST, STM) (presenciais ou <i>on-line</i>)		R\$ 7.542,16
	3.5 – Acompanhamento simples do recurso		R\$ 2.732,46
	3.6 – Embargos de Declaração		R\$ 2.049,60
	3.7 – Embargos Infringentes		R\$ 3.497,23
	3.8 – Embargos de Divergência		R\$ 3.524,87
	3.9 – Agravo de Instrumento		R\$ 3.415,22
	3.10 – Agravo Regimental	5%	R\$ 2.732,46
	3.11 – Recurso Adesivo		R\$ 3.497,23
	3.12 – Recurso Ordinário		R\$ 5.627,15
	3.13 – Recurso Especial e Extraordinário		R\$ 9.725,19
	3.14 – Revisão Criminal		R\$ 6.992,87
	3.15 – Reclamação		R\$ 4.261,54
	3.16 – Correção parcial		R\$ 6.992,87
	3.17 – Agravo contra denegação de seguimento de recurso especial		R\$ 6.992,87
	3.18 – Contrarrazões Agravo contra denegação de seguimento de recurso especial		R\$ 6.992,87
	3.19 – Agravo contra denegação de seguimento de recurso extraordinário		R\$ 6.992,87
	3.20 – Contrarrazões Agravo contra denegação de seguimento de recurso extraordinário		R\$ 6.992,87
	3.21 – Mandado de Segurança		R\$ 6.992,87
	3.22 – Incidente de Resolução de demandas repetitivas		R\$ 6.992,87
	3.23 – Incidente de assunção de competência		R\$ 6.992,87
	3.24 – Incidente de arguição de declaração de inconstitucionalidade		R\$ 5.627,15



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

☎ (62) 3238-2000 | 🌐 www.oabgo.org.br | ✉ oabnet@oabgo.org.br

14 – ADVOCACIA PERANTE À JUSTIÇA DESPORTIVA

TABELA I		PERC. (%)	VALOR Valor mínimo
	1 – Procedimento Que Tramita Em Comissão Disciplinar de Tribunal de Justiça Desportiva		R\$ 819,82
	2 - Procedimento que tramita em Tribunal de Justiça Desportiva (Tribunal Pleno)		R\$ 1.366,74
	3 – Procedimento que tramita em Comissão Disciplinar de Superior Tribunal de Justiça Desportiva		R\$ 1.366,74
	4 – Procedimento que tramita em Superior Tribunal de Justiça Desportiva (Tribunal Pleno)		R\$ 2.049,60
	5 - Defesa Justiça Desportiva por denunciado (1º. Grau CD do TJD)		R\$ 1.105,57
	6 - Defesa Justiça Desportiva por denunciado (2º. Grau oriundo dos TJDs, CD e Pleno do STJD)		R\$ 2.211,15
	7 - Procedimentos Especiais junto à Justiça Desportiva		R\$ 2.763,94
	8 - Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta, etc.) frente às entidades de administração do desporto – âmbito nacional e regional		R\$ 6.908,72
	9 - Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta, etc.) frente à FIFA e TAS/CAS		R\$ 10.363,07
	10- Participação em painel: audiência (presenciais ou <i>on-line</i>)/recurso. Os valores em matéria desportiva são acrescidos de 20% caso a atuação envolva atletas, clubes e contratos em língua estrangeira	20%	

15 – ADVOCACIA MUNICIPALISTA (PUBLICISTA)

	1- Contencioso Judicial (com prestação terceirizada de serviços regulares)		VALOR Valor mínimo
	1.1 – Defesa dos interesses da Prefeitura em ações das áreas do direito correlatas às atividades municipais	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 9.211,81
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 10.938,99
		Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 14.968,92
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 17.271,79
		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 20.726,15
	1.2 – Defesa dos interesses dos Fundos Municipais e órgãos específicos da administração direta e indireta em ações das áreas do direito	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 5.757,45
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 8.060,54



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

TABELA I	correlatas às atividades dos mesmos consórcios públicos	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 9.211,81
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 13.817,43
		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 18.423,28
	1.3 – Recursos que tramitam em 2º e 3º graus de jurisdição	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 5.757,45
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 8.060,54
		Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 9.211,81
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 13.817,43
		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 18.423,28
	2 – Assessoria e Consultoria Jurídico-Administrativa (com prestação terceirizada de serviços regulares)		R\$ 2.049,60
	2.1. Órgãos municipais da administração direta e indireta no âmbito das próprias repartições	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 5.757,45
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 7.484,63
		Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 9.211,81
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 13.241,74
		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 17.271,79
	2.2. Defesa dos interesses do Município perante o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 9.211,81
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 10.938,99
		Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 14.968,92
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 17.271,79
		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 20.726,15
	2.3. Defesa dos interesses dos Fundos Municipais e órgãos específicos da administração direta e indireta perante o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 5.757,45
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 8.060,21
		Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 9.211,81
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 13.817,43
		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 18.423,28



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

TABELA II	3- Ações Judiciais Específicas		VALOR
			Valor mínimo
	3.1 – Mandado de Segurança e outros remédios constitucionais	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 9.211,81
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 13.817,43
		Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 17.271,79
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 19.574,88
		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 23.029,24
		Honorários fixados de acordo com os valores referencias consignados no artigo 83, §3º, incisos I a V do Código de Processo Civil (aplicado por simetria à presente tabela), repercutidos sobre o proveito financeiro em prol do Município ou contratante, até o período considerado de 60 (sessenta) meses, quando o resultado consubstanciar-se em parcelas sucessivas.	
	3.2 – Tutelas de Urgência, Emergência, Provisória e Evidência	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 4.605,85
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 6.908,72
		Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 8.635,89
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 9.787,38
		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 11.514,56
		Honorários fixados de acordo com os valores referencias consignados no artigo 83, §3º, incisos I a V do Código de Processo Civil (aplicado por simetria à presente tabela), repercutidos sobre o proveito financeiro em prol do Município ou contratante, até o período considerado de 60 (sessenta) meses, quando o resultado consubstanciar-se em parcelas sucessivas.	
	3.3 – Ações Declaratórias e outras sem repercussão financeira estimada	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 9.211,81
		Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 10.764,87
		Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 13.817,43
		Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 17.271,79



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

☎ (62) 3238-2000 | 🌐 www.oabgo.org.br | ✉ oabnet@oabgo.org.br

		Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 23.029,24
3.4 – Ações Declaratórias, de Cobrança, Execução, Monitória e outras com repercussão financeira estimável		R\$ 5.103,50 em causas até o valor de R\$ 50.000,00	
		R\$ 9.186,00 em causas até o valor de R\$ 100.000,00	
		R\$ 10.206,70 em causas até o valor de R\$ 250.000,00	
		R\$ 15.310,00 em causas até o valor de R\$ 500.000,00	
		R\$ 30.620,00 em causas até o valor de R\$ 1.000.000,00	
		Honorários fixados de acordo com os valores referencias consignados no artigo 83, §3º, incisos I a V do Código de Processo Civil (aplicado por simetria à presente tabela), repercutidos sobre o proveito financeiro em prol do Município ou contratante, até o período considerado de 60 (sessenta) meses, quando o resultado consubstanciar-se em parcelas sucessivas.	
		Obs.: independente do proveito econômico poderão ser fixados honorários iniciais, na forma preconizada no item 1.3 desta tabela.	
4 – Procedimentos Administrativos Específicos			
4.1. Pareceres em Geral			R\$ 9.211,81
4.2. Assessoramento e consultoria em procedimentos administrativos em geral			R\$ 9.211,81

TABELA III	5- Assessoria e Consultoria Jurídica para Câmara de Vereadores em Processos Legislativos (com prestação terceirizada de serviços regulares)	VALOR Valor mínimo mensal
	Composta por 09 vereadores	R\$ 5.757,45
	Composta por 11 vereadores	R\$ 9.211,81
	Composta por 13 vereadores	R\$ 11.514,56
	Composta por 15 vereadores	R\$ 13.817,43
	Composta por 17 vereadores	R\$ 16.120,52
	Composta por 19 vereadores	R\$ 18.423,28
	Composta por 21 vereadores	R\$ 20.726,15
	Composta por 23 ou mais vereadores	R\$ 23.029,24
	6 – Assessoria e Consultoria Jurídica para Câmara de Vereadores em Matérias Administrativas em Geral (com prestação terceirizada de serviços regulares)	Valor mínimo mensal
	Composta por 09 vereadores	R\$ 5.757,45
	Composta por 11 vereadores	R\$ 9.211,81
	Composta por 13 vereadores	R\$ 11.514,56



CRESCENDO JUNTOS
EM TODAS AS CAUSAS

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120

(62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

	Composta por 15 vereadores	R\$ 13.817,43	
	Composta por 17 vereadores	R\$ 16.120,52	
	Composta por 19 vereadores	R\$ 18.423,28	
	Composta por 21 vereadores	R\$ 20.726,15	
	Composta por 23 ou mais vereadores	R\$ 23.029,24	
	7 – Assessoria e Consultoria Jurídica para Câmara de Vereadores Perante o TCM (com prestação terceirizada de serviços regulares)	Valor mínimo mensal	
	Composta por 09 vereadores	R\$ 5.757,45	
	Composta por 11 vereadores	R\$ 9.211,81	
	Composta por 13 vereadores	R\$ 11.514,56	
	Composta por 15 vereadores	R\$ 13.817,43	
	Composta por 17 vereadores	R\$ 16.120,52	
	Composta por 19 vereadores	R\$ 18.423,28	
	Composta por 21 vereadores	R\$ 20.726,15	
	Composta por 23 ou mais vereadores	R\$ 23.029,24	
	8 – Procedimentos Administrativos Específicos para a Câmara de Vereadores	Valor Mínimo	
	8.1. Pareceres em Geral	Composta por até 15 vereadores	R\$ 9.211,64
		Composta por até 19 vereadores	R\$ 13.817,43
		Composta por mais de 21 vereadores	R\$ 15.544,61
	8.2. Assessoramento e Consultoria em Procedimentos Administrativos em Geral	Composta por até 15 vereadores	R\$ 13.817,43
		Composta por até 19 vereadores	R\$ 18.423,28
		Composta por mais de 21 vereadores	R\$ 22.453,32

OBS.: Os valores dos honorários referidos na tabela da Advocacia Municipalista (Publicista) podem ser cumulados, desde que contratados mais de um objeto (serviço) consignado nos respectivos “indicativos”.

Tabela de Honorários Advocatícios 2023



SÃO PAULO

CAASP | ESA | OAB PREV-SP

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – 2023

1 A presente tabela foi formulada levando em conta os percentuais médios e os valores mínimos de honorários praticados pela Classe, para efeito de aplicação do artigo 22 da Lei nº 8.906/1994, como fonte de referência, para que a advogada/advogado possa estimar o valor de seus honorários de acordo com a natureza e a complexidade dos serviços profissionais prestados.

2 Recomenda-se à advogada/advogado contratar os seus honorários previamente e por escrito, observadas as disposições do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da OAB, fixando o valor, reajuste e condições de pagamento, inclusive no caso de acordo, considerando os valores mínimos e os parâmetros constantes da Tabela (artigo 48 do Código de Ética e Disciplina da OAB).

3 O contrato de honorários deve conter cláusulas disciplinando, dentre outras, sobre as seguintes matérias:

- a) o serviço a ser prestado, o valor, a forma de pagamento e o índice de reajustamento da verba honorária;
- b) se a remuneração for composta também de parte variável, esta somente será exigida quando da efetiva satisfação da condição;
- c) a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais e demais despesas, inclusive honorários de outras advogadas/advogados para acompanharem cartas precatórias ou diligências em comarcas distintas daquela em que tramita o feito, bem como o aviamento e a sustentação oral de recursos nos órgãos de segundo grau de jurisdição ou tribunais superiores, correm por conta do cliente;
- d) se a causa exigir serviços fora da comarca sede, ficará ressalvado à advogada/advogado o direito de executá-los pessoalmente ou por substabelecimento, arcando o cliente, em qualquer dos casos, mediante prestação de contas, com todas as despesas judiciais ou extrajudiciais, assim como as de locomoção, alimentação, hospedagem, viagem, transporte, certidões, cópias e condução de auxiliares.

4 É lícito à advogada/advogado contratar a prestação de serviços em valores superiores aos previstos nesta Tabela:

- a) Não havendo previsão de correção monetária para pagamento dos honorários advocatícios, com ou sem contrato escrito, o índice a ser considerado para o caso de parcelamento será o mesmo previsto no item 9 seguinte, calculando-se, nesse caso, o mencionado reajuste, a partir do vencimento das parcelas contratadas.
- b) A mesma sistemática deverá ser adotada para o caso de inadimplemento, ainda que se cuide de parcela única a ser paga.

5 Nos casos em que a tabela indicar o valor da verba honorária em percentual e também em valor determinado, dever-se-á entender o primeiro como sendo o percentual médio e, o segundo, como valor mínimo habitualmente praticado pela Classe.

6 Na ausência de especificação, 1/3 da verba honorária contratada, por escrito ou verbalmente, deverá ser paga no ato da outorga da procuração, início do trabalho, outro tanto até a sentença de primeiro grau e o restante no final, nos termos do artigo 22, § 3º, da Lei nº 8.906/1994, devidamente atualizada monetariamente.

7

Salvo ajuste em contrário, os honorários pactuados compreendem somente o patrocínio da causa em primeiro grau. A interposição ou resposta de recurso para o segundo grau ou tribunais superiores, bem como sustentação oral, constituem atos próprios, que deverão ser contratados especificamente.

8

O desempenho da Advocacia é atividade-meio, e não de resultados. Assim, os honorários contratados serão devidos no caso de êxito ou não da demanda, ou do desfecho do assunto tratado.

9

A sucumbência relativa a honorários advocatícios pertence à advogada/advogado do vencedor(a) da lide, sem qualquer redução nos honorários contratados, em conformidade com o que estipula a lei, descabendo com relação a estes e em qualquer hipótese a imposição de compensações, reduções ou exclusões.

10

Havendo revogação do mandato antes do término do serviço, sem que ocorra culpa da advogada/advogado, os honorários serão devidos em sua totalidade.

11

É aconselhável que a advogada/advogado cobre sempre o valor da consulta quando alguma matéria jurídica ou ligada à profissão lhe for apresentada. Se, em função da consulta, sobrevier prestação de serviços, a critério das partes, o valor da consulta poderá ou não ser abatido dos honorários a serem contratados.

12

A advogada/advogado substabelecido(a) com reserva de poderes deverá sempre ajustar sua remuneração com o(a) substabelecete;

13

A verba honorária pactuada não compreende a prestação de serviços em quaisquer incidentes processuais ou em procedimentos acessórios ou preventivos, salvo se previamente convencionado.

14

Nas ações em que houver condenação ao pagamento de prestações vencidas e vincendas, a porcentagem será calculada sobre o total vencido, acrescido do valor correspondente a 12 (doze) prestações vincendas, salvo se menor o prazo em que forem devidas.

15

A realização de acordo entre as partes litigantes não implica a redução do valor dos honorários contratados.

16

O contrato de honorários que, pelo decurso de tempo ou pela superveniência de circunstâncias imprevisíveis à época do ajuste, se torne excessivamente oneroso para a advogada ou advogado, poderá ser objeto de revisão.

17

Os serviços não contemplados nesta tabela deverão ser cobrados com equidade e moderação, observados os critérios do local da prestação, bem como o tempo e a complexidade do trabalho, fixando a remuneração entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do valor econômico da questão, atendidos:

a) a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas; b) o trabalho e o tempo necessários; c) a possibilidade de ficar a advogada/advogado impedido(a) de intervir em outros casos ou de se desavir com outros clientes ou terceiros; d) o valor da causa, a condição econômica do cliente e o proveito para ele resultante do serviço profissional; e) o caráter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente avulso, habitual ou permanente; f) o lugar da prestação dos serviços, fora ou não do domicílio da advogada/advogado; g) a competência e o renome do profissional; h) a praxe do foro sobre trabalhos análogos.

18

A Tabela de Honorários aprovada pela OAB SP terá seus valores monetariamente atualizados e divulgados anualmente, sempre a partir de todos os dias 2 de janeiro, de acordo com a variação anual da tabela prática para cálculo de atualização monetária dos débitos judiciais, elaborada de acordo com a jurisprudência predominante no Tribunal de Justiça de São Paulo, acumulada no período, ou por meio de outro índice que espelhe a realidade econômica da inflação, a critério do Conselho Secional.

19

Os casos omissos desta Tabela serão apreciados pela Primeira Turma de Ética Profissional da OAB SP – Seção Deontológica, na conformidade do artigo 136, § 3º, inciso III, alínea d, do Regimento Interno da Secional.

Aprovada, na 2.410ª Sessão Ordinária do seu Conselho Secional, realizada em 28 de agosto de 2017, a proposta de Honorários de Advogados Correspondentes que compõem a presente tabela.

Aprovada, na 2.440ª Sessão Extraordinária Virtual do Conselho, ocorrida em 16 de abril de 2020, a inclusão do item quanto ao atendimento virtual/eletrônico.

Aprovada, na 2.443ª Sessão Ordinária Virtual do Conselho Secional, ocorrida em 22 de junho de 2020, a adequação e aperfeiçoamento da seção Atividades em Matéria Previdenciária: Administrativa ou Judicial, que passou a ser intitulada Atividades da Advocacia Previdenciária para o Segurado e Dependente; e a instituição da seção Advocacia Previdenciária Empresarial e suas subseções intituladas Advocacia Consultiva Previdenciária Empresarial, Advocacia Contenciosa Administrativa Previdenciária Empresarial e Advocacia Contenciosa Judicial Previdenciária Empresarial; bem como da seção Considerações importantes, com orientações gerais tocantes aos parâmetros a serem considerados para a cobrança dos honorários advocatícios perante o conceito de proveito econômico durante o trâmite processual – seja ele administrativo, seja judicial – e à formalização e cumprimentos contratuais dos serviços prestados pela Advocacia.

Aprovada, na 2.475ª Sessão Ordinária do Conselho Secional, ocorrida em 30 de agosto de 2021, a inclusão da seção: Tutela Protetiva dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Aprovada, na 2.475ª Sessão Ordinária do Conselho Secional, ocorrida em 30 de agosto de 2021, a atualização da redação da seção: Atividades em Matéria de Justiça Militar.

Aprovados, na 2.478ª Sessão Ordinária do Conselho Secional, ocorrida em 27 de setembro de 2021, ajustes na redação da seção: Atividades em Matéria Cível, nos itens 4.41 a 4.44, pertinentes à propriedade intelectual.

Aprovada, na 2.478ª Sessão Ordinária do Conselho Secional, ocorrida em 27 de setembro de 2021, a inclusão da seção: Atividades em Assessoria Jurídica em Métodos Autocompositivos.

INDICATIVO DE VALORES PERCENTUAIS

a) Salvo outra disposição na presente, serão devidos honorários no percentual de 20% sobre o valor econômico da questão, havendo ou não benefício patrimonial.

b) As importâncias adiante anotadas, em reais, são sugeridas como valores mínimos.

c) Na ausência de estipulação em sentido contrário, serão devidos honorários para o cumprimento de cartas precatórias específicas para citação, intimação, notificação, interpelação ou outros fins: R\$ 1.357,30

d) Advocacia de partido, sem vínculo empregatício – valor mensal mínimo: R\$ 2.714,61.

1	ATIVIDADES AVULSAS OU EXTRAJUDICIAIS	Valores mínimos	Percentuais
1.1	Consulta	R\$ 475,05	
	a) Consulta em condições excepcionais (com exame de documentos)	R\$ 1.017,97	
1.2	Hora intelectual	R\$ 765,52	
1.3	Acompanhamento ou exame de documentos em órgão público	R\$ 1.071,72	10%
1.4	Acompanhamento de citação, notificação, intimação, interpelação e exames periciais	R\$ 765,52	
1.5	Acompanhamento de depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas (por ato)	R\$ 2.143,46	
1.6	Cobrança amigável (art. 395 do CC/2002), independentemente dos honorários contratuais	R\$ 1.071,72	10%
1.7	Consignação em pagamento na via extrajudicial	R\$ 1.837,25	10%
1.8	Exame e visto em instrumento de constituição de pessoa jurídica	R\$ 1.837,25	
1.9	Elaboração de convenção de condomínio e regimento interno, por unidade autônoma	R\$ 765,52	
1.10	Elaboração de notificação extrajudicial	R\$ 765,52	
1.11	Elaboração de minutas de contrato, distrato, alteração, estatuto, testamento, escritura ou documento	R\$ 4.343,37	3%
1.12	Parecer ou memorial	R\$ 3.062,08	
1.13	Participação e assessoria em assembleia	R\$ 2.714,60	
1.14	Requerimento ou petições	R\$ 1.071,72	
1.15	Exame de processo em geral	R\$ 678,64	
1.16	Intervenção para solução de qualquer assunto no terreno amigável, mesmo quando for de valor inestimável	R\$ 2.714,60	
	a) Havendo interesse econômico, 10% desse valor		

2	MATÉRIA ADMINISTRATIVA	Valores mínimos	Percentuais
2.1	Sindicância e processo administrativo – acompanhamento/defesa	R\$ 2.755,87	10%
2.2	Processo administrativo – recurso	R\$ 5.358,63	5%
2.3	Ação ou defesa – fase administrativa	R\$ 9.186,23	20%
2.4	Recurso – fase administrativa	R\$ 4.593,10	10%
2.5	Ação ou defesa – fase judicial	R\$ 15.310,37	20%
2.6	Recurso – fase judicial	R\$ 7.655,18	10%

3	ATIVIDADES EM JUIZADOS ESPECIAIS: ESTADUAL E FEDERAL	Valores mínimos	Percentuais
3.1	Inicial ou contestação e audiência	R\$ 1.224,82	20%
3.2	Atuação em segunda instância	R\$ 918,62	10%
3.3	Sustentação oral perante turmas recursais	R\$ 918,62	10%

4	ATIVIDADES EM MATÉRIA CÍVEL	Valores Mínimos	Percentuais
4.1	Procedimento ordinário: proposição ou defesa	R\$ 5.511,73	20%
4.2	Procedimento sumário: proposição ou defesa	R\$ 3.827,59	20%
4.3	Cumprimento de sentença	R\$ 3.062,08	20%
4.4	Impugnação ao cumprimento de sentença	R\$ 3.062,08	20%
4.5	Execução de título extrajudicial	R\$ 3.062,08	20%
4.6	Impugnação/embargos à execução de título extrajudicial	R\$ 3.062,08	20%
4.7	Impugnação/embargos à penhora, à arrematação, à adjudicação, ao leilão, de títulos judiciais e extrajudiciais	R\$ 3.062,08	20%
4.8	Processo cautelar específico: incidental ou preparatório	R\$ 3.062,08	10%
4.9	Processo cautelar inominado: incidental ou preparatório	R\$ 3.827,59	20%

Procedimentos Especiais:		Valores mínimos	Percentuais
4.10	Consignação em pagamento	R\$ 3.827,59	20%
4.11	Depósito	R\$ 3.062,08	10%
4.12	Anulação e substituição de título ao portador	R\$ 3.062,08	10%
4.13	Prestação de contas	R\$ 9.186,23	

Ações Possessórias:		Valores mínimos	Percentuais
4.14	Móvel	R\$ 3.062,08	20%
4.15	Imóvel: interdito proibitório - manutenção - reintegração	R\$ 5.358,63	20%
4.16	Nunciação de obra nova	R\$ 4.750,56	10%
4.17	Usucapião	R\$ 5.358,63	20%
4.18	Divisão e demarcação	R\$ 4.750,56	10%
4.19	Embargos de terceiro	R\$ 5.358,63	10%
4.20	Habilitação	R\$ 3.827,59	10%
4.21	Restauração de autos	R\$ 3.827,59	10%
4.22	Das vendas a crédito com reserva de domínio	R\$ 3.827,59	10%
4.23	Do Juízo arbitral	R\$ 4.750,56	10%
4.24	Da ação monitória	R\$ 2.714,60	10%
4.25	Desapropriação direta	R\$ 5.429,21	10%
4.26	Desapropriação indireta	R\$ 9.186,23	20%

Jurisdição Voluntária:		Valores mínimos	Percentuais
4.27	Inominada	R\$ 3.827,59	10%
4.28	Ação de retificação de registro público	R\$ 3.827,59	
4.29	Alvará judicial	R\$ 2.714,60	20%
4.30	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso	R\$ 4.071,91	10%
4.31	Mandado de segurança	R\$ 6.124,15	20%
4.32	Ação ordinária de despejo	R\$ 4.750,56	20%
4.33	Ação renovatória de locação	R\$ 4.750,56	20%
4.34	Ação de revisão e/ou arbitramento de aluguel	R\$ 4.750,56	20%
4.35	Ação de consignação de aluguel	R\$ 3.827,59	20%

4.36	Atos/acompanhamento despejo/reintegração	R\$ 3.062,08	
4.37	Ação de dissolução de sociedade	R\$ 6.124,15	20%
4.38	Ação de cancelamento de protesto	R\$ 3.827,59	15%
4.39	Mandado de injunção	R\$ 3.827,59	
4.40	<i>Habeas data</i>	R\$ 3.827,59	
4.41	Ação negatória ou de abstenção de uso de matéria de propriedade intelectual	R\$ 16.075,89	
4.42	Ação indenizadora por prejuízos decorrentes de contrafação ou crime em matéria de propriedade intelectual	R\$ 10.717,26	
4.43	Busca e apreensão em matéria de propriedade intelectual	R\$ 13.013,82	
4.44	Procedimentos administrativos de propriedade intelectual: depósitos de marca ou patente, oposição, recursos, revisão, caducidade, nulidade etc.	R\$ 4.750,56	
4.45	Análise da documentação e pedido de registro de loteamento ou desmembramento, por grupo de dez lotes	R\$ 3.827,59	10%
4.46	Opção de nacionalidade	R\$ 3.062,08	

5	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE INSOLVÊNCIA, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	Valores mínimos	Percentuais
5.1	Pedido de falência e acompanhamento até a decretação	R\$ 4.593,10	20%
5.2	Ação de restituição e ação reivindicatória, até a decisão final	R\$ 4.593,10	20%
5.3	Pedido de recuperação de empresa	R\$ 8.143,82	2% a 10%
5.4	Pedido de declaração de insolvência	R\$ 3.827,59	20%
5.5	Habilitação tempestiva ou retardatária e divergência de crédito	R\$ 3.827,59	20%
5.6	Representação do falido (sobre o montante do passivo)	R\$ 7.655,18	20%
5.7	Representação do devedor insolvente (sobre o montante do passivo)	R\$ 7.655,18	20%
5.8	Representação do administrador judicial na falência ou na recuperação judicial	R\$ 9.186,23	10%

6	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	Valores mínimos	Percentuais
Direito de Família			
6.1	Divórcio Judicial		
	a) Consensual	R\$ 6.889,67	
	b) Cumulado com alimentos e/ou bens, acrescido do percentual	R\$ 6.889,67	6%
	c) Litigioso	R\$ 10.717,25	
	d) Cumulado com alimentos e/ou bens, acrescido do percentual	R\$ 10.717,25	10%
6.2	Reconvenção em divórcio	R\$ 10.717,25	8%
6.3	Ação anulatória de separação judicial, divórcio e/ou rescisória (acrescido do percentual sobre o patrimônio)	R\$ 10.543,53	8%
6.4	Divórcio extrajudicial em cartório (acrescido do percentual sobre alimentos, patrimônio e/ou quinhão)	R\$ 3.827,59	6%
6.5	Dissolução de união estável		
	a) Consensual	R\$ 6.889,67	

	b) Cumulada com alimentos e/ou bens, acrescida do percentual	R\$ 6.889,67	6%
	c) Litigiosa	R\$ 10.717,25	
	d) Cumulada com alimentos e/ou bens, acrescida do percentual	R\$ 10.717,25	10%
6.6	Investigação de paternidade cumulada		
	a) com petição de herança, acrescida do percentual sobre o quinhão	R\$ 10.717,25	
	b) com petição de alimentos, acrescida do percentual sobre o valor da causa	R\$ 10.717,25	
6.7	Ação negatória de paternidade	R\$ 13.013,82	
	a) Ação rescisória de paternidade	R\$ 13.013,82	
6.8	Ação de nulidade ou anulação de casamento	R\$ 13.013,82	
6.9	Ação de alimentos: provisórios – provisionais (majoração – redução – exoneração)		
	a) Proposição e/ou contestação – valor de 3 (três) pensões mensais	R\$ 2.296,56	
6.10	Execução de alimentos – pena de prisão/penhora	R\$ 2.296,56	
	a) Proposição e/ou contestação: valor de 3 (três) pensões mensais		
6.11	Curatela	R\$ 9.186,23	
6.12	Tutela	R\$ 9.186,23	
6.13	Emancipação ou suprimento	R\$ 3.827,59	
6.14	Suprimento judicial de outorga de consentimento	R\$ 5.358,63	
6.15	Adoção		
	a) Por nacional	R\$ 7.655,18	
	b) Por estrangeiro	R\$ 14.544,85	
6.16	Ações cautelares – Direito de Família		20%
	a) Arrolamento de bens	R\$ 5.358,63	
	b) Busca e apreensão de crianças e adolescentes ou bens	R\$ 5.358,63	
	c) Guarda provisória	R\$ 5.358,63	20%
	d) Regulamentação de visitas	R\$ 5.358,63	
	e) Separação de corpos	R\$ 5.358,63	
	f) Sequestro de bens	R\$ 6.889,67	
6.17	Ação ordinária de regulamentação de visitas	R\$ 6.889,67	
6.18	Ação ordinária de busca e apreensão de crianças e adolescentes	R\$ 6.889,67	
6.19	Ação de interdição ou levantamento	R\$ 7.655,18	
6.20	Ação de alteração de guarda	R\$ 5.358,63	
6.21	<i>Habeas corpus</i> (prisão civil)	R\$ 14.544,85	
6.22	Desconsideração da personalidade jurídica	R\$ 9.186,23	20%
	a) Direito Sucessório		
6.23	Inventário, arrolamento e sobrepartilha judicial		
	a) Sem litígio: 8% sobre o valor real do monte-mor ou sobre o valor real do quinhão de cada herdeiro	R\$ 5.358,63	
	b) Com litígio: 10% sobre o valor real do monte-mor ou sobre o valor real do quinhão de cada herdeiro	R\$ 5.358,63	
	c) Sobrepartilha: aplicam-se os mesmos índices do inventário ou arrolamento		

6.24	Inventário negativo	R\$ 3.827,59	
6.25	Inventário, arrolamento e sobrepartilha extrajudicial		
	a) 6% sobre o valor real do monte-mor ou 6% sobre o valor real do quinhão de cada herdeiro	R\$ 3.827,59	
6.26	Reserva de bens	R\$ 3.827,59	10%
6.27	Remoção de inventariante	R\$ 9.186,23	
6.28	Ação de colação	R\$ 5.358,63	10%
6.29	Ação de doação inoficiosa – 10% sobre os bens excedentes	R\$ 5.358,63	10%
6.30	Ação de sonegados	R\$ 9.186,23	20%
6.31	Ação de nulidade de testamento	R\$ 10.717,25	
6.32	Ação anulatória de testamento	R\$ 10.717,25	
6.33	Ação de nulidade de partilha	R\$ 10.717,25	
6.34	Ação de habilitação de herdeiros (sobre o valor habilitado)	R\$ 3.827,59	10%
6.35	Ação de habilitação de crédito (sobre o valor habilitado)	R\$ 3.827,59	10%
6.36	Ação declaratória de indignidade (sobre o valor do quinhão do excluído)	R\$ 7.195,87	20%
6.37	Ação declaratória de deserdação (sobre o quinhão do deserddado)	R\$ 7.195,87	20%
6.38	Retificação de partilha	R\$ 3.827,59	
6.39	Minuta de testamento e/ou assistência ao ato e a abertura de testamento	R\$ 5.358,63	

7	ATIVIDADES EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	Valores mínimos	Percentuais
7.1	Advocacia Previdenciária para o(a) Segurado(a) e Dependente		
	Fase Administrativa		
7.1.1	Concessão ou restabelecimento de aposentadoria, auxílio-acidente, pensão por morte e benefícios assistenciais (BPC)	R\$ 3.086,14	20% a 30% do proveito econômico
7.1.2	Concessão ou restabelecimento de auxílio-doença ou auxílio-reclusão	R\$ 1.028,71	20% a 30% do proveito econômico
7.1.3	Concessão de salário-maternidade	R\$ 1.028,71	20% a 30% do proveito econômico
7.1.4	Revisão de benefício	R\$ 3.086,14	20% a 30% do proveito econômico
7.1.5	Solicitação e expedição de Certidão de Tempo de Contribuição	R\$ 2.296,56	
7.1.6	Justificação administrativa, além do valor bruto do benefício	R\$ 3.062,08	
7.1.7	Retificação e atualização do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS	R\$ 2.296,56	
7.1.8	Regularização de recolhimento previdenciário	R\$ 2.296,56	
7.1.9	Cálculo e planejamento previdenciário	R\$ 3.062,08	

7.1.10	Atuação somente a partir da fase recursal	R\$ 3.062,08	20% a 30% do proveito econômico
7.1.11	Procedimento visando à restituição de valores indevidamente cobrados e/ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive no caso de benefício de prestação continuada da LOAS, bem como repetição de indébito	R\$ 3.062,08	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.1.12	Sustentação oral perante órgãos recursais administrativos	R\$ 1.531,04	
7.1.13	Realização de defesa administrativa para evitar a suspensão do benefício previdenciário ou assistencial	R\$ 3.062,08	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.1.14	Parecer jurídico solicitado por entidades sindicais, associações, gestores de regimes previdenciários e outras pessoas jurídicas	R\$ 7.655,19	

Fase Judicial			
7.1.15	Ação de concessão ou restabelecimento de aposentadoria, auxílio-acidente, pensão por morte e benefícios assistenciais (BPC)	R\$ 3.086,14	20% a 30% do proveito econômico
7.1.16	Ação de concessão ou restabelecimento de auxílio-doença ou auxílio-reclusão	R\$ 1.028,71	20% a 30% do proveito econômico
7.1.17	Ação para concessão de salário-maternidade	R\$ 1.028,71	20% a 30% do proveito econômico
7.1.18	Ação de revisão de benefício	R\$ 3.086,14	20% a 30% do proveito econômico
7.1.19	Ação para requerer expedição de Certidão de Tempo de Contribuição	R\$ 3.062,08	
7.1.20	Ação de reconhecimento de tempo de serviço/contribuição	R\$ 3.062,08	
7.1.21	Ação ou contestação visando à manutenção de benefício previdenciário	R\$ 3.086,14	20% a 30% do proveito econômico
7.1.22	Ação visando à restituição de valores indevidamente cobrados e/ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive no caso de benefício de prestação continuada da LOAS, bem como repetição de indébito;	R\$ 3.062,08	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.1.23	Mandado de injunção e <i>habeas data</i> individual	R\$ 4.593,11	
7.1.24	Mandado de segurança individual	R\$ 4.593,11	
7.1.25	Ação rescisória	R\$ 4.593,11	
7.1.26	Sustentação oral	R\$ 1.531,04	
7.1.27	Ações coletivas	R\$ 4.593,11	
7.1.28	Atuação somente a partir da fase recursal	R\$ 3.086,14	20% a 30% do proveito econômico

7.2 Advocacia Previdenciária Empresarial			
Advocacia Consultiva Previdenciária Empresarial			
7.2.1	Consultoria mensal sem vínculo empregatício	R\$ 765,52	por hora trabalhada
7.2.2	Para empresas com até 20 empregados	R\$ 3.062,08	
7.2.3	Para empresas com 21 a 40 empregados	R\$ 6.124,15	
7.2.4	Para empresas com acima de 41 empregados	R\$ 7.655,19	
7.2.5	Parecer sobre interpretação de normas previdenciárias, planejamento previdenciário ou qualquer tipo enquadramento realizado pelo MPS ou INSS	R\$ 7.655,19	

Advocacia Contenciosa Administrativa Previdenciária Empresarial		Valores mínimos	Percentuais
7.2.6	Atuação em Processo Administrativo – Acidente do Trabalho	R\$ 4.593,11	
7.2.7	Atuação em Processo Administrativo Fase Recursal – Acidente do Trabalho	R\$ 2.296,56	
7.2.8	Atuação no Programa de Reabilitação Profissional junto ao INSS	R\$ 4.593,11	
7.2.9	Contestação FAP	R\$ 7.655,19	

Advocacia Contenciosa Judicial Previdenciária Empresarial		Valores mínimos	Percentuais
7.2.10	Atuação em Ação de Acidente do Trabalho como Terceiro Interviente Interessado	R\$ 4.593,11	
7.2.11	Ação de Descaracterização de Acidente do Trabalho	R\$ 4.593,11	
7.2.12	Ação de Redução Alíquota FAP/SAT	R\$ 4.593,11	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.2.13	Ação de Repetição Indébito ou Compensação	R\$ 4.593,11	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.2.14	Defesa em Ação Regressiva Previdenciária – Acidente do Trabalho	R\$ 4.593,11	20% a 30% do valor da economia que obtiver

Considerações importantes

O parâmetro utilizado para o apontamento dos valores mínimos dos serviços baseia-se no valor da hora intelectual do profissional e a média de horas empregada no referido serviço.

O proveito econômico da ação judicial tem como marco inicial aquele da data do início do pagamento das prestações postuladas em juízo (incluindo as vencidas) e como marco final a expedição do ofício requisitório específico (precatório ou RPV), acrescidos de 12 (doze) parcelas vincendas a partir de então.

O proveito econômico na esfera administrativa consiste nos valores auferidos entre a data do início do pagamento administrativo das parcelas (incluindo as retroativas) do benefício ou das diferenças pleiteadas acrescidas de mais 12 (doze) parcelas vincendas.

O abono anual pago ao segurado ou dependente (13º salário) também incidirá na base de cálculo dos honorários advocatícios, posto que inclui a base de cálculo do proveito econômico.

O cálculo da verba honorária terá como base os valores brutos recebidos pelo(a) cliente.

Os honorários previstos nesta Tabela não impedem que a advogada/advogado pactue com seu cliente o pagamento de honorários iniciais, independentemente do êxito da demanda. Os honorários remuneram os serviços da advocacia previdenciária. Dessa forma, eventual obrigação do cliente em devolver benefícios recebidos não implica a obrigação de a advogada/advogado devolver os honorários contratuais.

No caso da demanda em que o benefício previdenciário seja indeferido, mas que seja deferido cômputo de tempo de contribuição, inclusive tempo especial para fins de futura aposentadoria, será devido o pagamento dos honorários mínimos da ação de reconhecimento de tempo de serviço e/ou de contribuição.

A cobrança de honorários advocatícios na via administrativa e na via judicial não se confundem e, assim, podem ser cobrados separadamente com previsão em instrumento único ou contratos distintos.

8	ATIVIDADES EM MATÉRIA TRABALHISTA	Valores mínimos	Percentuais
8.1	Patrocínio de reclamante: sobre o valor econômico da questão ou da condenação, ou do acordo	R\$ 1.531,03	20% a 30%
8.2	Acréscimo no caso de recurso ordinário	R\$ 1.071,72	5%
8.3	Acréscimo no caso de recurso de revista e/ou contrarrazões	R\$ 1.071,72	5%
8.4	Patrocínio do reclamado: sobre o valor real do pedido ou do valor econômico da questão com pagamento no início da ação	R\$ 3.827,59	20% a 30%
8.5	Acréscimo no caso de recurso ordinário sobre o valor do pedido	R\$ 2.755,87	5%
8.6	Acréscimo no caso de recurso de revista sobre o valor do pedido e/ou contrarrazões	R\$ 3.827,59	10%
8.7	Execução de sentença ou embargos		
	a) Como mandatário específico para o ato	R\$ 3.827,59	20%
	b) Se já for mandatário da causa principal, acrescer	R\$ 1.837,25	5%
8.8	Processos cautelares		
	a) Como medida autônoma	R\$ 2.755,87	20%
	b) Para reintegração de empregado	R\$ 4.593,10	20%
8.9	Pedido de homologação judicial de demissão de estável e de transação com opção pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) sobre o valor da transação	R\$ 3.827,59	20%
8.10	Pedido de assistência à demissão de empregado estável, sobre o valor da transação	R\$ 3.827,59	20%
8.11	Dissídios coletivos: representação em dissídio, acordo ou convenção coletiva		
8.12	De empresa de até 100 empregados	R\$ 7.655,18	
8.13	De empresa de 101 até 300 empregados	R\$ 9.186,23	
8.14	De empresa de 301 até 600 empregados	R\$ 10.717,25	
8.15	De empresa com mais de 600 empregados	R\$ 14.544,85	
8.16	De sindicato com até 50 empresas	R\$ 10.717,25	
8.17	De sindicato com mais de 50 empresas	R\$ 18.372,44	
8.18	De sindicato de empregados: aplicam-se os mesmos valores acima ou valor recolhido pelo sindicato a título de contribuição assistencial		20%
8.19	O inquérito judicial para a apuração de falta grave de empregado		
	a) Defesa do empregado	R\$ 3.062,08	20%
	b) Propositura do inquérito	R\$ 5.358,63	20%

8.20	Consultoria, sem vínculo empregatício, de sindicato de trabalhadores		
	a) Na reclamatória do associado, sobre o valor auferido	R\$ 3.827,59	20%
	b) Na reclamatória do não associado, sobre o valor auferido	R\$ 3.827,59	20%
8.21	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresas com menos de 50 empregados	R\$ 7.655,18	
8.22	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresa com mais de 50 empregados	R\$ 10.717,25	
8.23	Habilitação de crédito trabalhista tempestiva/retardatária		10%
8.24	Ação de indenização por acidente de trabalho - 20% a 30% sobre o valor econômico da questão	R\$ 4.750,56	20% a 30%

9	ATIVIDADES EM MATÉRIA FISCAL E TRIBUTÁRIA	Valores mínimos	Percentuais
9.1	Procedimento ou defesa administrativa - 1ª instância	R\$ 3.827,59	10%
9.2	Procedimento ou defesa administrativa - 2ª instância	R\$ 3.827,59	10%
9.3	Parecer sobre interpretação de normas tributárias, planejamento tributário ou qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado pelo fisco	R\$ 7.655,18	10%
9.4	Ação anulatória de débito tributário (sobre o montante excluído)	R\$ 9.186,23	15%
9.5	Defesa em execução de natureza fiscal, sobre o valor da ação	R\$ 9.186,23	15%
9.6	Ação de repetição de indébito (sobre o montante repetido)	R\$ 7.655,18	15%
9.7	Liberação de mercadorias	R\$ 3.827,59	10%
9.8	Outros procedimentos em matéria fiscal ou tributária	R\$ 3.827,59	10%
9.9	Consultoria sem vínculo empregatício, na esfera administrativa e/ou judicial		
	a) Micro e pequena empresa	R\$ 1.837,25	
	b) Ltda.	R\$ 5.358,63	
	c) S/A	R\$ 9.186,23	
	d) Demais entidades (ex.: cooperativas, sociedades civis etc.)	R\$ 3.827,59	

10	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE CONSUMIDOR	Valores mínimos	Percentuais
	Fase Administrativa		
10.1	Procedimento ou defesa administrativa sobre o valor econômico envolvido, como mandatário da empresa	R\$ 5.358,63	20%
10.2	Parecer sobre normas de relação de consumo	R\$ 3.827,59	20%

	Fase Judicial		
10.3	Ação movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pelo fato do produto e do serviço	R\$ 5.358,63	20%
10.4	Ação movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por vício do produto e do serviço	R\$ 5.358,63	20%
10.5	Ação movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por publicidade enganosa ou abusiva	R\$ 5.358,63	20%
10.6	Ação movida pelo consumidor, visando à nulidade de cláusulas abusivas constantes em contratos de consumo	R\$ 5.358,63	20%
10.7	Defesa em ação judicial movida pelo consumidor, sobre o valor atualizado da ação	R\$ 9.186,23	20%

10.8	Atuação em audiência isolada, para coleta de prova oral	R\$ 2.143,46	
	a) Representação em convenção coletiva de consumo		
10.9	De entidade civil de consumidores	R\$ 3.827,59	
10.10	De associação de fornecedores	R\$ 5.358,63	
10.11	De sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores	R\$ 7.655,18	
	a) Consultoria sem vínculo empregatício		
10.12	De empresas de pequeno porte	R\$ 6.124,15	
10.13	De empresas de médio porte	R\$ 8.420,70	
10.14	De empresas de grande porte	R\$ 10.717,25	
10.15	Entidade civil de consumidores	R\$ 9.186,23	
10.16	De associações de fornecedores	R\$ 9.186,23	
10.17	De sindicato de categoria econômica de consumidores e fornecedores	R\$ 11.482,77	

11	ATIVIDADES EM MATÉRIA AMBIENTAL	Valores mínimos	Percentuais
11.1	Análise dos aspectos ambientais de contrato	R\$ 3.062,08	3%
11.2	Procedimentos ou defesa administrativa, inclusive auto de infração, sobre o valor econômico	R\$ 4.593,10	10%
11.3	Atuação ou acompanhamento de licenciamento ou certificação ambiental	R\$ 7.655,18	3%
11.4	Processo contencioso		
	a) Defesa em inquérito civil	R\$ 7.655,18	
	b) Defesa em processo civil	R\$ 10.717,25	20%
11.5	Atuação em inquérito civil público ou ação civil pública	R\$ 15.310,37	20%
11.6	Atuação em audiência isolada para coleta de prova	R\$ 2.143,46	
11.7	Acompanhamento de estudos ambientais	R\$ 9.186,23	15%
11.8	Parecer sobre interpretação de normas ambientais, sobre projeto ambiental ou qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado	R\$ 6.124,15	5%
11.9	Processo-crime ambiental	R\$ 18.372,44	

12	ATIVIDADES EM MATÉRIA ELEITORAL	Valores mínimos	Percentuais
12.1	Queixa, representação ou impugnação	R\$ 9.186,23	
12.2	Defesa em processo eleitoral (investigação judicial ou impugnação de mandato)	R\$ 14.544,85	
12.3	Defesa por crime eleitoral	R\$ 21.434,52	
12.4	Outros procedimentos ou atos perante a Justiça Eleitoral	R\$ 7.655,18	

13	ATIVIDADES EM MATÉRIA PENAL	Valores mínimos	Percentuais
13.1	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais – horário diurno (das 7 às 19 horas)	R\$ 2.035,94	
13.2	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais – horário noturno (das 19 às 7 horas)	R\$ 3.674,49	
13.3	Atuação em inquérito policial (e outras investigações criminais) desde a instauração de portaria até a apresentação de relatório final	R\$ 9.186,23	

13.4	Ato judicial	R\$ 4.593,10	
13.5	Atos em órgãos policiais – horário diurno (das 7 às 19 horas)	R\$ 1.837,25	
13.6	Atos em órgãos policiais – horário noturno (das 19 às 7 horas)	R\$ 4.593,10	
13.7	Exame de processo penal com parecer verbal	R\$ 5.358,63	
13.8	Defesa em procedimento sumário (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 10.717,25	
13.9	Defesa em procedimento comum (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 14.544,85	
13.10	Defesa em procedimentos especiais (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 21.434,52	
13.11	Defesa em procedimentos especiais, com foro privilegiado (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 32.151,77	
13.12	Defesa em procedimento de júri (desde a denúncia até a sentença de pronúncia)	R\$ 32.151,77	
13.13	Defesa em procedimento de júri: atuação em plenário e recursos inerentes no Tribunal do Estado	R\$ 32.151,77	
13.14	Assistência à acusação (os mesmos valores aplicados à defesa)		
	a) Oferecimento de queixa-crime ou representação		
13.15	Pela representação	R\$ 5.358,63	
13.16	Pelo acompanhamento	R\$ 8.114,49	
13.17	Defesa em processo de execução penal	R\$ 10.717,25	
13.18	Pedido de suspensão condicional da pena, de reabilitação, de explicações (interpelação judicial), de liberdade provisória, de relaxamento de flagrante ou concessão de fiança	R\$ 7.195,87	
13.19	Pedido de concessão de graça, indulto, anistia, comutação de penas, livramento condicional, unificação de penas, revogação de medida de segurança, prisão albergue, prisão domiciliar, progressão de regime ou qualquer pedido incidental de benefício em processo de execução penal	R\$ 7.195,87	
13.20	Acompanhamento de busca e apreensão	R\$ 4.593,10	
13.21	Acompanhamento de busca e apreensão em procedimento de crime contra a propriedade imaterial	R\$ 9.186,23	
13.22	Impetração de ação autônoma de <i>habeas corpus</i> preventivo ou liberatório	R\$ 14.544,85	
13.23	Impetração de ação autônoma de <i>habeas corpus</i> preventivo ou liberatório, em horário de plantão	R\$ 21.434,52	
13.24	Impetração de ação autônoma de <i>habeas corpus</i> para trancamento de ação penal	R\$ 14.544,85	
13.25	Impetração de ação autônoma de mandado de segurança contra ato jurisdicional penal	R\$ 14.544,85	
13.26	Impetração de ação autônoma de revisão criminal	R\$ 14.544,85	
13.27	Atuação em segundo grau		
	a) interposição de apelação	R\$ 10.717,25	
	b) elaboração e apresentação de memoriais	R\$ 5.358,63	
	c) sustentação oral	R\$ 5.358,63	
	d) embargos infringentes	R\$ 5.358,63	
	e) embargos declaratórios	R\$ 4.593,10	
13.28	Atuação em processo relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente	R\$ 12.554,51	
13.29	Cumprimento de precatória	R\$ 2.755,87	
13.30	Atuação em audiência por nomeação de juiz	R\$ 2.755,87	

14	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE JUSTIÇA MILITAR	Valores mínimos	Percentuais
14.1	Atuação em inquérito policial militar (e outras investigações criminais) desde a instauração de portaria até a apresentação de relatório final	R\$ 9.186,23	
14.2	Ato judicial	R\$ 4.593,10	
14.3	Atos em órgãos policiais – horário diurno (das 7 às 19 horas)	R\$ 1.837,25	
14.4	Atos em órgãos policiais – horário noturno (das 19 às 7 horas)	R\$ 4.593,10	
14.5	Exame de processo penal militar com parecer verbal	R\$ 5.358,63	
14.6	Defesa em procedimento comum (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 13.793,47	
14.7	Defesa em procedimentos especiais (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 20.327,23	
14.8	Assistência à acusação (os mesmos valores aplicados à defesa)		
14.9	Atuação em processo de execução penal	R\$ 10.717,26	
14.10	Impetração de ação autônoma de <i>habeas corpus</i> preventivo ou liberatório	R\$ 14.544,85	
14.11	Impetração de ação autônoma de <i>habeas corpus</i> preventivo ou liberatório (em horário de plantão)	R\$ 21.434,51	
14.12	Impetração de ação autônoma de <i>habeas corpus</i> para trancamento de ação penal	R\$ 14.544,85	
14.13	Impetração de ação autônoma de mandado de segurança contra ato jurisdicional penal	R\$ 14.544,85	
14.14	Atuação em 2º grau – Justiça Militar		
	a) interposição de apelação (razões e contrarrazões)	R\$ 10.163,61	
	b) elaboração e apresentação de memoriais	R\$ 5.081,81	
	c) sustentação oral	R\$ 5.081,81	
	d) embargos infringentes	R\$ 5.081,81	
	e) embargos declaratórios	R\$ 4.355,83	
	f) correição parcial (razões e contrarrazões)	R\$ 5.081,81	
	g) recurso em sentido estrito (razões e contrarrazões)	R\$ 5.081,81	
	h) reclamação	R\$ 5.081,81	
	i) revisão	R\$ 5.081,81	
	j) atuação em processos de competência originária do Tribunal	R\$ 13.793,47	

15	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE TRÂNSITO	Valores mínimos	Percentuais
	Fase Administrativa		
15.1	Assistência a defesa prévia e recursos de infração de trânsito	R\$ 459,30	20%
15.2	Suspensão do direito de dirigir por pontuação	R\$ 1.032,64	20%
15.3	Suspensão do direito de dirigir por infração que preveja essa penalidade administrativa	R\$ 1.837,25	20%
15.4	Sumário de Centro de Formação de Condutores	R\$ 3.827,59	20%
15.5	Sumário de Centro de Remoção e Depósito	R\$ 3.827,59	20%
15.6	Sumário de Centro de Registros de Veículos Automotores	R\$ 3.827,59	20%
15.7	Perante o Departamento Estadual de Trânsito/Conselho Estadual de Trânsito	R\$ 3.827,59	

	Fase Judicial		
15.8	Ação ou defesa	R\$ 6.124,15	20%

16	ATIVIDADE EM MATÉRIA DESPORTIVA	Valores mínimos	Percentuais
16.1	Defesa Justiça Desportiva por denunciado (1º grau CD – Pleno do TJD)	R\$ 1.224,82	
	a) Defesa Justiça Desportiva por denunciado (2º grau oriundo dos TJDs, CD e Pleno do STJD)	R\$ 2.449,66	
16.2	Procedimentos Especiais na Justiça Desportiva	R\$ 3.062,08	
16.3	Ação Cível: procedimento ordinário (proposição ou defesa)	R\$ 7.655,18	20%
16.4	Ação Cível: procedimento sumário (proposição ou defesa)	R\$ 4.593,10	20%

	Ação Trabalhista		
16.5	Patrocínio de reclamante (sobre a condenação ou acordo)	R\$ 4.593,10	20%
	a) Acréscimo em caso de recurso ordinário	R\$ 1.531,03	5%
	b) Acréscimo em caso de recurso de revista	R\$ 3.062,08	5%
16.6	Patrocínio de reclamado (sobre o valor real do pedido)	R\$ 4.593,10	20%
	a) Acréscimo em caso de recurso ordinário	R\$ 1.531,03	5%
	b) Acréscimo em caso de recurso de revista	R\$ 3.062,08	5%
16.7	Consultoria jurídica, sem vínculo empregatício, entidade de prática desportiva com mais de 35 atletas e/ou membro(s) de comissão(ões) técnica(s)	R\$ 15.310,37	
16.8	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, entidade de prática desportiva com menos de 35 atletas e/ou membro(s) de comissão(ões) técnica(s)	R\$ 7.655,18	
16.9	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta etc.) frente às entidades de administração do desporto – âmbito nacional e regional	R\$ 7.655,18	20%
16.10	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta etc.) frente à Fifa e TAS/CAS	R\$ 30.620,74	20%
	a) Participação em painel (audiência/recurso)		5%
16.11	Os valores em matéria desportiva são acrescidos de 20% caso a atuação envolva atletas, clubes e contratos em língua estrangeira		

17	ATIVIDADES PERANTE TRIBUNAIS E CONSELHOS	Valores mínimos	Percentuais
17.1	Procedimentos isolados perante os Tribunais Estaduais e/ou Regionais		
	a) Recurso de agravo de instrumento	R\$ 5.358,63	
	b) Recurso de apelação ou contrarrazões	R\$ 7.195,87	
	c) Embargos declaratórios ou embargos infringentes	R\$ 5.358,63	
	d) Conflito de jurisdição	R\$ 5.358,63	
	e) Exceção de suspeição	R\$ 5.358,63	
	f) Outros procedimentos	R\$ 5.358,63	
17.2	Recursos perante tribunais superiores		
	a) Recurso especial e extraordinário (interposição/resposta)	R\$ 14.544,85	
	b) Outros recursos	R\$ 10.717,25	
	c) Outros procedimentos	R\$ 7.195,87	
17.3	Ação rescisória – proposição ou defesa	R\$ 9.186,23	20%
17.4	Mandado de Injunção	R\$ 10.717,25	

17.5	Mandado de segurança	R\$ 10.717,25	
17.6	Atuação perante Tribunal de Contas	R\$ 14.544,85	
17.7	Atuação perante Conselho Profissional	R\$ 9.186,23	
17.8	Atuação perante Conselho Administrativo	R\$ 10.717,25	
17.9	Sustentação oral		
	a) Tribunais estaduais, regionais e conselhos estaduais	R\$ 7.655,18	
	b) Tribunais superiores e conselhos federais	R\$ 10.717,25	

18	TABELA DE DILIGÊNCIAS – ADVOGADA/ADVOGADO CORRESPONDENTE	Valores mínimos	Percentuais
18.1	Distribuição de petições em qualquer área	R\$ 135,74	
18.2	Distribuição de ação em qualquer área (primeira instância)	R\$ 203,59	
18.3	Distribuição de qualquer recurso	R\$ 271,45	
18.4	Audiência de conciliação em qualquer área como advogada/advogado ou representante	R\$ 475,05	
18.5	Audiência de instrução em qualquer área como advogada/advogado ou representante	R\$ 950,11	
18.6	Acompanhamento a cliente em repartição policial por ato	R\$ 814,38	
18.7	Despacho com juiz ou chefe de secretaria	R\$ 475,05	
18.8	Despacho em qualquer órgão público	R\$ 475,05	
18.9	Acompanhamento a clientes em exames periciais	R\$ 814,38	
18.10	Requerimentos de certidões ou qualquer outro documento e envio	R\$ 271,45	
18.11	Retirada/levantamento, envio de alvará	R\$ 271,45	
18.12	Acompanhamento de busca e apreensão de veículo ou outros bens	R\$ 678,64	
18.13	Extração de cópia de autos (até 100 cópias)	R\$ 135,74	
18.14	Digitalização dos autos	R\$ 135,74	
18.15	Acompanhamento de movimentação processual (processo físico ou PJe)	R\$ 407,19	
18.16	Distribuição de carta precatória	R\$ 203,59	
18.17	Preenchimento de guias e pagamentos de custas	R\$ 203,59	

19	ATENDIMENTO VIRTUAL / ELETRÔNICO		
19.1	Para o trabalho desenvolvido virtual/eletronicamente, serão cobrados os mesmos honorários anteriormente previstos.		

20	ATIVIDADES EM ASSESSORIA JURÍDICA EM MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS (*)	Valores mínimos	Percentuais
20.1	Consulta genérica acerca dos benefícios e características da utilização dos métodos autocompositivos de solução de conflitos	R\$ 475,05	
20.2	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto com análise detalhada de documentos	R\$ 1.017,97	
20.3	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico-estratégica	R\$ 765,52	
20.4	Acompanhamento em sessão ou reunião de Práticas Colaborativas, Mediação, Conciliação, Negociação ou qualquer método autocompositivo (por ato)	R\$ 2.143,46	

20.5	Elaboração e/ou revisão de Termo de Acordo total ou parcial resultante do encerramento de Práticas Colaborativas, Mediação, Conciliação, Negociação ou qualquer método autocompositivo	R\$ 4.343,36	3%
20.6	Requerimento de homologação de acordo realizado em esfera extrajudicial perante o Poder Judiciário	R\$ 3.629,86	
20.7	Assessoria jurídica exclusivamente para procedimento de método autocompositivo de solução de conflitos, especialmente Práticas Colaborativas, Mediação, Conciliação e Negociação, em qualquer matéria, considerando todas as etapas	R\$ 8.711,67	6% a 10%
	(*) Para os serviços não contemplados nos itens específicos aqui elencados, assim como quando a Mediação, Conciliação, Negociação ou outro método autocompositivo for incluído de forma escalonada como método prévio ou concomitante ao processo judicial, arbitral ou administrativo, os honorários deverão seguir o quanto disposto nas atividades próprias constantes na Tabela de Honorários ou da Regra Geral, sempre a critério do(a) profissional.		

21	TUTELA PROTETIVA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	VALOR SUGERIDO	
	MODALIDADE DE ATO/ PROCEDIMENTO		
21.1	Defesa técnica em procedimento de apuração de ato infracional		
21.1.1	Acompanhamento do adolescente em delegacia especializada	período diurno (das 7 às 19 horas) R\$ 2.020,98	
		período noturno (das 19 às 7 horas) R\$ 5.042,41	
21.1.2	Audiência de oitiva informal perante o Ministério Público (audiência do art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente)	R\$ 5.894,50	
21.1.3	Pedido de revogação de internação provisória	R\$ 7.915,45	
21.1.4	<i>Habeas corpus</i> no horário de expediente	R\$ 15.999,33	
21.1.5	<i>Habeas corpus</i> perante plantão	R\$ 23.577,96	

22	DEFESA TÉCNICA EM EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	VALOR SUGERIDO	
22.1	Acompanhamento da formulação do Plano Individual de Atendimento	R\$ 7.915,45	
22.2	Impugnação ao Plano Individual de Atendimento	R\$ 7.915,45	
22.3	Audiência de reavaliação de medida socioeducativa	R\$ 7.915,45	
22.4	Defesa em procedimento de aplicação de sanção disciplinar a adolescente submetido a medida de internação	R\$ 7.915,45	
22.5	Pedido incidental (revogação, unificação ou substituição de medida socioeducativa)	R\$ 7.915,45	

23	PROCEDIMENTOS REFERENTES AO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	VALOR SUGERIDO	
23.1	Adoção		
23.1.1	Adoção internacional	R\$ 15.999,33	
23.1.2	Adoção nacional (SNA)	R\$ 8.420,68	
23.1.3	Adoção nacional direta (<i>intuitu personae</i>) com anuência dos genitores, estando estes falecidos, suspensos ou destituídos do poder familiar	R\$ 8.420,68	

23.1.4	Adoção nacional direta (<i>intuitu personae</i>) cumulada com destituição do poder familiar	R\$ 8.420,68	
23.1.5	Habilitação de pretendentes à adoção	R\$ 8.420,68	
23.1.6	Tutela ou curatela	R\$ 10.104,84	
23.1.7	Ação de colocação em família substituta nas modalidades guarda e tutela	R\$ 8.420,68	
23.1.8	Defesa dos genitores em caso de destituição do poder familiar	R\$ 5.894,50	
23.1.9	Defesa do tutor ou do guardião legal em caso de perda ou modificação da tutela ou guarda	R\$ 5.894,50	
23.1.10	Ação de danos materiais e morais decorrente de desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção	R\$ 14.315,21	
23.1.11	Reconhecimento voluntário da paternidade perante o oficial de registro civil das pessoas naturais (Provimento nº 83/2019 do CNJ)	R\$ 1.178,89	
23.1.12	Reconhecimento de dupla maternidade/paternidade	R\$ 6.062,90	
23.1.13	Ação negatória de paternidade	R\$ 6.062,90	
23.1.14	Suspensão do poder familiar	R\$ 14.315,21	
23.1.15	Renúncia ao poder familiar	R\$ 14.315,21	
23.1.16	Emancipação ou suprimento	R\$ 5.894,50	
23.1.17	Ação autônoma ou incidental de alienação parental (conforme previsto no art. 4º da Lei nº 12.318/2010)	R\$ 5.894,50	

24	PROCEDIMENTOS RELATIVOS A AÇÕES COLETIVAS E OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	VALOR SUGERIDO	
24.1	Representação de entidade em ação civil pública	R\$ 16.841,40	
24.2	Mandado de segurança e ação ordinária c/c preceito cominatório visando a direito fundamental (educação, saúde etc.)	R\$ 6.736,57	
24.3	Defesa em procedimento relativo à imputação de irregularidades em entidades de atendimento e em procedimento relativo à aplicação de penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente	R\$ 3.031,46	

25	OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS, CONFORME ART. 148, PARÁGRAFO ÚNICO, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SITUAÇÃO DE RISCO)	VALOR SUGERIDO	
25.1	Ação visando a suprimento de capacidade ou ao consentimento para o casamento	R\$ 5.894,50	
25.2	Pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar (inclusa a autorização de viagem)	R\$ 5.894,50	
25.3	Emancipação	R\$ 4.210,35	
25.4	Ação de alimentos	R\$ 2.526,21	
25.5	Retificação de registro civil	R\$ 4.210,35	
25.6	Retirada de crianças e adolescentes de local que ameace ou viole seus direitos, ou busca e apreensão de bens	R\$ 5.894,50	

26	CURADORIA ESPECIAL E REPRESENTAÇÃO DIRETA/IMEDIATA DE INTERESSES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUANDO SEUS INTERESSES COLIDIREM COM OS DE SEUS PAIS OU RESPONSÁVEL, OU QUANDO CARECER DE REPRESENTAÇÃO OU ASSISTÊNCIA LEGAL AINDA QUE EVENTUAL	VALOR SUGERIDO	
26.1	Curadoria especial de genitores ou responsáveis legais (guardiões ou tutores legais)	R\$ 10.104,85	
26.2	Curadoria especial ou advocacia em nome de interesse manifesto de criança ou adolescente que não corresponda aos interesses de seus genitores, tutores ou guardiões	R\$ 4.210,35	
26.3	Violência doméstica	R\$ 10.104,85	
26.4	Justiça Restaurativa	R\$ 13.809,95	

27	ATUAÇÃO JUNTO AO CONSELHO TUTELAR	VALOR SUGERIDO	
27.1	Defesa em procedimento contencioso junto ao Conselho Tutelar, conforme Resolução nº 170/2012 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)	R\$ 10.104,85	
27.2	Pedido à autoridade judiciária de revisão de deliberação do Conselho Tutelar (art. 137 do Estatuto da Criança e do Adolescente)	R\$ 10.104,85	

28	DEFESA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PERANTE TRIBUNAIS	VALOR SUGERIDO	
28.1	Agravo ou contrarrazões em procedimento de apuração de ato infracional ou execução de medidas socioeducativas	R\$ 11.788,99	
28.2	Agravo ou contrarrazões em procedimentos não relativos a atos infracionais	R\$ 5.894,50	
28.3	Apelação ou contrarrazões em procedimento de apuração de ato infracional ou execução de medidas socioeducativas	R\$ 11.788,99	
28.4	Apelação ou contrarrazões em procedimentos não relativos a atos infracionais	R\$ 7.915,46	
28.5	Memoriais em procedimento de apuração de ato infracional ou execução de medidas socioeducativas	R\$ 5.894,50	
28.6	Memoriais em procedimentos não relativos a atos infracionais	R\$ 5.894,50	
28.7	Sustentação oral em procedimentos referentes à apuração de ato infracional e em procedimentos não relativos a atos infracionais	R\$ 8.420,69	

29	ATIVIDADES EM MATÉRIA TRABALHISTA/CÍVEL	VALOR SUGERIDO	
29.1	Obtenção de alvará judicial para trabalho infantil artístico	R\$ 5.894,50	
29.2	Elaboração de contrato cível para atuação de <i>gamers</i>	R\$ 4.777,70	
29.3	Elaboração de contrato cível para trabalho infantil artístico em mídias tradicionais	R\$ 4.777,70	
29.4	Elaboração de contrato cível envolvendo publicidade comercial em mídias tradicionais	R\$ 4.777,70	
29.5	Elaboração de contrato cível envolvendo publicidade comercial na internet/redes sociais/plataformas digitais	R\$ 4.777,70	
29.6	Elaboração de parecer sobre cumprimento de cota de aprendizagem	R\$ 3.368,28	
29.7	Ação envolvendo reintegração diante do não cumprimento de cota de aprendizagem	R\$ 1.684,13	



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL
DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE HONORÁRIOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Protocolo nº 07.0000.2016.014953-0

Requerente: **COMISSÃO DE HONORÁRIOS**

RELATOR: Dr. **Maximiniano Eduardo A. Cardoso**

Classe: Requerimento *ex officio*

REFORMULAÇÃO DA TABELA DE HONORÁRIOS (2017), ATUALIZAÇÃO
DA RESOLUÇÃO nº 04/2015

RELATÓRIO

MAXIMINIANO EDUARDO ANDRADE CARDOSO, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal nº 16.068, membro da **Comissão de Honorários**, atendendo o despacho de fls. vem, perante V.Sa. atender solicitação *ex officio* da **Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal**, com o intuito de aperfeiçoar e atualizar a Tabela de Honorários no âmbito dessa Seccional, apresento o pré—projeto da **Nova Tabela de Honorários da OAB/DF** (gestão 2016/2018).

A **Comissão de Processo Civil**, representada pela Presidente Dra. **Leticia Calderaro**, encaminhou ao Presidente Dr. **Pierre Tramontini**, sugestões para retirar as nomenclaturas/institutos não mais utilizada(o)(s) pelo CPC 2015: a) **embargos infringentes**; b) **nunciação de obra nova**; c) **anulação/substituição de títulos ao portador**.

Sugeriram inserir/ajustar as nomenclaturas: d) **interposição de agravo interno** — *não regimental*; e) **propositura IRDR e IAC**; f) **ajuizamento de reclamação constitucional**; g) **intervenção de terceiros**: 10 a 20% sobre o valor do bem, sobre o valor da causa ou sobre o proveito econômico; h) **apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença**, **embargos à execução**, **impugnação à penhora e embargos de terceiros** (*só há essa indicação na seara trabalhista*); e j) **pedido de alteração de regime de bens**.

A **Comissão de Apoio ao Advogado Iniciante**, representada pelos Drs. **Tiago Santana** e **Anna Carolina Dantas**, encaminhou ao Presidente Dr. **Pierre Tramontini**, sugestões para acréscimo de itens na tabela por não constar valores para atividades de cunho administrativo, somente diligências avulsas, como cópias, protocolos, distribuições de ações e audiência. Acreditam ser interessante a inserção de Processos Administrativos em geral, PAD, PAAR, indicando ser ínfimo o valor de 2 URHs para distribuir petição inicial ou apresentar recurso



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL
DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

administrativo perante os órgãos. Prosseguem indicando que algumas etapas da **Lei nº 9.784/1999** não foram listadas, a exemplo da **apresentação de defesa prévia por parte do Interessado**. Esclarecem que, principalmente para o “jovem advogado”, a inserção de tais diligências é importante, pois da mesma forma que há a divisão entre esferas cível, tributária, trabalhista e criminal, deve existir divisão na seara administrativa.

A **Comissão de Família** encaminhou sugestões para esclarecer a possibilidade da cobrança na obtenção de alvarás judiciais, formais de partilha e obrigações de fazer. Paralelamente, a **Comissão de Direito Tributário**, representada pelo Drs. **Ricardo Messeti** e **Erich Endrillo**, encaminhou ao Presidente Dr. **Pierre Tramontini**, sugestão relativa à ausência de previsão para consultorias tributárias (*horas técnicas*). A **Comissão de Direito Eleitoral** encaminhou sugestões relativas à prestação de contas partidária, ao contrato mensal de assessoria e defesa por crime eleitoral.

Por fim, há sugestões trazidas pessoalmente pelo Dr. **Diego Dutra**, encaminhadas pela **Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico**, reunidas em diversas outras Comissões Temáticas, debatidas pelos integrantes da **Comissão de Honorários**, resultando neste trabalho compilado e ajustado para posterior disponibilização da nova tabela de honorários em formato word, pdf e excel, para que os advogados insiram os valores correspondente das URHs, atualizadas, para geração do valor correspondente aos procedimentos que será(ão) executado(s) pelo(s) patrono(s).

Brasília/DF, 04 de dezembro de 2017.

Maximiliano Eduardo A. Cardoso

MAXIMINIANO E. A. CARDOSO
OAB/DF nº 16.068

PIERRE TRAMONTINI
OAB/DF 16.231

(assinado eletronicamente)



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL
DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

TABELA DE HONORÁRIOS



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL
DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

Disposições Introdutórias

Art. 1º O advogado deve contratar seus honorários por escrito e previamente, observando as regras do Código de Ética Disciplina, da Lei nº 8.906/1994, do Regulamento Geral do EAOAB, do Código de Processo Civil e desta Tabela. É admissível, mas não aconselhável, o pacto verbal.

Art. 2º A presente Tabela fixa honorários mínimos na contratação dos serviços, devendo ser levada em consideração a maior ou a menor complexidade da causa, o trabalho e o tempo necessários, a importância do interesse econômico e os conhecimentos do advogado, sua experiência e seu conceito como profissional e a condição econômica do cliente.

Art. 3º Os honorários serão contratados tomando por base a URH — Unidade Referencial de Honorários, cujo valor será fornecido mensalmente pela Seccional.

Art. 4º É lícito ao advogado contratar valor superior ao previsto na Tabela, salvo nas questões trabalhistas e previdenciárias, quando se acordar os honorários em êxito e participação nos resultados da causa (art. 38 do Código de Ética) entretanto, obrigatoriamente, ao advogado, em atendimento ao dever de zelar pela dignidade da profissão, observar os limites mínimos aqui fixados, não contratando honorários a eles inferiores (concorrência desleal), sob pena das sanções legais.

Art. 5º É recomendável incluir no contrato de prestação de serviços cláusulas relativas ao valor dos honorários, aos reajustes, às eventuais majorações por acréscimo dos serviços inicialmente previstos, às condições e à forma de pagamento, inclusive hipótese de acordo, às despesas com custas, diárias de viagens etc. Também é recomendável incluir no contrato cláusulas relativas à forma e às condições de pagamento ou reembolso dos encargos gerais, judiciais e extrajudiciais, que não constituem honorários advocatícios e não integram o custo do serviço.

Art. 6º Salvo estipulação diversa, um terço dos honorários é devido no início do trabalho, outro terço até a decisão de primeiro grau e o restante no final.

Art. 7º Salvo estipulação diversa, nos honorários pactuados não se compreende a prestação de serviços em quaisquer processos acessórios, preventivos ou incidentes, que serão contratados à parte.

Art. 8º Salvo estipulação diversa, os honorários pactuados compreendem somente o patrocínio da causa em primeiro grau e interposição ou resposta de recurso para o segundo grau, não estando incluída a sustentação oral perante o Tribunal.

Art. 9º O advogado poderá receber, como honorários, parte dos bens em litígio, desde que previsto no contrato, e com a aquiescência de todos os interessados, guardadas as proporções entre o valor estipulado, com base na presente Resolução, e o valor real dos bens recebidos em pagamento.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL
DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

Art. 10. É vedado ao advogado custear a causa sem reembolso. Poderá, todavia, custeá-la quando o não pagamento das despesas implicar arquivamento, deserção ou qualquer prejuízo para o cliente.

Art. 11. No caso de ajuizamento de ação de arbitramento e cobrança judicial dos honorários advocatícios, deve o advogado renunciar ao mandato outorgado pelo cliente em todos os processos.

Art. 12. Todas as despesas judiciais ou extrajudiciais, tais como as de locomoção, alimentação, hospedagem, viagem, transporte, certidões, cópias etc. serão suportadas pelo cliente, diretamente ou mediante reembolso.

Art. 13. Havendo acordo entre as partes à revelia do advogado, este não terá compromisso de redução de honorários.

Art. 14. O contrato de honorários que, pelo decurso do tempo ou pela superveniência de circunstâncias imprevisíveis à época do ajuste, se torne excessivamente oneroso para o advogado, poderá ser objeto de revisão.

Art. 15. O advogado substabelecido com reserva de poderes deverá sempre ajustar sua remuneração com o substabelecente.

Disposições Finais

Art. 16. Os valores desta tabela são fixados em Unidade Referencial de Honorários — URH.

Art. 17. O valor da URH será atualizado pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE ou por outro indicador inflacionário, a critério da Diretoria da OAB/DF, que promoverá, no primeiro dia útil de cada mês, a publicação no valor real da Unidade Referencial de Honorários no site da OAB/DF (www.oabdf.org.br)

Art. 18. A presente Tabela entrará em vigor na data de sua publicação, revogando—se as disposições em contrário.

Disposições Específicas

* VM = Valor Mínimo



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

1 — AÇÕES DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA OU QUE ASSUMAM ESTE CARÁTER
— salvo outra disposição nesta tabela, 20% sobre o proveito econômico da questão
haja ou não benefício patrimonial — VM 25 URH;

2 — ADVOCACIA PERANTE OS TRIBUNAIS

— mandatário expressamente constituído ou substabelecido:

- a) elaboração e apresentação de memoriais — VM 20 URH;
- b) sustentação Oral — VM 25 URH;
- c) elaboração e apresentação de razões, contrarrazões ou recurso adesivo, como mandatário especial — VM 35 URH;
- d) elaboração e apresentação de agravo interno — VM 35 URH;
- e) ação rescisória — VM 80 URH;
- f) revisão criminal — VM 80 URH;
- g) acompanhamento simples de recurso, sem a prática de qualquer ato judicial — VM 1 URH por mês;
- h) representação — VM 25 URH;
- i) pedido de correção parcial — VM 40 URH;
- j) arguição de exceção de suspeição ou impedimento — VM 40 URH;
- k) agravo de instrumento — VM 35 URH;
- l) embargos declaratórios — VM 30 URH;
- m) suspensão de segurança — VM 40 URH;
- n) medidas cautelares — VM 40 URH;
- o) arguição de inconstitucionalidade de lei — VM 100 URH;
- p) pedido de homologação de sentença estrangeira — VM 50 URH;
- q) embargos de divergência — VM 40 URH;
- r) recurso especial, ordinário ou extraordinário — VM 40 URH;
- s) agravo em recurso especial ou extraordinário — VM 30 URH;
- t) ingresso como amicus curiae — VM 60 URH;
- u) propositura do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou de assunção de competência (IAC) — VM 50 URH;
- v) propositura de reclamação constitucional — VM 50 URH;
- w) incidente de desconconsideração da personalidade jurídica — VM 25 URH;
- x) demais ações originárias nos Tribunais — VM 40 URH;
- y) demais recursos — VM 40 URH;

3 — ANÁLISE DE PROCESSOS EM GERAL

— para o Distrito Federal — VM 4 URH;

— para outros Estados — VM 5 URH;

4 — DILIGÊNCIAS E SERVIÇOS EM AUDIÊNCIA

Ato / Serviço	Valor (R\$)
diligências em geral (cópias, apontamentos em qualquer órgão público, protocolo físico ou eletrônico de ações ou recursos, certificado digital, retirada de certidões), emissão de guias de custas e serviços correlatos.	VM 1 URH



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

audiência em processo administrativo	VM 3 URH
diligências perante os Ministérios, Embaixadas ou Organismos Internacionais	VM 3 URH
diligência em órgãos policiais e análogos	VM 3 URH
diligência em unidades prisionais	VM 4 URH
audiência em Juizado Especial Estadual ou Federal: conciliação ou preliminar	VM 2 URH
audiência em Juizado Especial Estadual ou Federal: instrução	VM 3 URH
audiência em Juizado Especial Estadual ou Federal: UNA	VM 4 URH
audiência na Justiça Trabalhista: conciliação ou inaugural	VM 3 URH
audiência na Justiça Trabalhista: instrução ou UNA	VM 4 URH
audiência em outros Estados	VM 6 URH
acompanhamento de Sessão de Julgamento em Tribunal sem sustentação	VM 2 URH
análise ou consulta de processo e envio de relatório	VM 2 URH
pedidos de preferência, adiamento (por escrito ou em sistema)	VM 1 URH
requerimento e retirada de certidões de objeto e pé	VM 1 URH

5 — PRECATÓRIAS E ROGATÓRIAS

- precatória, protocolo e acompanhamento sem audiência — VM 08 URH;
- precatória, protocolo e acompanhamento com audiência — VM 10 URH;
- rogatória — VM 30 URH;

6 — ADVOCACIA DE PARTIDO

- sem vínculo empregatício — VM 15 URH mensal;

ADVOCACIA CÍVEL: PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

7 — TUTELAS JURISDICIONAIS PROVISÓRIAS, DE URGÊNCIA (cautelar, antecipada, satisfativa) E DE EVIDÊNCIA

- VM 20 URH, que deve ser adicionado ao valor previsto para a ação específica;

8 — INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- 10% a 20% sobre o valor do bem, da coisa litigiosa, valor da causa ou proveito econômico — VM 25 URH;

9 — DESPEJO

- a) 10% a 20% sobre o valor anual do contrato de locação — VM 25 URH;
- b) em caso de pedido liminar para desocupação — VM 15% a 20% sobre o valor anual do contrato de locação — VM 30 URH;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

10 — REVISÃO E ARBITRAMENTO DE ALUGUEL

— 10% a 20% sobre o valor anual do novo aluguel — VM 25 URH;

11 — RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO

— 10% a 20% sobre o valor anual do novo aluguel — VM 25 URH;

12 — POSSESSÓRIAS

a) 10% a 15% sobre o valor da coisa litigiosa — VM 25 URH;

b) em caso de pedido liminar — 15% a 20% sobre o valor da coisa litigiosa — VM 30 URH;

13 — DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

— 10% a 20% sobre o valor do quinhão que couber ao cliente — VM 30 URH;

14 — RETIFICAÇÃO DE ÁREA

— 10% a 20% sobre o proveito econômico da questão, haja ou não benefício pecuniário imediato ao cliente — VM 30 URH;

15 — USUCAPIÃO

a) extrajudicial — 5% a 15% do valor do bem — VM 35 URH;

b) judicial — 10% a 20% do valor do bem — VM 45 URH;

16 — NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA E DANO INFECTO

— 10% a 20% do valor do bem — VM 25 URH;

17 — DESAPROPRIAÇÃO

a) direta — 20% sobre a diferença entre a oferta e a indenização final — VM 45 URH;

b) indireta — VM 45 URH;

18 — CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO, DEPÓSITO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

a) extrajudicial — VM 10 URH;

b) judicial — VM 25 URH;

c) depósito, anulação e substituição de título ao portador — VM 30 URH;

d) prestação de contas (exigir ou ofertar) — 10% a 20% sobre o valor do saldo — VM 30 URH;

prestação de contas — OFERTAR — VM 30 URH;

19 — MONITÓRIA E COBRANÇA, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

— 10% a 20% sobre o valor atualizado do débito ou proveito econômico — VM 20 URH;

20 — EXECUÇÃO EM GERAL

— cumprimento de sentença (execução), impugnação ao cumprimento de sentença, embargos à execução, impugnação à penhora, exceção de pré-executividade

— 10% a 20% sobre o valor atualizado do(s) débito(s) — VM 20 URH;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

21 — RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA

- a) 5% a 20% do valor envolvido — VM 40 URH;
- b) para habilitação de crédito e seu acompanhamento — 10% a 20% do valor do crédito — VM 6 URH;
- c) pedido de restituição — 10% a 20% do valor do bem — VM 40 URH;
- d) extinção de obrigações — 1% a 3% sobre o valor do passivo, inclusive tributário — VM 30 URH;
- d) ação de responsabilidade — 10% a 20% do valor do crédito — VM 30 URH;

22 — INSOLVÊNCIA CIVIL

- a) pelo Requerente — 10% sobre o valor do crédito — VM 25 URH;
- b) pelo Devedor — 1% a 5% do valor total do passivo — VM 30 URH;

23 — DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

— 10% a 20% sobre os haveres recebidos pelo cliente, quantia efetivamente paga, valor efetivamente apurado, representando os sócios, o retirante, a sociedade, ou o liquidante — VM 35 URH;

24 — EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO

— 10% a 20% sobre o valor do quinhão — VM 35 URH;

25 — MANDADO DE SEGURANÇA

— 10% a 20% sobre o valor mensurado ou proveito econômico da questão — VM 25 URH;

26 — HABEAS DATA — VM 25 URH;

27 — AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR — VM 35 URH;

28 — MANDADO DE INJUNÇÃO — VM 25 URH;

29 — JUÍZO ARBITRAL

— 10% a 20% sobre o proveito econômico em debate — VM 25 URH;

30 — RETIFICAÇÃO DE REGISTRO E AVERBAÇÃO — VM 25 URH;

31 — ORGANIZAÇÃO DE FUNDAÇÕES

— 3% a 6% sobre o valor do bem destinado à instituição — VM 25 URH;

32 — JUIZADOS ESPECIAIS

— petição inicial, defesa ou recurso para a Turma Recursal Cível, 10% a 30% do proveito econômico — VM 15 URH;

ADVOCACIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

33 — INVENTÁRIOS E ARROLAMENTOS

— judicial ou administrativo, 5% a 10% sobre o valor total dos bens — VM 25 URH;

34 — HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM INVENTÁRIO OU ARROLAMENTO

— 10% a 20% sobre o valor do crédito — VM 15 URH;

35 — ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS

— judicial ou administrativo, 5% a 10% sobre o valor total dos bens — VM 25 URH;

36 — TESTAMENTOS E CODICILOS

— apresentação ou registro — VM 15 URH;

37 — ANULAÇÃO DE TESTAMENTO

— 10% a 20% sobre o valor do proveito econômico — VM 25 URH;

38 — RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

a) extrajudicial — VM 15 URH;

b) consensual — 5% a 10% sobre o valor total dos bens — VM 25 URH;

c) litigioso — 5% a 10% sobre o valor total dos bens — VM 40 URH;

39 — GUARDA DE FILHO OU MODIFICAÇÃO — VM 30 URH;

40 — DIVÓRCIO

a) extrajudicial — VM 15 URH;

b) consensual, sem bens e sendo o mesmo advogado — VM 25 URH;

c) consensual, sem bens e com advogados distintos — VM 30 URH;

d) consensual, com bens e sendo o mesmo advogado — 5% a 10% sobre o valor total dos bens — VM 25 URH;

e) consensual, com bens e com advogados distintos — 5% a 10% do quinhão do cliente sobre o valor total dos bens — VM 40 URH;

f) litigioso, sem bens — VM 60 URH

g) litigioso, com bens — 5% a 10% do quinhão do cliente sobre o valor total dos bens — VM 70 URH;

41 — ANULAÇÃO DE CASAMENTO

— havendo bens a partilhar, 5% a 10% do quinhão do cliente sobre o valor total dos bens — VM 70 URH;

42 — INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE — VM 60 URH;

43 — ALIMENTOS

— fixação de alimentos, revisão ou exoneração de pensão alimentícia e execução, valor de 10% a 20% sobre o valor anual dos alimentos — VM 30 URH;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

44 — REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS — VM 30 URH;

45 — INTERDIÇÃO, TUTELA OU CURATELA — VM 30 URH;

46 — SUBROGAÇÃO DE VÍNCULO OU LEVANTAMENTO DE CLÁUSULA RESTRITIVA
— metade do percentual relativo ao inventário, calculado sobre o valor do bem — VM 30 URH;

47 — ADOÇÃO — VM 40 URH;

48 — EMANCIPAÇÃO OU SUPRIMENTO — VM 30 URH;

49 — OUTORGA JUDICIAL DE CONSENTIMENTO — VM 20 URH;

50 — EXTINÇÃO DE USUFRUTO OU FIDEICOMISSO — VM 20 URH;

51 — ALIENAÇÃO DE BENS — 5% a 15% sobre o valor do bem — VM 25 URH;

52 — FORMAL DE PARTILHA, ALVARÁ JUDICIAL, OFÍCIO OU EXPEDIÇÃO DE MANDADO — 10% a 20% sobre o valor — VM 10 URH;

ADVOCACIA CRIMINAL

53 — INQUÉRITO POLICIAL E REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

- a) diligência perante órgãos policiais, em horário comercial (8h às 18h) — VM 6 URH, acréscimo em horário especial;
- b) acompanhamento de inquérito policial — VM 25 URH;
- c) requerimento para instauração de inquérito policial e/ou representação criminal e seu acompanhamento — VM 25 URH;

54 — AÇÃO PENAL — VM 50 URH;

55 — PROCESSO DE COMPETÊNCIA DO JÚRI - VM 100 URH

- a) defesa em plenário — VM 50 URH;

56 — JUSTIÇA MILITAR

- a) defesa em processo — VM 25 URH;
- b) acompanhamento de inquérito policial — VM 30 URH;
- c) júri, defesa até sentença de pronúncia — VM 90 URH;
- d) júri, defesa em plenário — VM 70 URH;

57 — HABEAS CORPUS

- a) requerido durante horário de funcionamento da Justiça — VM 30 URH;
- b) requerido em horário de plantão judicial — VM 45 URH;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

- c) requerido perante Tribunal Superior e Supremo Tribunal Federal — VM 40 URH;
- d) requerido perante Tribunal Superior e Supremo Tribunal Federal em horário de plantão — VM 70 URH;

58 — **PEDIDO DE REVOGAÇÃO OU RELAXAMENTO DE PRISÃO** — VM 30 URH;

59 — **PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA** — VM 30 URH;

60 — **QUEIXA-CRIME OU REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO**
— como advogado do querelante ou do querelado — VM 40 URH;

61 — **EXECUÇÃO PENAL**
— requerimento para concessão de graça, indulto, anistia, comutação de penas, livramento condicional, unificação de penas, revogação de medida de segurança, prisão albergue, prisão domiciliar e progressão de regime — VM 40 URH;

62 — **PROCESSOS INCIDENTES**
— exceções, restituição de coisas apreendidas, medidas assecuratórias e incidente de insanidade — VM 40 URH;

63 — **ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO** — VM 50 URH;
a) júri, atuação até sentença de pronúncia — VM 90 URH;
b) júri, atuação em plenário — VM 70 URH;

64 — **PEDIDO DE EXPLICAÇÕES** (interpelação judicial) — VM 15 URH;

65 — **JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL** — VM 15 URH;

66 — **PEDIDO DE REABILITAÇÃO** — VM 20 URH;

67 — **REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO DE FIANÇA OU SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA** — VM 40 URH;

68 — **CARTA PRECATÓRIA** — VM 10 URH;

69 — **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO** — VM 40 URH

70 — **JUIZADOS ESPECIAIS**
— atuação perante o Juizado Especial Criminal — VM 20 URH;

ADVOCACIA TRABALHISTA

71 — **PATROCÍNIO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**
a) pelo Reclamante, 10% a 30% do valor da condenação, se procedente ou procedente em



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

parte, bem como em caso de acordo;

b) pelo Reclamado, 10% a 30% sobre o valor total dos pedidos — VM 20 URH;

72 — INQUÉRITO PARA APURAR FALTA GRAVE OU ATUAÇÃO EM SINDICÂNCIA

a) representando o Empregador, 10% a 30% sobre o valor total da causa — VM 20 URH;

b) representando o Empregado, 10% a 30% do valor recebido pelo empregado na reintegração ou na rescisão contratual;

73 — ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RAZÕES E CONTRARRAZÕES DE RECURSO ORDINÁRIO, ADESIVO OU AGRAVO DE PETIÇÃO — VM 30 URH;

74 — ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RAZÕES E CONTRARRAZÕES DE RECURSO DE REVISTA — VM 40 URH;

75 — EMBARGOS DE TERCEIRO (mandatário especial) — 10% a 20% do valor do bem;

76 — PROCESSOS CAUTELARES — 10% a 20% do valor da causa;

77 — DISSÍDIO COLETIVO, ACORDO COLETIVO

a) representando empresas até 250 empregados — VM 90 URH;

b) acima de 251 empregados — VM 120 URH;

c) representando Sindicato de empresas ou de Empregados — VM 120 URH;

78 — AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO TRABALHISTA — 10% a 30% do valor da causa ou do valor do salário do Reclamante, por doze meses;

79 — AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO — 10% a 30% do valor da causa ou do crédito, no caso do advogado do Reclamante;

80 — ELABORAÇÃO DE DEFESA E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DECORRENTES DE APLICAÇÃO DE MULTAS PELA DRT — 10% a 30% sobre o valor da multa VM 20 URH;

81 — AÇÕES DE ACIDENTE DO TRABALHO (ajuizamento ou contestação) — 10 a 20% do valor do benefício — VM 40 URH;

82 — PROCESSO DE EXECUÇÃO, EMBARGOS À EXECUÇÃO OU PENHORA (mandatário especial) — 10% a 20% do valor da execução — VM 20 URH;

ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA

83 — POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA — 20% a 30% sobre o valor econômico da questão, parcelas vencidas ou vincendas (até 24 meses) — VM 30 URH;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

84 — **REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS** — VM 10 URH;

85 — **DEFESA ADMINISTRATIVA EM REVISÃO DE BENEFÍCIO** — 10 URH;

86 — **JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA, RECURSO ADMINISTRATIVO OU SUSTENTAÇÃO ORAL EM PROCESSO ADMINISTRATIVO** — VM 15 URH;

87 — **AÇÃO CONDENATÓRIA, CONSTITUTIVA, DECLARATÓRIA OU REVISIONAL** — 20% a 30% sobre o valor econômico da questão, parcelas vencidas e/ou vincendas (até 24 meses) — VM 40 URH;

88 — **ANTECIPAÇÃO DE TUTELA OU MEDIDA LIMINAR** — 20% a 30% do proveito econômico obtido, enquanto perdurar os efeitos, limitado a 36 meses.

89 — **JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL** — VM 20 URH;

90 - **PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO** – VM 15 URH

ADVOCACIA ELEITORAL

91 — **QUEIXA, REPRESENTAÇÃO OU IMPUGNAÇÃO** — VM 30 URH;

92 — **ATUAÇÃO PERANTE JUÍZO ELEITORAL** — VM 30 URH;

93 — **ATUAÇÃO PERANTE O TRE** — VM 40 URH;

94 — **ATUAÇÃO PERANTE O TSE** — VM 50 URH;

95 — **MANDADO DE SEGURANÇA OU HABEAS CORPUS** — VM 50 URH;

96 — **PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAL OU PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA** — VM 50 URH;

97 — **CONTRATO MENSAL DE ASSESSORIA PARTIDÁRIA** — VM 30 URH;

98 — **DEFESA POR CRIME ELEITORAL** — VM 80 URH;

99 — **SUSTENTAÇÃO ORAL**: VM 30 URH;

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

100 — **INTERVENÇÃO EM GERAL** — atuação em qualquer procedimento — VM 25 URH;

ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

101 — ADVOCACIA COLABORATIVA

— atuação do advogado para a construção de solução consensual; havendo proveito econômico, 10% a 20% do valor em discussão — VM 20 URH;

102 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — atuação perante a administração pública: 10% a 20% sobre o proveito econômico da questão — VM 25 URH;

103 — PROCESSO ADMINISTRATIVO

a) em geral, 10% a 20% sobre o proveito econômico da questão — VM 30 URH;

b) em sindicância ou processo administrativo disciplinar — 10% a 20% sobre o proveito econômico da questão — VM 40 URH;

104 — ESTATUTO DE ASSOCIAÇÃO OU MINUTA DE CONTRATO SOCIAL

a) elaboração da minuta do estatuto, com assinatura pelo advogado — VM 15 URH;

b) elaboração da minuta do instrumento de contrato social, com assinatura pelo advogado — 10% a 20% do capital social — VM 15 URH;

105 — CONTRATOS EM GERAL — elaboração da minuta de contrato ou de qualquer documento: 2% do seu valor — VM 15 URH;

106 — TESTAMENTO — elaboração da minuta de testamento ou assistência aos atos — VM 15 URH;

107 — DOCUMENTAÇÃO IMOBILIÁRIA (excluídas as hipóteses dos arts. 212 e 213 da Lei nº 6.015/1973)

a) estudo ou organização de documentação imobiliária, não compreendendo a extração da respectiva documentação — VM 15 URH;

b) elaboração de contrato: 2% do seu valor — VM 15 URH;

c) quando o trabalho envolver as duas tarefas, mínimo de 3% — VM 25 URH;

108 — ASSEMBLEIAS

a) participação em assembleias — VM 10 URH ou remuneração por hora nos termos desta Tabela;

b) confecção de ATA — VM 10 URH adicionais;

c) elaboração de convenção de condomínio — VM 15 URH;

d) elaboração de regimento interno de condomínio — VM 15 URH;

109 — CONSULTA — verbal, em horário comercial (8h às 18h) — VM 3 URH;

110 — PARECER — por escrito — VM 15 URH;

111 — HORA TÉCNICA DE TRABALHO — nos contratos em que sejam fixados honorários profissionais em função do tempo trabalhado — VM 2 URH/hora;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO
SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Honorários

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA

112 — DEMANDAS JUDICIAIS QUESTIONANDO A COBRANÇA DE TRIBUTOS OU REQUERENDO A DEVOLUÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS — 5% a 30% do proveito econômico — VM 30 URH;

113 — DEFESAS EM EXECUÇÕES FISCAIS — 5% a 30% do proveito econômico — VM 30 URH;

114 — DEFESAS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS — 5% a 30% do proveito econômico — VM 30 URH;

115 — ATUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CONSULTA — 5% a 30% do benefício econômico — VM 30 URH;

116 — CONTRATOS DE ASSESSORIA MENSAL — VM 10 URH;

117 — PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO — VM 60 URH;

118 — CONSULTORIA TRIBUTÁRIA (hora técnica) — VM 02 URH;

Disposições Específicas

* VM = Valor Mínimo

PIERRE TRAMONTINI
OAB/16.231

URH – Unidade Referencial de Honorários

Resolução N.04, de 6 de Agosto de 2015

APROVA TABELA DE HONORÁRIOS PARA TODO O DISTRITO FEDERAL

O Conselho da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, I e V, da Lei n.º 8.906, de 4.7.94, bem como pelo art. 111 do Regulamento Geral do EAOAB, reunido em Sessão Plenária realizada em 14 de maio de 2015.

CONSIDERANDO o disposto no art. 22 da Lei n.º 8906/94 e no art. 41 do Código de Ética e Disciplina da OAB;



CONSIDERANDO a indispensável necessidade da atualização da TABELA DE HONORÁRIOS, visando à dignidade da classe, obstar o aviltamento dos valores dos serviços profissionais e manter a justa remuneração dos advogados e advogadas do Distrito Federal;

CONSIDERANDO também a necessidade de reger ramos do direito ainda não tratados pela atual TABELA DE HONORÁRIOS, bem como a regulamentação dos valores mínimos para a realização de diligências e audiências, inclusive com vistas a proteger os profissionais em início de carreira;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar e uniformizar os valores mínimos de honorários cobrados pela Advocacia do Distrito Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a anexa TABELA DE HONORÁRIOS, que servirá, após publicada no site da Seccional, de referência a todos os advogados e advogadas inscritos nesta Seccional, orientando-os na contratação de seu trabalho profissional, a fim de evitar excessos e, principalmente, o aviltamento nos valores, de modo que não atentem contra a dignidade da advocacia.

Parágrafo Único. A Tabela destina-se, ainda, a servir de parâmetro aos juízes na fixação de honorários de advogado dativo e de assistente judiciário, bem como nos arbitramentos judiciais de honorários advocatícios, nos casos em que a legislação o determinar ou possibilitar.



Art. 2º A presente Resolução entra em vigor em todo o Distrito Federal, a partir de sua publicação.







Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário. Brasília-DF, 6 de agosto de 2015.

Período de Referência	Valor da URH
Fevereiro de 2023	R\$ 367,42
Janeiro de 2023	R\$ 365,74
Dezembro de 2022	R\$ 363,56
Novembro de 2022	R\$ 361,18
Outubro de 2022	R\$ 358,63
Setembro de 2022	R\$ 355,78
Agosto de 2022	R\$ 352,96
Julho de 2022	R\$ 349,78
Junho de 2022	R\$ 346,45
Maio de 2022	R\$ 342,17
Abril de 2022	R\$ 338,01
Março de 2022	R\$ 334,00
Fevereiro de 2022	R\$ 328,99
Janeiro de 2022	R\$ 323,97
Dezembro de 2021	R\$ 318,90
Novembro de 2021	R\$ 313,69
Outubro de 2021	R\$ 307,99
Setembro de 2021	R\$ 302,40
Agosto de 2021	R\$ 295,66
Julho de 2021	R\$ 288,76
Junho de 2021	R\$ 281,72
Maio de 2021	R\$ 274,80
Abril de 2021	R\$ 268,83
Março de 2021	R\$ 263,06
Fevereiro de 2021	R\$ 257,77



Janeiro de 2021	R\$ 253,08	
Dezembro de 2020	R\$ 248,85	
Novembro de 2020	R\$ 244,49	
Outubro de 2020	R\$ 240,84	
Setembro de 2020	R\$ 237,62	
Agosto de 2020	R\$ 235,38	
Julho de 2020	R\$ 233,48	
Junho de 2020	R\$ 231,88	
Maio de 2020	R\$ 230,39	
Abril de 2020	R\$ 228,93	
Março de 2020	R\$ 227,46	
Fevereiro de 2020	R\$ 226,01	
Janeiro de 2020	R\$ 224,39	
Dezembro de 2019	R\$ 222,90	
Novembro de 2019	R\$ 222,01	
Outubro de 2019	R\$ 221,19	
Setembro de 2019	R\$ 220,35	
Agosto de 2019	R\$ 219,21	
Julho de 2019	R\$ 218,08	
Junho de 2019	R\$ 216,95	
Maio de 2019	R\$ 215,66	
Abril de 2019	R\$ 214,27	
Março de 2019	R\$ 212,97	
Fevereiro de 2019	R\$ 211,76	
Janeiro de 2019	R\$ 210,71	
Dezembro de 2018	R\$ 209,52	
Novembro de 2018	R\$ 207,98	

Outubro de 2018	R\$ 206,33	
Setembro de 2018	R\$ 204,81	
Agosto de 2018	R\$ 203,47	
Julho de 2018	R\$ 202,24	
Junho de 2018	R\$ 201,21	
Maio de 2018	R\$ 200,59	
Abril de 2018	R\$ 200,03	
Março de 2018	R\$ 199,37	
Fevereiro de 2018	R\$ 198,79	
Janeiro de 2018	R\$ 198,22	
Dezembro de 2017	R\$ 197,65	
Novembro de 2017	R\$ 197,16	
Outubro de 2017	R\$ 196,73	
Setembro de 2017	R\$ 196,32	
Agosto de 2017	R\$ 195,95	
Julho de 2017	R\$ 195,56	
Junho de 2017	R\$ 195,01	
Maio de 2017	R\$ 194,14	
Abril de 2017	R\$ 193,29	
Março de 2017	R\$ 192,56	
Fevereiro de 2017	R\$ 191,77	
Janeiro de 2017	R\$ 190,80	
Dezembro de 2016	R\$ 189,83	
Novembro de 2016	R\$ 188,85	
Outubro de 2016	R\$ 187,65	
Setembro de 2016	R\$ 186,20	
Agosto de 2016	R\$ 184,69	

Julho de 2016	R\$ 183,19	
Junho de 2016	R\$ 181,63	
Maio de 2016	R\$ 180,18	
Abril de 2016	R\$ 178,82	
Março de 2016	R\$ 177,35	
Fevereiro de 2016	R\$ 175,84	
Janeiro de 2016	R\$ 174,50	
Dezembro de 2015	R\$ 173,21	
Novembro de 2015	R\$ 171,91	
Outubro de 2015	R\$ 170,72	
Setembro de 2015	R\$ 169,77	
Agosto de 2015	R\$ 168,87	
Julho de 2015	R\$ 168,03	
Junho de 2015	R\$ 167,38	
Maio de 2015	R\$ 166,89	
Abril de 2015	R\$ 166,47	
Março de 2015	R\$ 166,10	
Fevereiro de 2015	R\$ 165,62	
Janeiro de 2015	R\$ 164,72	
Novembro de 2014	R\$ 164,31	
Outubro de 2014	R\$ 163,95	
Setembro de 2014	R\$ 163,50	
Agosto de 2014	R\$ 162,90	
Julho de 2014	R\$ 162,21	
Junho de 2014	R\$ 161,44	
Maio de 2014	R\$ 160,50	
Abril de 2014	R\$ 159,56	

Março de 2014	R\$ 158,69
Fevereiro de 2014	R\$ 157,98
Janeiro de 2014	R\$ 157,26
Dezembro de 2013	R\$ 156,56
Novembro de 2013	R\$ 155,85
Outubro de 2013	R\$ 155,20
Setembro de 2013	R\$ 154,65
Agosto de 2013	R\$ 154,16
Julho de 2013	R\$ 153,52
Junho de 2013	R\$ 152,77
Maio de 2013	R\$ 152,04
Abril de 2013	R\$ 151,18
Março de 2013	R\$ 150,31
Fevereiro de 2013	R\$ 148,43
Janeiro de 2013	R\$ 148,60



De: Letícia Nicácio Araújo Feitosa <leticia.feitosa@gasmar.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 1 de março de 2023 10:54
Para: joyce@goiasgas.com.br; viviane@goiasgas.com.br
Cc: Esdras Negreiros; Susana Collares; Carlos Eduardo Cabral Silva
Assunto: ENC: Errata: Consulta - Honorários advocatícios

Bom dia,

Seguem abaixo as informações requeridas.

ASSUNÇÃO CONSULTORIA INSTITUCIONAL – após o 1º aditamento, com o reajuste dos valores contratados, os valores praticados atualmente são:

O valor da hora de trabalho da advogada é de R\$ 874,61 (oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos);

O valor da hora de trabalho do estagiário é de R\$ 403,67 (quatrocentos e três reais e sessenta e sete centavos).

SFME ADVOGADOS – após o 4º aditamento, com o reajuste dos valores contratados, os valores praticados atualmente são:

Valor da hora do sócio: R\$ 806,21 (oitocentos e seis reais e vinte e um centavos);

Valor da hora do Associado Sênior: R\$ 494,72 (quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos);

Valor da hora do Associado Pleno: R\$ 384,77 (trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos);

Valor da hora do Associado Júnior: R\$ 280,96 (duzentos e oitenta reais e noventa e seis centavos);

Valor de Diárias: R\$ 6.718,42 (seis mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos).

Atenciosamente,



Letícia Nicácio Araújo Feitosa
Supervisora de Contratos e Licitações
GERAF – Gerência Administrativa e Financeira
Fone: +55 98 2109-7179
E-mail: leticia.feitosa@gasmar.com.br
Site: www.gasmar.com.br



De: Susana Collares <susana@gasmar.com.br>
Enviada em: terça-feira, 28 de fevereiro de 2023 17:37
Para: Letícia Nicácio Araújo Feitosa <leticia.feitosa@gasmar.com.br>; Carlos Eduardo Cabral Silva <carlos.silva@gasmar.com.br>
Cc: Esdras Negreiros <esdras@gasmar.com.br>
Assunto: ENC: Errata: Consulta - Honorários advocatícios

Prezados (as),

Gentileza disponibilizar as informações abaixo, para envio à GOIASGÁS, Distribuidora coligada.

Informo que o DAF já autorizou o envio.

No aguardo agradeço.



Susana Collares
Gerente de Governança Corporativa
Companhia Maranhense de Gás
Fone: +55 98 2109-7179
E-mail: susana@gasmar.com.br
Site: www.gasmar.com.br



De: JOYCE <joyce@goiasgas.com.br>

Enviada em: terça-feira, 28 de fevereiro de 2023 14:39

Para: Susana Collares <susana@gasmar.com.br>

Cc: 'Viviane Vieira de Souza' <viviane@goiasgas.com.br>

Assunto: Errata: Consulta - Honorários advocatícios

Errata: "(...) A Goiasgás tem por objetivo levantar o valor da hora, a título de honorários, dos advogados com expertise no setor de gás natural **e administração pública.**"

Segue a carta corrigida.

Atenciosamente,



Joyce Lara Martins de Sousa Pereira
Departamento Administrativo Financeiro
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – Goiasgás
E-mail: joyce@goiasgas.com.br
Tel.: (62) 3213-1566

De: JOYCE <joyce@goiasgas.com.br>

Enviada em: terça-feira, 28 de fevereiro de 2023 14:10

Para: 'Susana Collares' <susana@gasmar.com.br>

Cc: 'Viviane Vieira de Souza' <viviane@goiasgas.com.br>

Assunto: Consulta – Honorários advocatícios

Prezada Susana,

Boa tarde!

Considerando a necessidade de contratação de serviços advocatícios especializados, a GOIASGÁS está realizando consulta junto às Companhias de Gás com o objetivo de levantar o valor da hora, a título de honorários, dos advogados com expertise no setor de gás natural.

Nesta senda, segue a Carta nº 009/2023 – Goiasgás com a formalização do pedido.

Qualquer dúvida estamos à disposição!

Atenciosamente,



Joyce Lara Martins de Sousa Pereira
Departamento Administrativo Financeiro
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – Goiasgás
E-mail: joyce@goiasgas.com.br
Tel.: (62) 3213-1566



Ofício n.º 026/2023

Belém/PA, 02 de março de 2023

À

Agência Goiana de Gás Canalizado – GoiásGás

Av. Deputado Jamel Cecílio, nº 2.690

Ed. Metropolitan Mall, Torre Tokyo, sala 1906

Jardim Goiás

CEP: 74.810-100 – Goiânia-GO

REF.: GOIASGÁS – 008/23

Prezados,

Honrado em cumprimentá-los e, em resposta ao documento em referência, informamos que o valor pago por hora no atual contrato de prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica nas áreas de Direito Administrativo, Contratual e Regulatória, com foco no setor de Gás Natural e Energia (Contrato nº 002/2021) é de:

- R\$ 806,21 (oitocentos e seis reais e vinte e um centavo) por hora trabalhada do Advogado Sócio;
- R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco) reais por hora trabalhada do Associado Sênior;
- R\$ 315,00 (trezentos e quinze) reais por hora trabalhada do Associado Pleno;
- R\$ 230,00 (duzentos e trinta) reais por hora trabalhada do Advogado Júnior.

Quaisquer dúvidas, estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

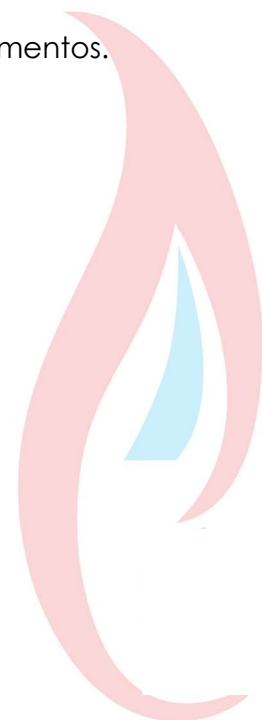
Sem mais para o momento, renovo os votos de estima e respeito.

JOAS CRUZ

FERREIRA:60879105305

Assinado de forma
digital por JOAS CRUZ
FERREIRA:60879105305

Joás Cruz Ferreira
Coordenador de Contratos e Licitações
Companhia de Gás do Pará



Goiânia, 16 de março de 2023

PROCESSO DAF Nº 002/2023

Ref.: Contratação de escritório de Advocacia, com expertise no setor de gás natural e estatais, para a prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial.

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

Considerando a Lei nº 13.641/2000 que autorizou o Poder Executivo a constituir a Agência Goiana de Gás Canalizado S/A - GOIASGÁS, tendo como objeto social a exploração exclusiva dos serviços de gás canalizado, entendendo-se como tal a distribuição e comercialização de gás natural e de outras origens, utilizando-se para a prestação desses serviços, das vias terrestres e fluviais, além de outras atividades correlatas, necessárias para a distribuição do gás em todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria prima, petroquímica, fertilizante ou como oxiredutor siderúrgico, seja para geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, e visando atender as diversas demandas jurídicas envolvendo a Agência Goiana de Gás Canalizado S/A, se faz necessária a contratação de sociedade de advogados especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, com foco no setor de gás natural e estatais.

A contratação em tela justifica-se em razão da essencialidade do serviço na obtenção de respostas a consultas, elaboração de opiniões legais, participação em reuniões, estabelecimento de estratégias jurídicas, negociação, elaboração e/ou revisão de documentos correlatos desta Companhia, em observância à Lei nº 13.303/2016 e ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Goiásgás.

Assim, tendo em vista a notória especialidade dos advogados que integram os quadros da sociedade de advogados Mello, Pimentel, Blanc e França Advocacia, especialmente os Senhores Marcus H. Batista Mello e Leonardo Machado Dias Ramalho Luz, solicitamos a referida contratação.

É válido destacar que a sociedade de advogados tem vasta experiência no setor de gás natural e, também na prestação de serviços jurídicos à estatais, já tendo prestado com excelência, inclusive, serviços a esta Companhia em anos anteriores.

Deste modo, seguem os autos para conhecimento e autorização para prosseguimento das etapas subsequentes com a finalidade de contratar a empresa Mello Pimentel Blanc e França Advocacia.

ANDRE GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

Assinado de forma digital por ANDRE GUSTAVO LINS DE MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Técnico e Comercial



AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A

Goiânia, 28 de fevereiro de 2023.

GOIASGÁS – 009/23

À

Companhia Maranhense de Gás - GASMAR

Rua Azulões, Qd. 02, Lt. 01, Ed. Office Tower, sala 607, Jardim Renascença, São Luís - MA

CEP: 65075-060

Assunto: Valor hora honorários advocatícios

Prezados,

Considerando a necessidade de contratação de serviços advocatícios especializados, a Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – GOIASGÁS está realizando consulta junto às Companhias de Gás com o objetivo de levantar o valor da hora, a título de honorários, dos advogados com expertise no setor de gás natural e administração pública.

Nesta senda, solicitamos que nos seja informado, por gentileza, qual o valor que a Companhia Maranhense de Gás paga pela hora da prestação dos serviços em questão.

Agradecemos à atenção dispensada e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:8324676
2449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo Financeiro



AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A

Goiânia, 28 de fevereiro de 2023.

GOIASGÁS – 008/23

À

Companhia de Gás do Pará – Gás do Pará

Av. Visconde de Souza Franco, nº 05, Ed. Quadra Corporate, sala 1502, Umarizal, Belém – PA

CEP: 66.055-005

Assunto: Valor hora honorários advocatícios

Prezados,

Considerando a necessidade de contratação de serviços advocatícios especializados, a Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – GOIASGÁS está realizando consulta junto às Companhias de Gás com o objetivo de levantar o valor da hora, a título de honorários, dos advogados com expertise no setor de gás natural e administração pública.

Nesta senda, solicitamos que nos seja informado, por gentileza, qual o valor que a Companhia de Gás do Pará paga pela hora da prestação dos serviços em questão.

Agradecemos à atenção dispensada e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:8324676
2449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo Financeiro

Goiânia, 28 de fevereiro de 2023.

GOIASGÁS - 010/2023

À

Mello Pimentel Blanc e França Advocacia

Rua Padre Carapuceiro, nº 910 - 19º andar, Empresarial Acácio Gil Borsoi, Boa Viagem, Recife/PE

CEP: 51.020-280.

A/C: Marcus Mello/ Leonardo Ramalho

Assunto: **Proposta para prestação de serviços técnico-jurídico**

Prezados Senhores,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho solicitar o envio de uma proposta de prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, com foco no setor de gás natural e administração pública, conforme Termo de Referência nº 001/2023 (anexo), acompanhada do currículo dos profissionais e de Atestados de Capacidade Técnica, que demonstrem a expertise do escritório nos referidos setores e na advocacia para estatais.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:8324676
2449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACEDO
Diretor Administrativo Financeiro

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2023

1. DO OBJETO

Contratação de escritório de Advocacia, com expertise no setor de gás natural e estatais, para a prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial.

2. ATRIBUIÇÕES:

Os referidos serviços englobam assessoramento técnico-jurídico à **GOIASGÁS**, mediante a realização das seguintes atividades:

- a) Realização de reuniões virtuais ou presenciais necessárias ao atendimento das demandas consultivas da GOIASGÁS;
- b) Emissão de pareceres/opiniões legais sobre assuntos jurídicos diversos inerentes à atividade do contratante que serão formalizados mediante e-mail ou outra forma de correspondência e respondidos pela forma escrita;
- c) Fornecimento de legislação, jurisprudência e documentos afins relacionados às atividades da contratante, cuja solicitação deverá ser feita mediante e-mail ou outra forma de correspondência;
- d) Elaboração de notificações extrajudiciais e acompanhamento de envio;
- e) Assessoria em favor da cliente junto aos órgãos de fiscalização e de regulação da sua atividade;
- f) Elaboração de contratos e quaisquer outros instrumentos jurídicos inerentes às atividades da GOIASGÁS.

3. DA JUSTIFICATIVA

A Agência Goiana de Gás Canalizado S/A, enquanto sociedade de economia mista com diversas particularidades para o adequado exercício de seu objeto social, requer o apoio jurídico de um escritório com expertise no setor de gás natural e estatais.

Nesta senda, a contratação de um escritório de advocacia especializado mostra-se imprescindível para atender as demandas jurídicas envolvendo a Goiasgás, mediante a prestação de serviços técnico-jurídico especializados na assessoria consultiva, nas áreas de direito administrativo, regulatório, tributário e empresarial, incluindo consultas e pareceres, a fim de subsidiar e orientar a



AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A

Diretoria Executiva em suas diversas atribuições e tomadas de decisões.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária: Anexo II – Despesas Administrativas, Item 4 – Serviços de Terceiros, Subitem 4.4 – Assessoria Jurídica.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. DO CONTRATANTE:

- a) Disponibilizar todas as informações técnicas e documentos necessários para a elaboração dos projetos e para os seus respectivos planejamentos;
- b) Analisar/liberar os documentos técnicos da **CONTRATADA**, dentro dos prazos estipulados no Contrato;
- c) Efetuar os pagamentos das faturas nos prazos estabelecidos neste Contrato.

5.2. DA CONTRATADA:

- a) Administrar este Contrato e executar os serviços, inclusive os complementares, nos prazos e condições fixados, de acordo com as regras comprovadas de boa técnica, utilizando para tal fim toda a experiência e *know-how* próprios, e empregando mão de obra qualificada e equipamentos, materiais e escritórios condizentes com a natureza, complexidade, exatidão e qualidade técnica requerida pelos serviços;
- b) Refazer, sem ônus para a **GOIASGÁS** e sem direito a prorrogação de prazo, os serviços que houver executado em desacordo com o disposto no Contrato, seus Anexos e Adendos, ou que apresentarem defeitos, falhas, omissões e, ou desconformidades de qualquer natureza com as especificações técnicas e demais documentos integrantes;
- c) Afastar imediatamente dos serviços qualquer empregado que, a critério da **GOIASGÁS**, tenha conduta técnica ou pessoal inadequada;
- d) Tratar confidencialmente todas as informações e documentos da **GOIASGÁS**, aos quais tenha acesso em decorrência da execução dos serviços objeto do presente Contrato, não os divulgando a terceiros, por qualquer meio de comunicação, sem a prévia e expressa autorização da mesma, respondendo, na hipótese de violação e/ou divulgação não autorizadas, pelo pagamento da multa contratual definida neste

Contrato, sem prejuízo da obrigação de indenizar a **GOIASGÁS** por quaisquer perdas e danos incorridos;

- e) Prestar esclarecimentos concernentes à natureza e andamento dos serviços ora contratados;
- f) Não subcontratar quaisquer de suas obrigações previstas neste Contrato;
- g) Informar de imediato à **GOIASGÁS** acerca de qualquer ocorrência que possa vir a prejudicar ou, de alguma forma, interferir no bom andamento da execução dos serviços objeto deste Contrato, assim como deverá prestar à **GOIASGÁS** todas as informações que esta solicitar, inclusive, sem limitação, aqueles referentes ao andamento da execução dos Serviços, além de todas e quaisquer indagações formuladas pela **GOIASGÁS** relativas ao escopo contratado;
- h) Comparecer às reuniões solicitadas previamente por escrito pela **GOIASGÁS**.
- i) Isentar e manter a **GOIASGÁS**, suas subsidiárias e filiais, suas instituições membros, seus respectivos diretores, funcionários, empregados, agentes e filiados, livres e indenizados de quaisquer perdas, danos, reclamações, responsabilidades, demandas, ações, procedimentos governamentais, impostos, penalidades e interesses, despesas legais e de auditoria, e de qualquer outra despesa incorridas pelo **CONTRATADO**, suas subsidiárias e filiais, suas instituições membros, seus respectivos diretores, funcionários, empregados, agentes, advogados e filiados, derivados de (a) descumprimento, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer obrigação ou ordem no âmbito deste Contrato; (b) uso não autorizado dos direitos de propriedade intelectual da **GOIASGÁS**, tanto por parte do **CONTRATADO** como seus empregados, prepostos, agentes; (c) descumprimento, por parte do **CONTRATADO**, seus empregados, prepostos, agentes, das leis e regulamentos aplicáveis; (d) descumprimento, por parte do **CONTRATADO**, seus empregados, prepostos, agentes, do pagamento de qualquer dívida, obrigação ou responsabilidade que lhe seja imputável; ou (e) atos ou omissões do **CONTRATADO**, seus empregados, prepostos, agentes.
- j) Responsabilizar-se, em caráter irretratável e irrevogável, por quaisquer reclamações trabalhistas ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial que venham

a ser intentadas em face da **GOIASGÁS** pelos empregados do **CONTRATADO**, seus prepostos e/ou colaboradores, a qualquer tempo, seja a que título for, respondendo integralmente pelo pagamento de eventuais condenações, indenizações, multas, honorários advocatícios, custas processuais e demais encargos que houver, podendo ser denunciada em qualquer ação que for proposta para indenizar seus autores, aplicando-se ao presente contrato o disposto no artigo 125, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, cabendo à **GOIASGÁS** o direito de retenção de valores devidos até cobrir aquilo a que a condenada, sendo desnecessário interpor ação regressiva.

- k)** Não se utilizar do trabalho de crianças e adolescentes, exceto quando na condição de menor aprendiz, conforme disposto na legislação em vigor;
- l)** Não utilizar ou permitir que se exponham trabalhadores a locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, ou locais perigosos ou insalubres;
- m)** Não se utilizar de trabalho escravo ou análogo a escravo;
- n)** Emitir relatórios mensais descrevendo as atividades realizadas no respectivo mês, enviando-os juntamente com as faturas.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Para habilitação, o Escritório de Advocacia interessado deverá apresentar, juntamente com a proposta contendo o valor por hora trabalhada para o período de vigência de 12 (doze) meses, demonstrativos da execução de contratos semelhantes anteriormente em preços compatíveis com o proposto, assim como os documentos de habilitação a seguir identificados.

6.2. Habilitação Jurídica: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e suas alterações e prova de seu registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carteira da OAB em nome dos Sócios.

6.3. Qualificação Técnica: Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público, em nome do Sócio ou da Sociedade de Advogados, especialmente com atuação em estatais e em empresas do setor de gás natural;

6.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista: Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; Prova de regularidade para com a



AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A

Fazenda Municipal; Prova de regularidade para com a Ordem dos Advogados do Brasil; Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943; Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

7. DO CONTRATO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O contrato resultante será pactuado pelo preço proposto, de acordo com o preço de mercado, pelo prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses, de acordo com a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da GOIASGÁS.

7.2. A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato, conforme artigo 81 da Lei nº 13.303/2016. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmada pela mesma autoridade que firmou o contrato. Salvo exceções.

7.3. O contrato a ser firmado deverá obedecer às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016.

7.4. O contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e condições avençadas e as normas ditadas pela Lei nº 13.303/2016, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8. DO PREÇO

8.1 O preço a ser pago pelos serviços objeto do presente Termo de Referência será por hora trabalhada, devendo ser pago todo dia 27 do mês subsequente, mediante apresentação de relatório com o descritivo das atividades desenvolvidas com as respectivas horas efetivamente trabalhadas.

Goiânia, 28 de fevereiro de 2023.

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:8324676244
9

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macedo
Diretor Administrativo Financeiro

CNPJ nº 04.363.670/0001-23

NIRE nº 53.3.00006474

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que os advogados MARCUS HERONYDES BATISTA MELLO, inscrito na OAB/PE sob o nº 14.647, e LEONARDO MACHADO DIAS RAMALHO LUZ, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.251, atualmente integrantes do escritório **MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANÇA ADVOGADOS**, CNPJ/MF nº. 17.375.812/0001-14, nos presta serviços advocatícios há mais de 10 (dez) anos, através de diversos contratos, dentre o quais o contrato de nºs 116-000011/2007, em questões jurídicas relevantes da companhia, notadamente nas áreas do direito administrativo e empresarial.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone.

Recife, 17 de janeiro de 2018.

COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS- CEBGAS


André Macedo

Diretor Administrativo Financeiro



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada, e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **MELLO PIMENTEL BLANC E FRANÇA ADVOGADOS**, sociedade de advogados, inscrita no CNPJ sob o nº 17.375.812/0001-14, estabelecida na Rua Antônio Lumack do Monte nº 128, bairro Boa Viagem, Recife/PE, vem prestando serviços advocatícios com excelência e expertise técnica à **Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº 09.769.035/0001-64, estabelecida na Av. Cruz Cabugá, nº 1387, bairro Santo Amaro, Recife/PE, no período de 01 de fevereiro de 2013 até a presente data, serviços estes decorrentes da celebração do Contrato CT.PS 13.2.052 (Inexigibilidade de Licitação – Parecer 006/2013 – Processo COMPESA nº 004428/2013 – GED 1089418), cujo objeto concerne na representação e patrocínio da COMPESA nas demandas judiciais e administrativas estratégicas, assim consideradas as causas acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhão de reais) e as que, mesmo sem atingir tal montante, a critério da Diretoria da COMPESA, possam causar grande repercussão para a mesma, não ultrapassando o número de 50 (cinquenta) processos judiciais ou administrativos a serem patrocinados pelo escritório.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram ótimo desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações e todos os termos da contratação.

Recife, 18 de janeiro de 2018.

LUCIANA MORAIS DE QUEIROZ GALVÃO

Gerente do Contencioso e Consultiva – GCC

Luciana M. de Queiroz Galvão

OAB/PE: 19.692

Mat. 9668 -  compesa

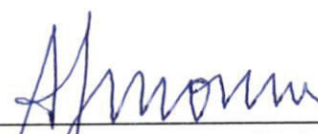


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **LAFEPE – LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DE PERNAMBUCO**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº 10.877.926/0001-13, estabelecido no Largo Dois Irmãos, nº 1117, Bairro Dois Irmãos, Recife/PE e a empresa **MELLO PIMENTEL BLANC E FRANÇA ADVOGADOS**, sociedade de advogados, inscrita no CNPJ sob o nº 17.375.812/0001-14, estabelecida na Rua Antônio Lumack do Monte nº 128, bairro Boa Viagem, Recife/PE, cujo objeto concerne na execução de serviços jurídicos especializados de advocacia consultiva e contenciosa, compreendendo os ramos do Direito Administrativo, Societário e Cível, para as demandas estratégicas, consideradas as mais complexas, de valores vultosas ou outras que sejam assim configuradas pelo LAFEPE, conforme definido no Processo nº 010/2015 – Inexigibilidade nº 001/2015.

O referido contrato vem sendo prestado com o rigor técnico altamente qualificado para execução dos serviços desde a data da celebração do instrumento em 16 de março de 2015 até a presente data, razão pela qual declaramos, a pedido da interessada, que a empresa contratada por este Laboratório Farmacêutico possui aptidão de desempenho e atestado de execução, considerando que presta os serviços advocatícios com excelente desempenho operacional, não havendo nada em nossos arquivos que possa comprometer a capacidade técnica da sociedade de advogados.

Recife/PE, 18 de janeiro de 2018.



André Luiz de Moura Melo
Superintendência Jurídica

LAFEPE
André Melo
Superintendente Jurídico
OAB 21.018/PE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que o escritório **MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANÇA ADVOGADOS**, CNPJ/MF nº. 17.375.812/0001-14, nos presta os serviços técnicos profissionais advocatícios especializados, visando ao patrocínio dos interesses da **PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A. (PERPART)** nos processos judiciais e administrativos estratégicos, nas áreas de Direito Administrativo e Tributário, assim como os serviços de assessoria jurídica e orientação consultiva nos procedimentos licitatórios e contratações de maior valor ou estratégicas, consoante escopo do CONTRATO PERPART Nº 098/2013, celebrado em 04/12/2013.

Declaramos, ainda, que a prestação de serviços vem sendo mantida com um padrão de excelência, não havendo reclamações ou objeções quanto à sua qualidade.

Recife, 18 de janeiro de 2018.


PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A. (PERPART)

Angélica Cristiane Lira Miranda
Superintendente de Assuntos Jurídicos

 **Angélica Miranda**
Superintendente de Assuntos
Jurídicos - SAJ
11-11-9793-4

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

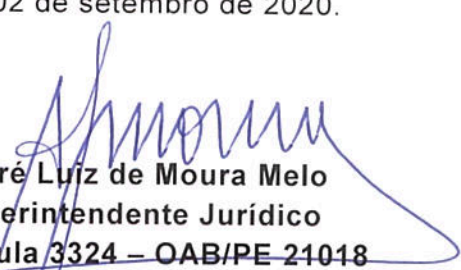
Atestamos, a pedido da interessada, e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a **SOCIEDADE DE ADVOGADOS MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANÇA ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.375.812/0001-14, estabelecida na Rua Padre Carapuceiro nº 910, Empresarial Torre Acácio Gil Borsoi, 19º andar, Bairro Boa Viagem, Recife/PE, vem prestando serviços advocatícios com excelência e expertise técnica ao **LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRÂES S/A - LAFEPE**, pessoa jurídica de direito público organizada sob a forma de sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº 10.877.926/0001-13, com sede no Largo de Dois Irmãos, nº 1117, bairro de Dois Irmãos, Recife/PE, desde 16 de março de 2015 até a presente data, serviços estes decorrentes dos Contratos nºs 012/2015 (contrato originário) e 011/2020 (contrato vigente), cujo objeto é a prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria jurídica de natureza consultiva e o patrocínio de processos administrativos estratégicos do LAFEPE, abrangendo inclusive suporte na área imobiliária conforme abaixo discriminado:

- a) Realização de diagnóstico jurídico de regularização da propriedade do imóvel sede da empresa, com diligenciamento de obtenção e análise da documentação relacionada à situação atual dos imóveis que compõem a área atualmente ocupada, dos pontos de vista imobiliário, notarial e registral, notadamente certidões de matrícula, contratos, plantas, levantamentos topográficos e fichas ou certidões cadastrais, com abordagem dos aspectos atinentes à propriedade, posse, delimitações, confrontações e cadastros perante os órgãos competentes, para fins de titulação das áreas, abertura de matrículas, remembramento em cartório e aperfeiçoamento descritivo das matrículas;
- b) Assessoria na regularização extrajudicial do imóvel sede da empresa, com adequação e atualização da área total e área construída, mediante

procedimento de alteração do cadastro fiscal perante a Prefeitura Municipal do Recife, para fins de convergência com o cadastro do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBM-PE) e regularidade do Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), mediante recadastramento de área total e área construída, por meio de diligenciamento de obtenção e análise da respectiva documentação, ingresso e acompanhamento do processo administrativo correspondente.

Registramos, finalmente, que a prestação dos serviços acima referidos vem apresentando ótimo desempenho operacional, tendo a Sociedade de Advogados cumprido fielmente com suas obrigações e todos os termos da contratação.

Recife/PE, 02 de setembro de 2020.



André Luiz de Moura Melo
Superintendente Jurídico
Matrícula 3324 – OAB/PE 21018

LAFEPE
André Melo
Superintendente Jurídico
OAB 21.018/PE



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que o escritório MELLO PIMENTEL ADVOCACIA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.375.812/0001-14, inscrito na OAB/PE sob nº 1.517, estabelecida na Rua Padre Carapuceiro, 910 - 19º andar, - Boa Viagem, Recife/PE, desde 01 de fevereiro de 2013 vem prestando serviços jurídicos à COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA, CNPJ nº 09.769.035/0001-64, estabelecida na com sede na Avenida Cruz Cabugá, nº 1387, Santo Amaro, Recife/PE, através dos contratos CT.PS.13.2.052 e CT.PS.18.2.034, com o seguinte objeto:

a) representação e patrocínio da COMPESA nas demandas judiciais e administrativas estratégicas, de grandes valores ou de forte repercussão para a companhia: nesse serviços, há atuação nas áreas de direito tributário, administrativo, regulatório e de responsabilidade civil, podendo-se destacar, por exemplo, (i) ações tributárias para obtenção de imunidade recíproca; (ii) defesa da COMPESA e dos gestores perante órgãos de controle; (iii) defesa de gestores da COMPESA em ações de improbidade administrativa; (iv) defesa da COMPESA em ações civis públicas propostas pelo Ministério Público de Pernambuco referente à qualidade e/ou regularidade no fornecimento de água; (v) defesa e propositura de ações judiciais e outras medidas contra municípios referente à continuidade da execução das concessões; (vi) defesa da COMPESA perante a agência reguladora;

b) assessoria consultiva e contenciosa em licitações e contratos administrativos mais relevantes e estratégicos: valendo destacar nesse serviço a (i) assessoria na estruturação e gestão de parceria público privada, incluindo-se a definição da modelagem e a elaboração de contrato e edital, bem como a análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato; (ii) a emissão de pareceres relativos à fase de licitação e à fase de execução contratual, incluindo-se pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro; (iii) defesa dos interesses da COMPESA em demandas judiciais referentes a procedimentos licitatórios;

c) assessoria à diretoria da COMPESA em questões estratégicas: nesse ponto atuamos em questões do ramo do direito empresarial, administrativo (com foco no regime jurídico das estatais), regulatório (especialmente na área de saneamento básico) e tributário.

Informamos ainda que os serviços acima referidos foram adequadamente prestados, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, não constando qualquer fato que o desabone.

Recife, 10 de setembro de 2021.

Gestor de Contrato

Everaldo Teotônio Torres

Gerente do Contencioso e Consultiva

OAB/PE 14.483

Mat. 9765 -  compesa

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada, e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a **SOCIEDADE DE ADVOGADOS MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANÇA ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.375.812/0001-14, estabelecida na Rua Padre Carapuceiro nº 910, Empresarial Torre Acácio Gil Borsoi, 19º andar, Bairro Boa Viagem, Recife/PE, presta serviços jurídicos à **TRANSPORTADORA DE GÁS DO BRASIL CENTRAL S/A. – TGBC**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Rua 137, nº 556 – Setor Marista – CEP 74.170-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.469.803/001-03, desde 2013 até a presente data, consistentes na prestação de serviços de assessoria jurídica de natureza consultiva, envolvendo as áreas do direito administrativo, regulatório do setor de gás natural, empresarial (com ênfase na questão contratual) e tributário.

Registramos, finalmente, que os serviços acima referidos foram prestados com excelência e expertise técnica e apresentam ótimo desempenho operacional, tendo a Sociedade de Advogados cumprido fielmente com suas obrigações e todos os termos da contratação.

Goiânia/GO, 20 de fevereiro de 2022.

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:83246762
449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo Financeiro

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada, e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a **SOCIEDADE DE ADVOGADOS MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANÇA ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.375.812/0001-14, estabelecida na Rua Padre Carapuceiro nº 910, Empresarial Torre Acácio Gil Borsoi, 19º andar, Bairro Boa Viagem, Recife/PE, presta serviços jurídicos à **COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ – GASAP**, sociedade de economia mista estadual, com sede na Av. Fab, nº 1070, Edifício Macapá Office Center, sala 108, Centro, Cidade de Macapá, Estado do Amapá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.943.400/0001-54, desde 09 de março de 2022 até a presente data, através do Contrato DAF 2022, consistentes na prestação de serviços de assessoria jurídica de natureza consultiva envolvendo as áreas do direito civil, tributário, trabalhista, ambiental, consumidor, administrativo e regulatório.

Registramos, finalmente, que os serviços acima referidos vêm sendo prestados com excelência e expertise técnica e apresentam ótimo desempenho operacional, tendo a Sociedade de Advogados cumprido fielmente com suas obrigações e todos os termos da contratação.

Macapá/AP, 09 de março de 2023.

ANDRE GUSTAVO
LINS DE
MACEDO:832467624
49

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Presidente Interino
CPF nº 832.467.624-49

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.375.812/0001-14 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 07/01/2013	
NOME EMPRESARIAL MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANCA ADVOCACIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 223-2 - Sociedade Simples Pura			
LOGRADOURO R PADRE CARAPUCEIRO		NÚMERO 910	COMPLEMENTO EDIF ACACIO GIL BORSOI SALA 1901
CEP 51.020-280	BAIRRO/DISTRITO BOA VIAGEM	MUNICÍPIO RECIFE	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@MELLOPIMENTEL.COM.BR		TELEFONE (81) 3126-5050	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/01/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/02/2023 às 11:50:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANCA ADVOCACIA
CNPJ: 17.375.812/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:35:54 do dia 28/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/08/2023.

Código de controle da certidão: **A918.5EB4.CD69.60ED**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2023.000001643707-68**

Data de Emissão: **01/03/2023**

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: **17.375.812/0001-14**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **29/05/2023**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 36452465

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

CNPJ

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

17.375.812/0001-14

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.535.713.262

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 28 FEVEREIRO DE 2023

HORA: 11:38:28:0



Certidão Negativa Débitos Fiscais

1. Denominação Social/Nome

MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANCA ADVOCACIA

2. CMC

487.287-8

3. Endereço

RUA PE CARAPUCEIRO, 910 SALA 1901 EMPRES TORRE ACACIO GIL BORSOI
BAIRRO BOA VIAGEM, CEP 51020-280, RECIFE-PE

4. CNPJ/CPF

17.375.812/0001-14

5. Atividade Econômica

6911-70-1 SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

6. Descrição

Certifico, de acordo com a legislação em vigor e em conformidade com os registros cadastrais / fiscais, nesta data, que o contribuinte de que trata a presente certidão está regularizado com o erário municipal no que concerne aos lançamentos relativos aos tributos municipais.

7. Ressalva

* * * * *

8. Validade/Autenticidade

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua expedição e sua autenticidade deverá ser confirmada na página <http://recifeemdia.recife.pe.gov.br/certidoes>

Certidão equivalente ao Certificado de Regularidade Fiscal, nos termos da Lei 8.666/93 e abrange as esferas administrativa e judicial (dívida ativa)

A Prefeitura do Recife poderá cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que vierem a ser apuradas.

9. Código de Autenticidade

814.1329.8260

10. Expedida em

Recife, 28 de FEVEREIRO de 2023

11. Certidão emitida com base nos pagamentos registrados até

23 de FEVEREIRO de 2023



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA
PESSOA JURÍDICA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 992.225-8**

Prazo de Validade: até 28/05/2023

CNPJ: 17.375.812/0001-14

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 28 DE FEVEREIRO DE 2023

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANCA ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.375.812/0001-14

Certidão nº: 8662170/2023

Expedição: 28/02/2023, às 11:48:33

Validade: 27/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANCA ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.375.812/0001-14**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.375.812/0001-14
Razão Social: MELLO PIMENTEL BLANC E FRANCA ADVOCACIA
Endereço: R PADRE CARAPUCEIRO 910 EDIF ACACIO GIL BOR / BOA VIAGEM /
RECIFE / PE / 51020-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/02/2023 a 18/03/2023

Certificação Número: 2023021700440470271370

Informação obtida em 28/02/2023 11:49:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

FILTROS APLICADOS:

Nome sancionado: MELLO, PIMENTEL, BLANC E FRANCA ADVOCACIA

CPF / CNPJ sancionado: 17375812000114

LIMPAR

Data da consulta: 28/02/2023 11:51:01

Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

PROCESSO DAF Nº 02/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DIRETA

ARTIGO 29, CAPUT, INCISO II, DA LEI Nº 13.303/2016;

**ARTIGO 1º, § 2º E ARTIGO 122 DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA
AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A**

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, COM EXPERTISE NO SETOR DE GÁS NATURAL E ESTATAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-JURÍDICO ESPECIALIZADOS NA ASSESSORIA CONSULTIVA, NAS ÁREAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO, REGULATÓRIO, TRIBUTÁRIO E EMPRESARIAL.

AUTUAÇÃO:

AOS 28 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2023, NA SEDE DA AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A - GOIASGÁS, NA CIDADE DE GOIÂNIA, CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS, INICIEI A PRESENTE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM BASE NO ARTIGO Nº 29, CAPUT, INCISO II, DA LEI Nº 13.303/2016 E ARTIGO 1º, § 2º E ARTIGO 122 DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – RILC DA AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A, QUE ADIANTE SEGUE. EU, ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACÊDO, DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA GOIASGÁS.

ANDRE GUSTAVO LINS DE
MACEDO:83246762449

Assinado de forma
digital por ANDRE
GUSTAVO LINS DE
MACEDO:8324676244
9

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo Financeiro